

jun 2008  
**artigos DIREITOGV**  
*working papers*

**A APLICAÇÃO DA LEI N. 7.492/86 NOS  
TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E  
NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Maira Rocha Machado, Marta Cristina C. Saad Gimenes  
e Marta Rodriguez de Assis Machado (coord)

18



jun 2008

**artigos DIREITOGV**  
*working papers*

**A APLICAÇÃO DA LEI N. 7.492/86 NOS  
TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E  
NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Maira Rocha Machado, Marta Cristina C. Saad Gimenes  
e Marta Rodriguez de Assis Machado (coord)

18



**DIREITOGV**  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

#### **COLEÇÃO DE ARTIGOS DIREITO GV (WORKING PAPERS)**

A Coleção de Artigos Direito GV (*Working Papers*) divulga textos em elaboração para debate, pois acredita que a discussão pública de produtos parciais e inacabados, ainda durante o processo de pesquisa e escrita, contribui para aumentar a qualidade do trabalho acadêmico.

A discussão nesta fase cria a oportunidade para a crítica e eventual alteração da abordagem adotada, além de permitir a incorporação de dados e teorias das quais o autor não teve notícia. Considerando-se que, cada vez mais, o trabalho de pesquisa é coletivo diante da amplitude da bibliografia, da proliferação de fontes de informação e da complexidade dos temas, o debate torna-se condição necessária para a alta qualidade de um trabalho acadêmico.

O desenvolvimento e a consolidação de uma rede de interlocutores nacionais e internacionais é imprescindível para evitar a repetição de fórmulas de pesquisa e o confinamento do pesquisador a apenas um conjunto de teorias e fontes. Por isso, a publicação na Internet destes trabalhos é importante para facilitar o acesso público ao trabalho da Direito GV, contribuindo para ampliar o círculo de interlocutores de nossos professores e pesquisadores.

Convidamos todos os interessados a lerem os textos aqui publicados e a enviarem seus comentários aos autores. Lembramos a todos que, por se tratarem de textos inacabados, **é proibido citá-los, exceto com a autorização expressa do autor.**

# A aplicação da Lei n. 7.492/86 nos Tribunais Regionais Federais e no Superior Tribunal de Justiça<sup>1</sup>

## Coordenação

Maíra Rocha Machado

Marta Cristina Cury Saad Gimenes

Marta Rodriguez de Assis Machado

Envie seus comentários para [maira.machado@fgv.br](mailto:maira.machado@fgv.br), [martasaad@terra.com.br](mailto:martasaad@terra.com.br), [marta.machado@fgv.br](mailto:marta.machado@fgv.br)

## Equipe

Bruna Sellin Trevelin

Gabriel Muniz Queiroz

Heidi Rosa Florêncio

Vivian Cristina Schorscher

Yuri Correa da Luz

## Estatística

Eliana Bordini

## 1. Apresentação

Essa pesquisa foi desenvolvida com apoio da Secretaria de Reforma do Judiciário e da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça com o objetivo de colher subsídios para a reflexão sobre a reforma da legislação penal econômica brasileira. A primeira etapa da pesquisa – concluída com o presente relatório – tem como foco os crimes financeiros, mais especificamente, a lei de crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei n. 7.492/86). A segunda etapa da pesquisa, ainda em andamento e com apoio do CNPQ, focaliza os crimes contra a ordem tributária (Lei n. 8.137/90).

O relatório está dividido em cinco partes. Após esta introdução, na segunda parte sintetizamos as informações metodológicas (item II). Em seguida, apresentamos os dados quantitativos referentes às decisões do STJ e dos cinco TRFs (item III). A partir do item seguinte, indicamos os principais resultados qualitativos que podem ser extraídos do levantamento realizado no STJ (item IV) e nos TRFs (item V).

Os resultados apresentados a seguir, bem como o banco de dados construído para a elaboração da pesquisa, deverão servir não apenas à identificação das principais deficiências da Lei n. 7.492/86, mas sobretudo ao enriquecimento do debate sobre o modelo de regulação dos crimes financeiros.

---

<sup>1</sup> Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena - DIREITO GV. Projeto de Pesquisa: Contribuições para a reforma da legislação penal econômica brasileira. Primeira etapa: Crimes contra o sistema financeiro nacional.

## 2. Informações metodológicas

O levantamento jurisprudencial foi realizado com base nos acórdãos disponíveis nos sites dos cinco Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça. Foram selecionadas todas as ementas que resultaram da busca pela expressão “7492/86” e suas variações (7.492; 7492; 7.492/86; 7492/1986). Tendo em vista que o objeto da pesquisa, eliminamos todas as ementas que versavam sobre crimes falimentares (Arts. 12, 13, 14 e 15, Lei n. 7.492/86).

Foram encontradas 1298 decisões, proferidas entre 1989 e 2005. A partir desse conjunto foram preparadas duas amostras, uma para o Superior Tribunal de Justiça e outra para os cinco Tribunais Regionais Federais. A amostra dos TRFs está baseada em uma representação proporcional de cada um dos cinco Tribunais. Para o cálculo dessa representação proporcional, levou-se em consideração o número total de ementas encontradas nos sites; portanto, não foram levadas em consideração eventuais distorções geradas por diferentes políticas de publicação de acórdãos entre os TRFs.

Foi definido o parâmetro P como a proporção de processos que apresentam determinada característica investigada. Admitiu-se uma margem de erro  $K = 5\%$  na proporção estimada P e um nível de significância  $= 5\%$ . Optou-se por apresentar, apenas, os resultados com coeficientes de variação menores de 30%. Tal escolha garante maior confiabilidade aos dados produzidos.

As amostras foram selecionadas de modo aleatório para cada Tribunal e, após a coleta, a amostra definitiva resultou em 435 acórdãos. Desse conjunto, 55 foram desconsiderados por diferentes motivos<sup>2</sup>. Dessa forma, os resultados indicados a seguir dizem respeito a um total de 380 acórdãos: 129 do STJ e 251 dos TRFs das cinco Regiões.

## 3. Resultados quantitativos

### 3.1 Distribuição pelo Estado de origem do recurso/ação

Conforme se vê na Tabela 1, mais de 80% dos recursos julgados pelo STJ e mais de 71% dos recursos julgados pelos TRFs envolvendo a Lei n. 7.492/86 provêm das regiões sul e sudeste, com destaque para os maiores centros financeiros do país, São Paulo e Rio de Janeiro. De fato, verifica-se que 50,9% dos recursos que chegam ao STJ e 44,3% que são apreciados pelos TRFs

<sup>2</sup> No STJ, foram desconsiderados 14 acórdãos pelos seguintes motivos: acórdãos repetidos na amostra (02); acórdãos que utilizam a pena do Art. 5º, Lei n. 7.492/86, em sanções decorrentes da aplicação da Lei n. 8212/91 (05); acórdão sobre questão civil e liquidação de instituição financeira, em que apenas há menção ao Art. 1º, Lei n. 7.492/86 (01); acórdão sobre crime falimentar (01); acórdãos que embora tratem de matéria penal não discutem a aplicação da Lei n. 7.492/86 (06). No TRF-1, foram desconsiderados 09 acórdãos pelos seguintes motivos: acórdão repetido na amostra (01); acórdãos que utilizam a pena do Art. 5º, Lei n. 7.492/86 em sanções decorrentes da aplicação da Lei n. 8212/91 (08). No TRF-2, foram desconsiderados 06 acórdãos pelos seguintes motivos: acórdão cujos inteiros teores não estavam disponíveis na página web (01); acórdãos que utiliza a pena do Art. 5º, Lei n. 7.492/86 em sanções decorrentes da aplicação da Lei n. 8212/91 (04); acórdão repetido na amostra (01). No TRF-3, foram desconsiderados 20 acórdãos pelos seguintes motivos: acórdãos que utilizam a pena do Art. 5º, Lei n. 7.492/86 em sanções decorrentes da aplicação da Lei n. 8212/91 (16); acórdão que trata do crime de estelionato (01); acórdão que trata do crime de tráfico de drogas (01); acórdão decorrente de apelação cível (01); e acórdão que trata do crime de lavagem de dinheiro (01). No TRF-4, foram desconsiderados 05 acórdãos pelos seguintes motivos: acórdãos cujos inteiros teores não estavam disponíveis na página web (04); e acórdão sobre questão civil – hipoteca legal sobre bem de família (01). No TRF-5, foi desconsiderado (01) acórdão por tratar-se de caso em que foi utilizada a pena do Art. 5º, Lei n. 7.492/86, em sanções decorrentes da aplicação da Lei n. 8212/91. Além disso, nos Tribunais Regionais Federais, foram substituídos os acórdãos referentes a: (i) questão de ordem; (ii) embargos de declaração (a menos que fossem dados efeitos infringentes); e (iii) pedido de extensão.

provém destes dois estados. O estado do Paraná aparece em terceiro lugar, com 13,3% dos recursos interpostos perante o STJ e 13,9% perante o TRF da 4ª Região.

Tabela 1 Distribuição de acórdãos por Estado de origem e instâncias  
Brasil  
1989-2005

Estado de Origem	Tribunal		Total
	STJ	TRF	
SP	33,2%	29,3%	29,9%
RJ	17,7%	15,0%	15,4%
PR	13,3%	13,9%	13,8%
RS	12,4%	9,5%	10,0%
SC	4,0%	4,0%	4,0%
ES	-- *	-- *	-- *
MS	-- *	-- *	-- *
Estados do TRF1	13,3%	17,6%	16,8%
Estados do TRF5	4,0%	8,5%	7,7%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

### 3.2 Unanimidade das decisões

No tocante à forma da decisão, a pesquisa distinguiu as situações nas quais todos os juízes votaram em um mesmo sentido das decisões em que houve divergência entre juízes e, portanto, a apresentação de votos vencidos. Do total de decisões analisadas, 94,6% foram tomadas por votação unânime no STJ, e 86,5%, nos TRFs (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição de acórdãos por Votação Unânime e instâncias  
Brasil  
1989-2005

Votação Unânime	Tribunal		Total
	STJ	TRF	
Sim	94,6%	86,5%	87,9%
Não	5,4%	11,5%	10,4%
Sim e Não	-- *	-- *	-- *
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Indicamos como “sim e não”, os acórdãos com pluralidade de pedidos nos quais parte foi concedida ou negada unanimemente e parte por maioria de votos.

### 3.3 Espécie de recurso ou ação

A Tabela 3 revela que, tratando-se da Lei n. 7.492/86, o STJ é chamado a decidir principalmente em *Habeas Corpus* (44,2% dos casos), aqui incluídos os Recursos Ordinários em *Habeas Corpus* e os Pedidos de Extensão. Conflitos de Competência aparecem em segundo lugar (33,9% dos casos) e Recursos Especiais apenas em terceiro (18,8% dos casos).

Relativamente aos TRFs, verifica-se que são chamados a decidir principalmente em Apelações Criminais (49,6% dos casos) e, em segundo lugar, em *Habeas Corpus* (36,3% dos casos).

Tabela 3. Distribuição de acórdãos por Tipo de Recurso e instâncias  
Brasil  
1989-2005

Tipo de Recurso	Tribunal		Total
	STJ	TRF	
Apelação Criminal	-- *	49,6%	41,0%
<i>Habeas Corpus</i>	25,4%	36,3%	34,4%
Conflito de Competência	33,9%	-- *	6,9%
Recurso Ordinário em <i>Habeas Corpus</i>	18,8%	-- *	4,3%
Recurso Especial	18,8%	-- *	3,2%
Recurso em Mandado de Segurança	-- *	-- *	-- *
Outros	-- *	11,2%	9,7%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Vale destacar que não é cabível apelação criminal no STJ assim como o Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* e o Recurso Especial nos TRFs.

### 3.4 Legitimidade ativa dos recursos e das ações de impugnação

A defesa recorre com mais frequência ao STJ e aos TRFs do que o Ministério Público.

Nos TRFs, a defesa interpõe 67,4% dos recursos, contra 24,8% interpostos pelo Ministério Público, sendo que em apenas 6,2% dos casos, tanto a defesa quanto o Ministério Público recorreram (Tabela 4).

Tabela 4. Distribuição de acórdãos por Recorrente/Impetrante e instâncias  
Brasil  
1989-2005

Recorrente/Impetrante	Tribunal		Total
	STJ	TRF	
Defesa	50,4%	67,4%	64,4%
Ministério Público	14,7%	24,8%	23,0%
Defesa e Ministério Público	-- *	6,2%	5,1%
Assistente da acusação	-- *	-- *	-- *
Recursos de ofício	-- *	-- *	-- *
União	-- *	-- *	-- *
Não se aplica	33,9%	-- *	6,2%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

### 3.5 Momento de interposição do recurso ou da ação de impugnação

A pesquisa separou quatro momentos do procedimento em que o recurso ou a ação de impugnação é interposto ao STJ e aos TRFs: (i) no decorrer da ação penal, (ii) no decorrer do inquérito policial, (iii) no momento do recebimento da denúncia e (iv) após a sentença. Verifica-se que, no caso do STJ, 49,6% dos recursos foram interpostos no decorrer da ação penal, enquanto que esse montante cai para 29,8%, no caso dos TRFs.

Outra oposição que se observa na comparação do momento da interposição dos recursos entre STJ e TRFs diz respeito a existência de sentença de primeiro grau: no caso do STJ, em

apenas 18,8% dos acórdãos esta já se fazia presente, ao passo que, no caso dos TRFs, já havia a sentença de mérito do juiz de primeiro grau em 52% dos casos (Tabela 5).

Tabela 5. Distribuição de acórdãos por momento de interposição do recurso e instâncias

Brasil  
1989-2005

Momento	Tribunal		Total
	STJ	TRF	
No decorrer do Inquérito Policial	22,3%	7,3%	9,9%
Entre a denúncia e o recebimento	4,0%	9,4%	8,5%
No decorrer da Ação Penal	49,6%	29,8%	33,2%
Após a Sentença	18,8%	52,0%	46,2%
Não há indicação no acórdão	5,4%	-- *	2,2%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

### 3.6 Tipo de crime

No tocante à incidência de cada um dos tipos penais previstos na Lei n. 7.492/86, a pesquisa revela que o STJ e os TRFs são chamados a decidir sobre parte significativa dos crimes previstos na Lei (26 de um total de 32 tipos penais).

Para fins de alimentação de nosso banco de dados consideramos "tipo penal" a norma incriminadora atribuída ao caso concreto pela acusação, na denúncia. Portanto, ela pode não coincidir com a atribuição feita pelos Tribunais no momento da decisão de mérito nas diferentes instâncias.

Os crimes que não estão presentes na amostra e, portanto, na tabela abaixo são os seguintes: Art. 2º, *caput* (Emissão inautorizada de documentos representativos de título ou valor mobiliário) e parágrafo único (Emissão inautorizada de material de propaganda relativo a documentos representativos de título ou valor mobiliário); Art. 12 (Sonegação de informações ou documentos); Art. 13, parágrafo único (Apropriação ou desvio de bens indisponíveis); e Art. 14, *caput* (Uso de documento falso em liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira) e parágrafo único (Falso reconhecimento de crédito).

A Tabela 6 indica a predominância de denúncias por evasão de divisas. Se somarmos o percentual do *caput* e parágrafo único do Art. 22, que descrevem condutas muito semelhantes, temos 20,4% do total de tipos nos dois tribunais. Nos TRFs, a evasão de divisas responde por 22,1% do total de crimes.

Destacam-se, também, os delitos capitulados no Art. 16 (Exercício ilegal de instituição financeira) e Art. 4º (Gestão fraudulenta), tanto no STJ (respectivamente em 16,1% e 14,7% dos casos) quanto nos TRFs (respectivamente em 16,9% e 17,8% dos casos), o que perfaz, em relação ao total de acórdãos analisados, respectivamente 16,8% e 17,3% dos casos.

Em seguida, no STJ, estão as denúncias pelo Art. 5º (Apropriação indébita financeira) e Art. 17 (Concessão de empréstimos vedados), com 12,1% e 12,9% dos casos.

Já nos TRFs, destacam-se denúncias pelo delito capitulado no Art. 20 (Desvio na aplicação de investimento), representando 13,9% dos casos, no Art. 5º (Apropriação indébita financeira), em 14,1% dos casos, e no Art. 17 (Concessão de empréstimos vedados), representando 11,4% dos casos.



Tabela 6. Distribuição de acórdãos por tipificação da acusação e instâncias  
Brasil  
1989-2005

Tipos	Tribunal		Total
	STJ	TRF	
Art. 3º, <i>caput</i> ("Divulgação de informação falsa ou incompleta sobre instituição financeira")	-- *	-- *	-- *
Art. 4º, <i>caput</i> ("Gestão fraudulenta")	14,7%	17,8%	17,3%
Art. 4º, parágrafo único ("Gestão temerária")	6,3%	6,3%	6,3%
Art. 5º, <i>caput</i> ("Apropriação indébita financeira")	12,1%	14,1%	13,7%
Art. 5º, parágrafo único ("negociação não autorizada")	-- *	-- *	-- *
Art. 6º, <i>caput</i> ("Estelionato financeiro")	4,5%	5,2%	5,1%
Art. 7º, <i>caput</i> ("Emissão irregular de títulos ou valores mobiliários")	4,5%	3,8%	3,9%
Art. 8º, <i>caput</i> ("Concussão financeira")	-- *	-- *	1,2%
Art. 9º, <i>caput</i> ("Fraude à fiscalização financeira")	-- *	-- *	-- *
Art. 10, <i>caput</i> ("Falsidade ideológica em documentos financeiros")	-- *	3,5%	3,1%
Art. 11, <i>caput</i> ("Movimentação de recursos em contabilidade paralela")	-- *	2,4%	2,2%
Art. 13, <i>caput</i> ("Desvio de bens indisponíveis")	-- *	-- *	-- *
Art. 15, <i>caput</i> ("Manifestação ideologicamente falsa")	-- *	-- *	-- *
Art. 16, <i>caput</i> ("Exercício ilegal de instituição financeira")	16,1%	16,9%	16,8%
Art. 17, <i>caput</i> ("Concessão de empréstimos vedados")	12,9%	11,4%	11,7%
Art. 17, parágrafo único, I ("Usurpação de função financeira")	-- *	-- *	-- *
Art. 17, parágrafo único, II ("Distribuição disfarçada de lucros")	-- *	-- *	-- *
Art. 18, <i>caput</i> ("Violação de sigilo financeiro")	-- *	-- *	-- *
Art. 19, <i>caput</i> ("Obtenção de financiamento mediante fraude")	4,9%	9,2%	8,5%
Art. 19, parágrafo único ("Obtenção de financiamento mediante fraude em detrimento de instituição financeira oficial")	-- *	5,1%	4,4%
Art. 20, <i>caput</i> ("Desvio na aplicação de financiamento")	5,4%	13,9%	12,4%
Art. 21, <i>caput</i> ("Falsa identidade para fim de operação de câmbio")	-- *	-- *	-- *
Art. 21, parágrafo único ("Sonegação de informações para fins cambiais")	-- *	-- *	-- *
Art. 22, <i>caput</i> ("Evasão de divisas")	7,1%	11,2%	10,5%
Art. 22, parágrafo único ("Evasão de divisas e manutenção de depósitos não declarados no exterior")	4,9%	10,9%	9,9%
Art. 23, <i>caput</i> ("Prevaricação financeira")	-- *	-- *	-- *
Não há indicação no acórdão	16,1%	3,5%	5,6%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

### 3.7 Objeto das decisões

Para analisar o conteúdo dos acórdãos, formamos quatro conjuntos.

No primeiro Grupo estão os acórdãos que discutem a absolvição ou condenação dos réus. Incluímos aqui as hipóteses de extinção da punibilidade pela prescrição reconhecida após a condenação ou absolvição em primeira instância. Chamaremos, na falta de designação melhor, **Grupo A – Mérito**. O segundo grupo é composto por acórdãos que tratam do trancamento ou prosseguimento da ação penal ou do inquérito, **Grupo B – Prosseguimento**. Os acórdãos que tratavam da concessão de medidas cautelares e casos relacionados estão agrupados no **Grupo C – Cautelares**. E, por fim, os que analisam questões de competência estão cadastrados no **Grupo D – Competência**.

Importante destacar que alguns acórdãos contendo pluralidade de pedidos poderiam ser cadastrados em mais de um grupo. Nesses casos, buscamos identificar qual dos quatro temas constitui a discussão preponderante no acórdão. Este critério permite que privilegiemos o Grupo Mérito nas hipóteses em que além de discutir a condenação ou absolvição, o Tribunal decidia a decretação de uma medida cautelar, por exemplo. Esse procedimento buscou, portanto, garantir a consistência dos dados referentes às condenações e absolvições (Grupo Mérito) sem diminuir a riqueza das discussões presentes nos acórdãos.

Tabela 7. Distribuição de acórdãos por tipo de decisão e instâncias  
Brasil  
1989-2005

Tipo de decisão	Tribunal		Total
	STJ	TRF	
Mérito – Grupo A	14,0%	48,7%	42,7%
Prosseguimento da investigação ou persecução – Grupo B	41,1%	38,9%	39,3%
Medida cautelar (relacionada à liberdade ou ao patrimônio) – Grupo C	7,0%	7,5%	7,4%
Competência – Grupo D	38,0%	-- *	10,7%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Desde já, verifica-se a predominância de decisões do STJ em questões relativas ao prosseguimento do inquérito ou da ação penal e à fixação da competência das Justiças Estadual e Federal e das Varas locais ou Especializadas para o processo e julgamento das ações penais: trata-se, respectivamente, de 41,1% e 38% dos acórdãos analisados.

Diferentemente, da análise da distribuição das decisões dos TRFs, verifica-se que os Tribunais de segunda instância são chamados a decidir principalmente sobre questões relacionadas à absolvição ou condenação de pessoas acusadas pela prática de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (48,7%) e sobre questões relativas ao prosseguimento do inquérito ou da ação penal, as quais representam 38,9% das decisões (Tabela 7).

### 3.8 Evolução das decisões

Os dados apresentados a seguir – Tabelas 8 a 12 – apresentam a distribuição dos acórdãos distinguindo o percentual em relação ao Tribunal em questão (primeira coluna) e em relação ao Grupo de Referência (segunda coluna). Dessa forma, é possível identificar a representatividade de determinada decisão em relação à totalidade dos acórdãos do Tribunal em questão e em relação ao grupo específico do qual a decisão faz parte.

É importante destacar também que, tendo em vista ser a aplicação da Lei n. 7.492/86 o foco central da pesquisa, isolamos os resultados referentes a esses crimes ao realizar as classificações no interior dos Grupos. Isso significa que, no Grupo Mérito, por exemplo, um acórdão que confirmou a condenação dos réus por determinados crimes, mas absolveu-os da prática de crime contra o sistema financeiro nacional, foi classificado como “absolvição” e não condenação. O mesmo procedimento foi utilizado em relação aos demais grupos: privilegiamos sempre, para fins de classificação no interior de cada um dos grupos, as informações referentes à Lei n. 7.492/86.

### 3.8.1 Superior Tribunal de Justiça

#### (i) Grupo A: Mérito

No tocante ao Grupo A, obtivemos cinco tipo de resultados no que diz respeito à alteração da decisão no decorrer das três instâncias (Tabela 8), mas boa parte deles não comportou desagregação.

Tabela 8. Distribuição de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, por Evolução da Decisão  
Brasil  
1989-2005

Grupo A – Mérito	Evolução da decisão	% em relação ao STJ	% em relação ao Grupo
	Condenação-Condenação-Condenação	9,3%	66,7%
	Condenação-Absolvição-Condenação	-- *	-- *
	Absolvição-Condenação-Condenação	-- *	-- *
	Absolvição-Absolvição-Condenação	-- *	-- *
	Condenação-Absolvição-Absolvição	-- *	-- *
<b>Total</b>			<b>100%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Vale destacar que, do total de decisões de mérito, em 66,7% dos casos a condenação foi mantida nas três instâncias, sendo que as decisões do STJ discutiam a redução ou substituição da pena bem como o arbitramento de fiança. Incluímos aqui os pedidos de trancamento da ação penal negados pelo STJ quando já havia condenação, considerando que o resultado da decisão do STJ foi “manter a condenação” existente.

Mesmo não comportando desagregação, os dados produzidos indicam que a decisão do STJ foi condenatória na maior parte dos casos em que havia ocorrido a absolvição dos acusados. Em metade destes casos os réus haviam sido absolvidos tanto na primeira quanto na segunda instância; ao passo que, na outra metade, haviam sido absolvidos apenas na segunda instância, após sentença condenatória em primeira instância.

Os casos que resultaram em condenação no STJ, independentemente das decisões anteriores, representam 94,4% do grupo de mérito, o correspondente a 13,2% de todas as decisões do STJ (Tabela 8a).

Tabela 8a. Distribuição de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, por Evolução da Decisão (consolidada)  
Brasil  
1989-2005

Grupo A – Mérito	Evolução da decisão	% em relação ao STJ	% em relação ao Grupo
	Condenação	13,2%	94,4%
	Condenação-Absolvição-Absolvição	-- *	-- *
<b>Total</b>			<b>100%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Os motivos que levaram às condenações e à absolvição são objeto de estudo detalhado abaixo (Item IV.A.).

Finalmente, destaca-se que não houve nenhum caso em que o STJ absolveu pessoas anteriormente condenadas na primeira e na segunda instância, tendo apenas – em situação isolada – mantido a absolvição determinada na segunda instância. Ademais, não verificamos a existência de nenhum caso em que houvesse ocorrido a absolvição dos imputados nas três instâncias.

## (ii) Grupo B: Prosseguimento

No tocante ao Grupo B, não incluímos informação sobre a primeira instância na tabela abaixo em face do grande número de acórdãos que informavam apenas a decisão das duas últimas instâncias (TRFs e STJ).

Tabela 9. Distribuição de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, por Evolução da Decisão  
Brasil  
1989-2005

Grupo B – Prosseguimento	Evolução da decisão	% em relação ao STJ	% em relação ao Grupo
	Prosseguimento-Prosseguimento	23,3%	56,6%
	Prosseguimento-Trancamento	9,3%	22,6%
	Trancamento-Prosseguimento	-- *	-- *
	Trancamento-Trancamento	-- *	-- *
	Outros	-- *	-- *
<b>Total</b>			<b>100%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Destaca-se que, para fins de quantificação, não fizemos a distinção quanto ao momento em que foi formulado o pedido, isto é, durante o inquérito policial, no momento da denúncia ou ao longo da ação penal, distinção esta que foi feita apenas na análise qualitativa deste conjunto de acórdãos (Item 4.2).

Verifica-se, assim, que em 56,6% do total de casos do Grupo B, o STJ manteve a persecução criminal, conforme já decidido em instância inferior, e que, em 22,6% trancou a persecução penal que anteriormente havia sido mantida (Tabela 9).

Focalizando apenas a decisão do STJ, temos que em 75,5% dos casos desse grupo a decisão foi de prosseguimento da ação ou do inquérito, contra 22,6% de casos de trancamento (Tabela 9a).

Tabela 9a. Distribuição de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, por Evolução da Decisão (consolidado)  
Brasil  
1989-2005

Grupo B – Prosseguimento	Evolução da decisão	% em relação ao STJ	% em relação ao Grupo
	Prosseguimento-Prosseguimento ou Trancamento-Prosseguimento	31,0%	75,5%
	Prosseguimento-Trancamento ou Trancamento-Trancamento	9,3%	22,6%
	Outros	-- *	-- *
<b>Total</b>			<b>100%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**(iii) Grupo C: Cautelares**

Como indicado anteriormente, as decisões versando sobre medidas cautelares representam apenas 7% das decisões do STJ (Tabela 7). Por essa razão, a amostra não comportou desagregação. A análise detalhada dos acórdãos classificados nesse grupo será feita a seguir (Item IV.C.).

**(iv) Grupo D: Competência**

No interior do Grupo D, a classificação dos acórdãos foi realizada levando em consideração a Justiça no âmbito da qual o questionamento foi levantado e a Justiça à qual foi atribuída a competência para processar e julgar os feitos.

Tabela 10. Distribuição de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, por Evolução da Decisão  
Brasil  
1989-2005

Grupo D - Competência	Evolução da decisão	% em relação ao STJ	% em relação ao Grupo
	Justiça Federal-Justiça Estadual	24,8%	65,3%
	Justiça Estadual-Justiça Federal	-- *	-- *
	Justiça Estadual-Justiça Estadual	-- *	-- *
	Justiça Federal-Justiça Federal	-- *	-- *
	Outros	-- *	-- *
<b>Total</b>			<b>100%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Verifica-se, assim, que em 65,3% dos casos, o STJ determinou a remessa do processo da Justiça Federal para a Justiça Estadual (Tabela 10). A discussão detalhada dessa questão será realizada abaixo (Item 4.4).

Tabela 10a. Distribuição de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, por Evolução da Decisão (consolidado)  
Brasil  
1989-2005

Grupo D - Competência	Evolução da decisão	% em relação ao STJ	% em relação ao Grupo
	Justiça Federal - Justiça Estadual Justiça Estadual – Justiça Estadual	28,7%	75,5%
	Justiça Estadual-Justiça Federal Justiça Federal – Justiça Federal	7,8%	20,4%
	Outros	-- *	-- *
<b>Total</b>			<b>100%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Como indica a Tabela 10a, o encaminhamento ou a manutenção do procedimento na Justiça Estadual respondem por 75,5% dos acórdãos do Grupo Competência. Esse percentual representa 28,7% de todas as decisões do STJ.

**3.8.2 Tribunais Regionais Federais**

Apresentamos a seguir os resultados referentes à evolução da decisão nos TRFs, nos Grupos A (Mérito) e B (Prosseguimento). Os Grupos C (Medida Cautelar) e D (Competência), em virtude do

baixo número de acórdãos, não comportaram desagregação e serão objeto de estudo qualitativo (item V.C e V.D abaixo).

### (i) Grupo A: Mérito

O Grupo A corresponde a 48,7% das decisões proferidas pelos TRFs (Tabela 7). Obtivemos, nesse Grupo, sete tipos de resultados no que diz respeito à evolução da decisão entre primeira e segunda instância, conforme sistematizado na Tabela 11.

Tabela 11. Distribuição de acórdãos dos Tribunais Regionais Federais por Evolução da Decisão  
Brasil  
1989-2005

Grupo A - Mérito	Evolução da decisão	% em relação ao TRF	% em relação ao Grupo
	Condenação-Condenação	22,9%	47,0%
	Condenação+Extinção da Punibilidade	8,7%	17,7%
	Absolvição-Absolvição	5,9%	12,1%
	Absolvição-Condenação	3,6%	7,5%
	Condenação-Absolvição	-- *	-- *
	Pluralidade de decisões	3,6%	7,3%
	Outros	-- *	-- *
<b>Total</b>			<b>100%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Verifica-se inicialmente que as decisões condenatórias prevalecem largamente. Incluídas aquelas em que, após a condenação, o TRF reconheceu a extinção da punibilidade dos réus (17,7%), as condenações correspondem a 72,2% dos acórdãos classificados no Grupo A (Tabela 11). Trata-se de 35,2% do total de decisões proferidas pelos TRFs.

Considerando apenas o Grupo A, na maior parte dos casos os TRFs mantiveram a decisão de primeira instância, tanto condenatória (47%) quanto absolutória (12,1%). Nas situações em que os TRFs reformaram a decisão de primeira instância, fizeram-no sobretudo para condenar réus que haviam sido absolvidos (7,5%). A hipótese contrária não comportou desagregação.

Tabela 11a. Distribuição de acórdãos dos Tribunais Regionais Federais por Evolução da Decisão (consolidada)  
Brasil  
1989-2005

Grupo A - Mérito	Evolução da decisão	% em relação ao TRF	% em relação ao Grupo
	Condenação-Condenação	22,9%	47,0%
	Condenação+Extinção da Punibilidade	8,7%	17,7%
	Absolvição-Absolvição e Condenação-Absolvição	9,5%	18,6%
	Absolvição-Condenação	3,6%	7,5%
	Pluralidade de decisões	3,6%	7,3%
	Outros	-- *	-- *
<b>Total</b>			<b>100%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

No tocante às absolvições, a Tabela 11a revela que os casos que resultaram em absolvição nos TRFs, independentemente da decisão de primeira instância, representam 18,6% das decisões do grupo e 9,5% do total de decisões dos TRFs.

## (ii) Grupo B: Prosseguimento

O Grupo B corresponde a 38,9% dos acórdãos proferidos pelos TRFs (Tabela 7).

Em boa parte dos casos, não havia decisão anterior a considerar ou, quando havia, essa informação não constava do acórdão analisado. Em virtude disso, as categorias que mostravam a evolução da decisão (primeira instância e TRFs) não comportaram desagregação.

De todo modo, vale destacar que, entre os acórdãos que indicavam a decisão de primeira instância, não registramos hipótese de decisão de prosseguimento, apenas de trancamento.

Tabela 12. Distribuição de acórdãos dos Tribunais Regionais Federais por Evolução da Decisão  
Brasil  
1989-2005

Grupo B - Prosseguimento	Evolução da decisão	% em relação ao TRF	% em relação ao Grupo
	Prosseguimento	24,0%	61,8%
	Trancamento	7,0%	18,0%
	Trancamento-Prosseguimento	-- *	-- *
	Trancamento-Trancamento	-- *	-- *
	Pluralidade de decisões	-- *	-- *
	Outros	4,0%	10,3%
	<b>Total</b>		<b>100%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Verifica-se, ademais, que prevalecem largamente as determinações de prosseguimento da persecução penal, correspondentes a 61,8% das decisões incluídas no Grupo B, sobre as decisões de trancamento, que representam apenas 18% das decisões.

Tabela 12a. Distribuição de acórdãos dos Tribunais Regionais Federais por Evolução da Decisão (consolidada)  
Brasil  
1989-2005

Grupo B - Prosseguimento	Evolução da decisão	% em relação ao TRF	% em relação ao Grupo
	Prosseguimento ou Trancamento-Prosseguimento	24,8%	60,2%
	Trancamento ou Trancamento-Trancamento	8,50%	20,7%
	Pluralidade de decisões	-- *	-- *
	Outros	4,0%	10,3%
<b>Total</b>			<b>100%</b>

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Direito GV.

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A Tabela 12a indica que, em 60% dos casos, as decisões dos TRFs determinaram o prosseguimento do feito, contra 20,7% situações de trancamento.

## 4. Resultados qualitativos: Superior Tribunal de Justiça

### 4.1 Mérito

De acordo com o estudo realizado, observa-se que apenas 14% das decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, referentes aos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, foram classificadas como “mérito”, por envolverem decisões absolutórias ou condenatórias. Nesse Grupo, quase a totalidade dos casos analisados constitui condenações.

#### 4.1.1 Condenações

As condenações correspondem à grande maioria dos casos do STJ classificados no Grupo A. Ademais, em 66,7% dos casos a condenação foi mantida nas três instâncias:

- Quase metade desses acórdãos resultou na manutenção das condenações pelo STJ, ora por ser reconhecida a tipicidade da conduta<sup>3</sup>, ora porque a análise da questão levantada no recurso exigiria dilação probatória e aprofundamento na situação fática que caberia apenas às instâncias de 1º e 2º grau<sup>4</sup>.
- Vários acórdãos tratavam da redução ou substituição da pena<sup>5</sup> tendo apenas um resultado na redução da pena aplicada anteriormente<sup>6</sup>.
- Alguns acórdãos objetivavam o trancamento<sup>7</sup> ou a anulação<sup>8</sup> da ação penal e, por terem sido negados pelo STJ, resultaram na manutenção da condenação existente.

No entanto, em diversas decisões condenatórias, houve divergência entre o resultado do processo no STJ e as decisões anteriores:

- Algumas condenações foram impostas após absolvição em segunda instância: nesses os casos, o STJ restabeleceu a condenação proferida em sentença de 1º grau. Em situação isolada, o STJ reduziu a pena aplicada (cujo cálculo havia se dado com fundamento na pena-base de delito diverso daquele ao qual a conduta do réu se subsumia) e reconheceu a extinção da pretensão punitiva Estatal diante da ocorrência de prescrição retroativa<sup>9</sup>, sem, contudo, indicar em qual momento esta teria se verificado. Em outra situação, o STJ indicou que foi restabelecida a decisão de primeira instância, o que permite inferir que a pena aplicada seria a fixada por aquela sentença<sup>10</sup>.
- Algumas condenações apenas ocorreram no STJ: em nenhum desses casos<sup>11</sup> o STJ procedeu à individualização das penas, limitando-se a cassar o acórdão absolutório.
- Em situação isolada<sup>12</sup>, após absolvição na primeira instância, houve condenação na segunda e a defesa voltou-se ao STJ postulando o arbitramento da fiança para a

<sup>3</sup> HC 8133-RS.

<sup>4</sup> REsp 478968-PR, REsp 633225-RS, REsp 644277-PR e HC 29327-RS.

<sup>5</sup> REsp 78681-RJ, HC 28476-RJ, HC 33743-RJ e HC 33674-SP.

<sup>6</sup> REsp 78681-RJ.

<sup>7</sup> PExt no HC 7842-RJ e HC 24543-RJ.

<sup>8</sup> REsp 573399-RS.

<sup>9</sup> REsp 702042-PR.

<sup>10</sup> REsp 215393-SP.

<sup>11</sup> REsp 313452-SP e REsp 328913-SP.

<sup>12</sup> HC 6764-SP.



concessão da liberdade provisória, pedido que havia sido negado pelo TRF-3. O STJ arbitrou a fiança em R\$ 12.000,00.

#### a) Crimes mais frequentes

Verificou-se que a maior parte dos casos analisados em que houve decisão condenatória ou manutenção da condenação pelo STJ tratam dos crimes capitulados nos Art. 17, *caput*<sup>13</sup> (Concessão de empréstimos vedados), Art. 4º, *caput*<sup>14</sup> (Gestão fraudulenta) e parágrafo único<sup>15</sup> (Gestão temerária), e Art. 16<sup>16</sup> (Exercício ilegal de instituição financeira). Outras condenações se deram pelos delitos capitulados nos seguintes dispositivos: Art. 5º, *caput*<sup>17</sup> (Apropriação indébita financeira), Art. 7º, III<sup>18</sup> (Emissão irregular de títulos ou valores mobiliários sem lastro ou garantia) e IV<sup>19</sup> (Emissão irregular de títulos ou valores mobiliários sem autorização), Art. 9º<sup>20</sup> (Fraude à fiscalização financeira), Art. 13<sup>21</sup> (Desvio de bens indisponíveis), Art. 20<sup>22</sup> (Desvio na aplicação de financiamento) e Art. 22, parágrafo único<sup>23</sup> (Evasão de divisas e manutenção de depósitos não declarados no exterior).

Vale salientar que o número de crimes pelos quais houve condenação é maior que o número total de casos que resultaram em condenação. Isso decorre da existência de concurso de crimes, nas modalidades de concurso material e formal ou de continuidade delitiva (Arts. 69<sup>24</sup>, 70<sup>25</sup> e 71<sup>26</sup> CP).

Destaca-se, por fim, que, entre os recursos analisados, não houve nenhuma decisão condenatória ou de manutenção da condenação pelo STJ relativamente aos crimes capitulados nos seguintes dispositivos da Lei n. 7.492/86 (além dos crimes que, de qualquer forma, não foram mencionados em nenhum acórdão, conforme **Item 3.6**, acima): Art. 6º (Estelionato Financeiro), Art. 7º, I (Emissão de títulos ou valores mobiliários falsos ou falsificados) e II (Emissão de títulos ou valores mobiliários sem registro ou com registro irregular), Art. 8º (Concussão Financeira), Art. 10 (Falsidade ideológica em documentos financeiros), Art. 11 (Movimentação de recurso em contabilidade paralela), Art. 14, *caput* (Uso de documento falso em liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira) e parágrafo único (Falso reconhecimento de crédito), Art. 15 (Manifestação ideologicamente falsa), Art. 17, parágrafo único, I (Usurpação de função financeira) e II (Distribuição disfarçada de lucros), Art. 18 (Violação de sigilo financeiro), Art. 19, *caput* (Obtenção de financiamento mediante fraude) e parágrafo único (Obtenção de financiamento mediante fraude em detrimento de instituição financeira oficial), Art. 21, *caput* (Falsa identidade para fim de operação de câmbio) e parágrafo único (Sonegação de informação para fins cambiais), Art. 22, *caput* (Evasão de divisas), e Art. 23 (Prevaricação financeira).

<sup>13</sup> HC 33743-RJ, REsp 313452-SP, REsp 215393-SP e REsp 328913-SP.

<sup>14</sup> HC 33674-SP, REsp 573399-RS e REsp 78681-RJ.

<sup>15</sup> REsp 702042-PR, REsp 644277-PR e HC 6764-SP.

<sup>16</sup> REsp 633225-RS, REsp 644277-PR e HC 24543-RJ.

<sup>17</sup> HC 33674-SP e REsp 573399-RS.

<sup>18</sup> PExt no HC 7842-RJ.

<sup>19</sup> HC 33674-SP.

<sup>20</sup> HC 33674-SP.

<sup>21</sup> HC 28476-RJ.

<sup>22</sup> REsp 478968-PR.

<sup>23</sup> HC 8133-RS.

<sup>24</sup> REsp 644277-PR e PExt no HC 7842-RJ.

<sup>25</sup> REsp 478968-PR e REsp 573399-RS.

<sup>26</sup> HC 33674-SP e PExt no HC 7842-RJ.

**b) Penas privativas de liberdade**

No tocante à aplicação das penas privativas de liberdade (PPLs), raramente deixou de ocorrer a substituição por penas restritivas de direitos (PRD) por superarem o patamar de 4 anos exigido pela legislação penal. Este foi o caso das situações descritas abaixo:

Recurso	Tipificação da Condenação	Pena aplicada
HC 33674-SP	Não há indicação no acórdão. (A denúncia imputou ao réu a prática dos crimes tipificados nos Arts. 4º, <i>caput</i> , 5º, <i>caput</i> , 7º, IV, e 9º, Lei n. 7.492/86).	8 anos de reclusão, regime inicial semi-aberto
PExt no HC 7842-RJ	Art. 7º, III, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 29, CP, em concurso material com art. 3º, VI, L 1521/51, em continuidade delitiva.	24 anos e 8 meses, sendo os primeiros 8 anos de reclusão e os demais de detenção, em regime fechado, e multa.
REsp 78681-RJ	Art. 4º, <i>caput</i> , Lei n. 7.492/86	5 anos de reclusão (não há informação sobre o regime de cumprimento).

**c) Substituição por penas restritivas de direitos**

Em mais de metade das condenações analisadas as penas privativas de liberdade aplicadas permitiram, de acordo com o Art. 44, I, e §2º, CP, sua substituição por uma pena restritiva de direito (PRD) e multa ou por duas PRDs. Sistematizamos as informações contidas em diversos acórdãos relativamente à pena aplicada e sua substituição na tabela abaixo:

Recurso	Tipificação da Condenação	Pena aplicada	Substituição <sup>27</sup>
REsp 478968-PR	Art. 20, Lei n. 7.492/86	2 anos e 4 meses de reclusão, 50 dias-multa, em valor unitário de 1/10 do salário-mínimo vigente à data do fato. Regime inicial de cumprimento aberto.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária, de 05 salários mínimos, destinados a entidade que preste relevantes serviços à sociedade, e (ii) prestação de serviços à comunidade ou à entidade públicas.
REsp 573399-RS	Arts. 4º e 5º, Lei n. 7.492/86, em concurso formal	3 anos de reclusão, 97 dias-multa, no valor unitário de 1 salário mínimo.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária de 1 salário mínimo mensal pelo tempo previsto para a pena de reclusão e (ii) prestação de serviços comunitários.
HC 28476-RJ	Art. 13, Lei n. 7.492/86	3 réus: 3 anos de reclusão e 50 dias-multa, 2 anos e 3 meses de reclusão e 40 dias-multa, e 2 anos de reclusão e 30 dias-multa, respectivamente, em regime inicial semi-aberto.	O STJ determinou que fosse concedida a substituição da PPL pela PRD.
REsp 702042-PR	Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 7.492/86	2 anos e 4 meses de reclusão <sup>28</sup> , 30 dias-multa.	Foram fixadas 2 PRDs, não especificadas no acórdão.
REsp 644277-PR	Arts. 4º, parágrafo único, e 16, Lei n. 7.492/86	3 anos de reclusão, em regime aberto, e 20 dias-multa, no valor unitário de 1/2 salário mínimo.	Foram aplicadas 2 PRDs, apenas uma delas especificada no acórdão: prestação pecuniária de 1 salário mínimo mensal pelo tempo da condenação.
HC 24543-RJ	Art. 16, Lei n.	2 anos e 6 meses de reclusão e	Foram aplicadas 2 PRDs, mas não há

<sup>27</sup> Essas substituições foram concedidas, em parte, desde a primeira instância (REsp 478968-PR; REsp 702042-PR; REsp 644277-PR; HC 24543-RJ), em parte, somente nos TRFs (REsp 573399-RS; HC 29327-RS) e, em parte, apenas no STJ (HC 28476-RJ).

<sup>28</sup> A pena foi recalculada com base na correção do erro material realizada pelo STJ. O juiz de 1ª instância, no momento do cálculo da pena, utilizou-se da pena-base prevista no *caput* do Art. 4º, e não a prevista no parágrafo único, pela qual o réu foi condenado. Ademais, o STJ decretou, de ofício, a extinção da punibilidade por ocorrência da prescrição retroativa decorrente da redução da pena.

	7.492/86	multa.	informação sobre quais no acórdão.
HC 29327-RS	Art. 5º, Lei n. 7.492/86	3 anos e 6 meses de reclusão e 100 dias-multa.	Foram aplicadas 2 PRDs, uma delas a ser fixada pelo Juízo da execução penal, e prestação pecuniária, equivalente à pena de multa.

No entanto, em alguns casos não há menção expressa à substituição da PPL, ainda tendo esta sido inferior a 4 anos.

Recurso	Tipificação da Condenação	Pena aplicada
REsp 633225-RS	Art. 16, Lei n. 7.492/86	1 ano de reclusão e pagamento de 60 dias-multas.
HC 33743-RJ	Art. 17, Lei n. 7.492/86	3 (anos) anos de reclusão, em regime fechado, e multa.
HC 6764-SP	Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 7.492/86	4 anos de detenção, regime inicial semi-aberto. O STJ arbitrou a fiança em R\$ 12.000,00, afirmando que, não promovido o depósito, a sentença condenatória poderia ser legitimamente cumprida com a prisão do paciente.

Finalmente, em diversos casos de condenação definitiva pelo STJ não houve definição da pena final aplicável<sup>29</sup>, razão pela qual não é possível avaliar a possibilidade de sua substituição por PRD.

#### 4.1.2 Absolvção

Isoladamente<sup>30</sup>, houve a absolvição do réu pelo STJ em situação na qual o réu havia sido condenado em primeira instância pela prática do crime previsto no Art. 17, Lei n. 7.492/86 (Concessão de empréstimos vedados). Em apelação criminal interposta pela defesa, a condenação foi mantida pelo TRF-4, por maioria. Diante dessa decisão, a defesa opôs Embargos Infringentes, que resultaram na absolvição do réu, por atipicidade da conduta (Art. 386, III, CPP), por maioria de votos. O Recurso Especial foi interposto pelo Ministério Público Federal, mas não foi conhecido pela 5ª Turma do STJ, por maioria de votos, mantendo-se, portanto, a decisão absolutória.

O voto condutor (Min. Gilson Dipp) destacou que o reexame da questão fático-probatória pelo STJ não é possível em respeito à Súmula STJ nº 7, que determina: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

O voto vencido (Min. José Arnaldo da Fonseca), no entanto, havia conhecido e provido o recurso do Ministério Público Federal, ao argumento de que o delito imputado ao réu não só é de mera conduta, como também teria restado comprovado, conforme declarado pelo Relator do acórdão da Apelação Criminal julgada pelo TRF-4.

#### 4.2 Prosseguimento

Como indicado anteriormente, 41,1% das decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, referentes aos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, versam sobre questões relativas ao prosseguimento da persecução em âmbito criminal.

<sup>29</sup> REsp 215393-SP, REsp 313452-SP, REsp 328913-SP e HC 8133-RS.

<sup>30</sup> REsp 654447-SC.

A grande maioria resultou de pedidos interpostos ao longo da ação penal. Alguns foram interpostos durante o inquérito policial e no momento do recebimento da denúncia, isto é, após não recebimento pelo juiz. Poucos foram posteriores à sentença de primeira instância.

Ademais, a maior parte chegou ao STJ por meio da atuação da defesa. Dentre eles, a maioria foi interposta ao longo da ação penal, apenas poucos durante o inquérito policial, e ainda menos no momento do recebimento da denúncia e após a sentença de primeira instância. Quanto aos recursos interpostos pelo Ministério Público Federal, mais da metade foi interposto ao longo da ação penal, e apenas poucos durante o inquérito policial e no momento da denúncia.

Apresentamos a seguir os principais argumentos utilizados para fundamentar os pedidos e as decisões de trancamento e prosseguimento dos feitos. Organizamos as informações a partir dos pedidos formulados pela defesa (item B.1) e pela acusação (B.2).

#### *4.2.1 Pedidos formulados pela defesa*

Do número total de recursos interpostos pela defesa, a maior parte visava o trancamento da ação penal antes da sentença e algumas objetivavam o trancamento do inquérito policial. Outros pedidos visavam a suspensão condicional do processo, a rejeição da denúncia e a anulação da decisão que havia recebido a denúncia, o trancamento da ação penal após a sentença condenatória de primeira instância e o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal.

Diversos fundamentos foram utilizados nos pedidos formulados pela defesa. Buscamos agrupá-los conforme o argumento central que embasou os pedidos e norteou a fundamentação da decisão do STJ. A ordem de apresentação indica a frequência de utilização dos argumentos.

##### **a) Falta de justa causa por atipicidade**

O argumento mais utilizado na discussão sobre o prosseguimento da persecução penal é a alegação de falta de justa causa. Em quase metade dos acórdãos decorrentes da interposição de recurso pela defesa a “falta de justa causa” constitui o elemento central da discussão. O argumento aparece como decorrência da alegação de atipicidade ou formulado genericamente, como se verá no próximo item.

Mais especificamente, a alegação de ausência de justa causa por atipicidade é central em mais da metade dos acórdãos incluídos no grupo “justa causa” (Itens 4.2.1.a e 4.2.1.b)<sup>31</sup>. Em alguns desses casos, a atipicidade é alegada como decorrência da ausência de dolo dos acusados<sup>32</sup> ou por erro de proibição<sup>33</sup>.

No conjunto “falta de justa causa por atipicidade”, verifica-se que alguns dos pedidos foram formulados ao longo do inquérito policial e a maior parte, ao longo da ação penal.

Analisando-se o resultado dos pedidos apresentados durante o inquérito policial, percebe-se que poucos foram negados, prosseguindo-se com a investigação sob o argumento de que “havendo suspeita de crime, deve o inquérito seguir o seu trâmite”, sendo que o seu trancamento caberia apenas “nas hipóteses excepcionais em que (...) mostra-se evidente a atipicidade do fato ou a inexistência de autoria por parte do indiciado, não sendo cabível quando há apuração

<sup>31</sup> RHC 9505-MT; RHC 14629-CE; RHC 8272-MS; RHC 6606-SP; RHC 3689-SP; RHC 10852-GO; RHC 4146-SP; RHC 6264-SP; HC 24539-SP; RHC 8246-SC; RHC 7280-MA; RHC 6368-SP; e HC 13869-RS.

<sup>32</sup> RHC 3689-SP; RHC 6368-SP; e HC 13869-RS.

<sup>33</sup> RHC 6606-SP e RHC 4146-SP.

plausível de conduta que, em tese, constitui prática de crime”<sup>34</sup>. Nessa esteira de pensamento, o STJ decretou o trancamento de inquérito policial em que verificou ser flagrante a atipicidade da conduta dos indiciados, pois teriam cumprido procedimento imposto por normas do Banco Central do Brasil<sup>35</sup>.

Entre os pedidos formulados no curso da ação penal, quase a totalidade deles buscava o trancamento da ação penal<sup>36</sup> e, isoladamente, a suspensão condicional do processo. Mais da metade dos pedidos de trancamento<sup>37</sup> e o pedido de suspensão condicional do processo<sup>38</sup> foram negados pelo STJ, sob o argumento de que se “a denúncia descreve fatos que, em tese, apresentam a feição de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional” e estando presente, portanto, “suspeita de tipicidade e materialidade delitiva”, bem como sendo possível o exercício da defesa, “não se deve trancar a ação penal e obstar o processamento do feito”, pois “somente a instrução criminal poderá determinar a ocorrência, ou não, de conduta típica”. Da mesma forma, especificamente quanto aos argumentos relativos à ausência de dolo, o STJ estabeleceu que “somente a instrução ensinará projetá-lo, ou refutá-lo”.

Interessante notar, por seu turno, que os raros pedidos de trancamento da ação penal que foram fundados na alegação de ausência de justa causa por atipicidade decorrente de erro de proibição receberam acolhida no STJ, tendo as ações penais sido trancadas. Nos casos analisados, os acusados haviam realizado a conduta descrita na denúncia sob a permissibilidade do Banco Central do Brasil que, em diversas fiscalizações, não considerou necessário exigir que o comportamento fosse interrompido ou alterado. Por esse motivo, o STJ reconheceu a ausência da potencial consciência da ilicitude do fato e, assim, a ausência de culpabilidade, afastando o ilícito em função da autorização tácita que os réus receberam do órgão fiscalizador<sup>39</sup>.

#### **b) Falta de justa causa e/ou inépcia da denúncia**

Em pouco menos da metade dos casos em que a alegação de falta de justa causa é central à decisão, o argumento está formulado de modo genérico e muitas vezes aparece nos acórdãos combinado com a alegação de inépcia da denúncia<sup>40</sup> - na forma “justa causa e/ou inépcia da denúncia”.

Entre estes, pouco mais da metade foi negado pelo STJ<sup>41</sup>, ao fundamento de que “a falta de justa causa para a ação penal só pode ser declarada quando, de pronto, sem necessidade de dilação probatória, evidenciar-se a atipicidade do fato, a ausência de indícios de autoria capazes de sustentar a acusação ou, ainda, a existência de causa de extinção da punibilidade”. Ademais, em situação de pedido cumulado com a postulação da liberdade provisória do réu, esta também foi negada, pois haveria a possibilidade de sua fuga, uma vez que, sendo estrangeiro, não possuía vínculos com o Brasil.

<sup>34</sup> Deve ser mencionado que o pedido de trancamento do RHC 9505-MT não foi conhecido por intempestividade, mas, ainda assim, o STJ se posicionou que naquele caso seria aplicável o mesmo raciocínio ensejador do prosseguimento da investigação.

<sup>35</sup> RHC 8272-MS.

<sup>36</sup> Dentre estes, deve ser destacado que o HC 24539-SP restou prejudicado em razão da extinção da punibilidade decorrente do falecimento do réu.

<sup>37</sup> RHC 6264-SP; RHC 8246-SC; RHC 7280-MA; RHC 6368-SP; e HC 13869-RS.

<sup>38</sup> RHC 10852-GO.

<sup>39</sup> RHC 6606-SP e RHC 4146-SP.

<sup>40</sup> RHC 14153-RS; HC 38385-RS; RHC 1568-RJ; RHC 11786-SC; HC 12731-SR; HC 5354-SP; e HC 10329-PR.

<sup>41</sup> RHC 14153-RS; HC 38385-RS; HC 5354-SP; e HC 10329-PR.

Por sua vez, os pedidos de trancamento da ação penal concedidos pelo STJ basearam-se no reconhecimento da atipicidade da conduta atribuída aos réus<sup>42</sup>.

### c) Inépcia e falta de individualização da conduta

Destaca-se como argumento recorrente também a alegação de ausência de individualização da conduta dos acusados.

Este argumento aparece combinado com a inépcia da denúncia<sup>43</sup> e com a falta de justa causa por atipicidade<sup>44</sup>, cada um correspondendo a metade dos casos. Isoladamente, aparece combinado com alegação de ausência de dolo do acusado<sup>45</sup> e de incompetência da Justiça Estadual para julgar o feito<sup>46</sup>.

O STJ negou a maior parte desses pedidos<sup>47</sup> aduzindo que, em se tratando de crimes societários, mesmo que sucinta, se a denúncia “descreve adequadamente a conduta incriminada, ainda que não detalhada individualmente, se é possível ao denunciado compreender os limites da acusação e, em contrapartida, exercer ampla defesa” não se pode afirmar que seja inepta<sup>48</sup>.

### d) Prescrição da pretensão punitiva

As alegações de prescrição da pretensão punitiva aparecem cumuladas com a alegação de falta de individualização da conduta dos acusados<sup>49</sup>, ou de inconstitucionalidade do dispositivo legal imputado ao acusado na denúncia - Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 7.492/86 - Gestão temerária<sup>50</sup>.

Houve situação em que a defesa buscava o reconhecimento da chamada “prescrição em perspectiva”<sup>51</sup>, afirmando que, devido ao fato de ser o réu primário e dada a ausência de agravantes, caso fosse condenado, sua pena seria estabelecida no mínimo legal, pelo que a prescrição já teria ocorrido. O STJ afastou esse argumento afirmando que, diante da ausência de sentença condenatória, a prescrição se regula pelo limite máximo da pena cominada em lei, com o que o prazo prescricional ainda não teria decorrido. Ademais, destacou que “somente ocorre a prescrição regulada pela pena em concreto após o trânsito em julgado para a acusação, não

<sup>42</sup> RHC 11786-SC; HC 12731-SR; e RHC 1568-RJ.

<sup>43</sup> HC 18391-SP; HC 32710-MG; RHC 12173-SP; e RHC 8389-RJ.

<sup>44</sup> HC 29450-PR; RHC 6265-SP; HC 18338-PR e HC 33453-PR.

<sup>45</sup> RHC 6265-SP.

<sup>46</sup> RHC 179-RJ.

<sup>47</sup> RHC 6265-SP; HC 18338-PR e HC 33453-PR. E isoladamente determinou a sua devolução ao TRF de origem: O HC 29450-PR não foi julgado pelo STJ, que determinou a devolução da matéria ao TRF de origem (4ª Região), para que fosse por este Tribunal apreciada, sob pena de supressão de instância. O TRF da 4ª Região havia entendido ser incompetente para a análise do HC devido ao fato de que o HC foi impetrado paralelamente à apresentação de Apelação Criminal, após a condenação em 1ª instância, com o que entendeu que passaria a ser autoridade coatora. Porém, o STJ entendeu que o TRF da 4ª Região não era a autoridade coatora, em razão de o recurso de apelação ainda não ter sido julgado, não havendo, desta forma, qualquer manifestação por parte do TRF da 4ª Região que o transformasse em autoridade coatora.

<sup>48</sup> Na hipótese em que houve também alegação de incompetência da Justiça Estadual, esta foi afastada pelo STJ, o qual destacou que, nos casos em que os fatos objeto da ação ocorreram antes da vigência da Lei n. 7.492/86, sua aplicação implicaria prejuízo ao réu e, portanto, infração ao princípio que veda a retroatividade da lei mais severa, pelo que deve ser confirmada a competência da Justiça Estadual para julgar o feito conforme as leis vigentes ao tempo dos fatos. (RHC 179-RJ).

<sup>49</sup> RHC 11249-RJ e RHC 10315-RS.

<sup>50</sup> REsp 398079-PR. O recurso restou prejudicado por perda de objeto, pois já fora impetrado HC em favor do réu, que foi julgado pelo STJ e reconheceu a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, decretando a extinção da punibilidade do réu.

<sup>51</sup> RHC 11249-RJ.

havendo falar, por conseguinte, em prescrição em perspectiva, desconsiderada pela lei e repudiada pela jurisprudência”.

Em outra situação<sup>52</sup>, o STJ reconheceu que poderia ser argumentada a ocorrência da prescrição relativamente aos fatos descritos na primeira parte da imputação (Art. 21, parágrafo único, Lei n. 7.492/86 – Sonegação de informação para fins cambiais), com base na data em que os contratos de câmbio em torno dos quais girava o processo foram assinados. No entanto, como este delito somente se consuma “com a ausência de informações e/ou declaração falsa da baixa ou cancelamento dos contratos”, e isso ocorreu em momento posterior à sua assinatura, o STJ afirmou não ter ocorrido a prescrição. Além disso, os réus também eram acusados de manterem depósitos não declarados no exterior (Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86 – Evasão de divisas e manutenção de depósitos não declarados no exterior), delito de caráter permanente, segundo o entendimento do STJ, o que impõe que a contagem do prazo prescricional se inicie somente a partir do momento em que cessa a prática delitiva (CP, Art. 111, III).

Assim, nesses casos, a alegada inépcia da denúncia por ausência de individualização da conduta dos acusados foi afastada.

#### **e) Relação com a esfera administrativa**

Em alguns acórdãos, a discussão central girou em torno da relação entre a esfera judicial e a administrativa, sendo que, em parte, a defesa alegou falta de justa causa para a ação penal por arquivamento do processo administrativo correspondente<sup>53</sup> e, em parte, por ausência de decisão definitiva na esfera administrativa<sup>54</sup>.

Os pedidos foram rechaçados pelo STJ, ao argumento de que a sua jurisprudência “já se firmou no sentido da independência das instâncias administrativa e penal, em caso de crimes contra o Sistema Financeiro, não ficando o Poder Judiciário, ao analisar a admissibilidade da acusação, vinculado a qualquer entendimento consignado na esfera administrativa”.

Destaca-se que esse entendimento prevaleceu mesmo na situação em que o processo administrativo havia sido arquivado ante o reconhecimento, pelo Banco Central do Brasil, de que os acusados agiram sem a intenção de mascarar suas operações (tendo sido acusados pelo delito tipificado no Art. 17 – Concessão de empréstimos vedados) e que, portanto, não agiram ilicitamente<sup>55</sup>.

#### **f) Litispendência**

Em alguns casos, a defesa buscou o trancamento da ação penal sob a alegação de litispendência<sup>56</sup>. Os pedidos foram negados pelo STJ, ao fundamento de que não havia, nas situações descritas, litispendência, uma vez que os fatos descritos nas respectivas denúncias não coincidiam com os dos outros processos mencionados, e destacou que a defesa deve ser promovida em relação aos fatos descritos e imputados, independentemente da capitulação feita pela acusação.

#### **g) Outros**

A falta de justa causa foi argüida também em função dos seguintes argumentos:

---

<sup>52</sup> RHC 10315-RS.

<sup>53</sup> RHC 10453-SP e HC 5582-SP.

<sup>54</sup> HC 4707-RJ.

<sup>55</sup> HC 5582-SP.

<sup>56</sup> HC 29669-MT e HC 11394-MS.

- *erro na tipificação realizada na denúncia e incompetência da Justiça Federal*<sup>57</sup>: o STJ negou o trancamento da ação penal por entender que não ocorreu o erro alegado, posto que a Lei n. 7.492/86 abrange também as empresas que atuam como instituições financeiras sem a devida autorização, razão pela qual a Justiça Federal também seria competente para o processo e julgamento do feito;

- *incompetência da Justiça Federal*<sup>58</sup>: o STJ negou o trancamento da ação penal por entender que “os fatos descritos na denúncia (...) narram operações bancárias fraudulentas com o intuito de obter vantagens ilícitas, o que, em tese, configura crime contra o sistema financeiro”. Assim, destacou que, nos termos do Art. 26, Lei n. 7.492/86, a competência da Justiça Federal é atraída para processar e julgar os crimes tipificados nesta Lei por agredirem o Sistema Financeiro Nacional por atingirem os interesses da União, qualquer que seja a lesão causada à credibilidade das instituições financeiras e sejam estas públicas ou privadas.

- *erro na tipificação realizada na denúncia, atipicidade da conduta e falta de sua individualização e prescrição*<sup>59</sup>: o STJ determinou a devolução do pedido de trancamento da ação penal para julgamento pelo TRF da 5ª Região, sob pena de supressão de instâncias;

- *ausência de prejuízo decorrente da conduta do acusado*<sup>60</sup>: o trancamento da ação penal foi indeferido pelo STJ com base no argumento de que não se exige a ocorrência de prejuízo para a configuração típica da conduta imputada ao réu – de distribuição ou recebimento disfarçado de lucros de instituição financeira (Art. 17, parágrafo único, II, Lei n. 7.492/86 – Distribuição disfarçada de lucros); e

- *incapacidade ativa dos acusados*<sup>61</sup>: o pedido de rejeição da denúncia foi negado pelo STJ ao argumento de que “se a prova existe de que os denunciados eram os dirigentes das empresas que realizaram as operações tipificadas no Art. 22, Lei n. 7.492/86 compete ao juiz receber a denúncia para apurar a responsabilidade deles na prática dos atos delituosos, ainda que a exordial não seja um primor”.

Finalmente, também foi pedida a anulação da decisão que determinou o recebimento da denúncia em 2º grau em função do *desrespeito à garantia do contraditório*<sup>62</sup>, uma vez que a defesa não foi intimada para se manifestar quanto ao Recurso em Sentido Estrito apresentado pelo Ministério Público Federal que resultou na decisão de recebimento da denúncia.

Verifica-se, portanto, que, dos recursos interpostos pela defesa, o STJ acolheu apenas alguns, negando a maior parte, e determinando, portanto, o prosseguimento de ações penais<sup>63</sup>, inquéritos policiais e o recebimento de denúncia. Ademais, não apreciou alguns pedidos, determinando, em parte, a devolução dos autos ao TRF de origem para que fossem apreciados, sob pena de supressão de instância jurisdicional, e, em parte, declarando-os prejudicados, seja pelo anterior reconhecimento da extinção da punibilidade por prescrição da pretensão punitiva estatal, seja em função do falecimento do réu.

<sup>57</sup> RHC 14878-CE.

<sup>58</sup> RHC 1432-MT.

<sup>59</sup> RHC 17523-PE.

<sup>60</sup> HC 33042-PR.

<sup>61</sup> HC 10856-RJ.

<sup>62</sup> HC 35190-SP.

<sup>63</sup> Aqui incluída a ação penal na qual foi pleiteada (e negada) a suspensão condicional do processo.



#### 4.2.2 Pedidos formulados pela acusação

Relativamente aos recursos interpostos pelo Ministério Público Federal, metade voltava-se ao prosseguimento da ação penal<sup>64</sup>, alguns ao do inquérito policial<sup>65</sup> e alguns, ao não recebimento da denúncia<sup>66</sup>. Isoladamente, verificou-se pedido de condenação do réu<sup>67</sup>.

Quanto à fundamentação dos recursos interpostos pelo Ministério Público Federal, classificamos os acórdãos em dois grupos: acórdãos dos quais não é possível extrair o fundamento por ausência de detalhamento dos argumentos apresentados – correspondentes a quase metade dos casos – e acórdãos dos quais é possível identificar a fundamentação.

##### a) Ausência de fundamentação

Verificou-se que, nesse conjunto, metade dos recursos não foi conhecido pelo STJ. Em situação isolada, o acórdão indica que a falta de fundamentação do recurso decorre da ausência de indicação do dispositivo legal que se considerou violado (conforme exige a Súmula STF 284<sup>68</sup>). Assim, afirmou o STJ que: “não se conhece do apelo especial quando os paradigmas colacionados não alcançam as peculiaridades relevantes que dão o suporte fático do acórdão atacado”<sup>69</sup>, com o que foi mantido o trancamento decretado em 2º grau.

Outra situação<sup>70</sup> foi tida como intempestiva, pois, segundo declarou o STJ: “considera-se intimado o Ministério Público no momento em que o processo chega à Procuradoria-Geral e não na data em que foi posto o ciente do *parquet*, para efeito de recorrer”. Assim, prevaleceu o arquivamento do inquérito policial, decretado pelo TRF da 2ª Região com base na atipicidade da conduta.

Há ainda situação em que o recebimento da denúncia foi negado por ter o STJ entendido que os fatos narrados na denúncia eram atípicos em relação ao crime previsto na Lei n. 7.492/86 sob o qual foram classificados (Art. 16 - Exercício ilegal de instituição financeira), e pelo qual foram denunciados, constituindo-se apenas o delito de usura, pois os réus efetuaram empréstimos com recursos próprios, a juros exorbitantes, mas não captaram ou intermediaram recursos de terceiros.

Em sentido contrário, o STJ decretou o recebimento de denúncia e processamento da ação penal sob o argumento de que da análise dos autos não restou “qualquer dúvida a respeito da materialidade e autoria delitivas”, razão pela qual julgou ser necessário o processo penal, apto a permitir a análise de todos os elementos relativos aos fatos narrados, inclusive os argumentos da defesa apresentados em contra-razões ao recurso.

##### b) Fundamentação presente

Em alguns recursos, o Ministério Público Federal alegou a existência de justa causa em função da tipicidade da conduta, tanto para solicitar o prosseguimento da ação penal<sup>71</sup> quanto a condenação do acusado<sup>72</sup>. Nenhum deles foi acolhido pelo STJ, ora por “não vislumbrar negativa

<sup>64</sup> REsp 265075-SP; REsp 564950-DF; REsp 164565-SP; REsp 543300-RJ; e REsp 157604-RJ.

<sup>65</sup> REsp 577644-RJ e REsp 674898-RJ.

<sup>66</sup> REsp 331393-SP e REsp 219996-RS.

<sup>67</sup> REsp 148981-CE.

<sup>68</sup> Súmula STF 284: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

<sup>69</sup> REsp 543300-RJ.

<sup>70</sup> REsp 577644-RJ.

<sup>71</sup> REsp 157604-RJ.

<sup>72</sup> REsp 148981-CE.

de vigência” ao dispositivo mencionado na denúncia, ora porque, para conhecê-lo, seria necessário examinar “o quadro probatório, o que esbarra na Súmula 7 do STJ<sup>73</sup>”, segundo argumentou o Tribunal.

Em alguns casos, o Ministério Público Federal pleiteou o prosseguimento da ação penal sob os argumentos de que “o trancamento de ação penal em sede de *habeas corpus* somente se justifica quando da simples exposição dos fatos resta evidenciada a falta de justa causa, com o reconhecimento de que há imputação de fato atípico ou da ausência de qualquer elemento indiciário que fundamente a acusação” e que não é possível trancar uma ação penal quando esta decisão exige “o exame dos fatos e das provas para analisar a tipicidade da conduta dos acusados”<sup>74</sup>. Estes recursos foram acolhidos pelo STJ, que reafirmou os argumentos destacados pela acusação e, assim, determinou o prosseguimento das ações penais, para que se realizasse o devido e completo exame valorativo do conjunto fático-probatório.

Ademais, isoladamente<sup>75</sup>, o Ministério Público Federal pleiteou o prosseguimento de ação penal pelo fato de poder o acusado (membro do Conselho de Administração de um banco) figurar como sujeito ativo do crime descrito na denúncia – Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 7.492/86 (Gestão temerária). O STJ acolheu o pedido para decretar o prosseguimento da ação, ao argumento de que “quem de qualquer forma concorre para o crime incide nas penas a este cominada, na medida de sua culpabilidade (CP, Art. 29), e a operação financeira de risco jamais seria concluída sem o assentimento do Conselho de Administração” do banco, razão pela qual “a aprovação da gestão temerária conduz à responsabilidade criminal”. Assim, entendeu o STJ que “o fato imputado ao recorrido, membro do Conselho de Administração, substancia precisamente ato de gerência”, razão que justifica o prosseguimento do feito.

Isoladamente, buscando o prosseguimento de inquérito policial, o Ministério Público Federal opôs Embargos de Declaração em face de decisão do TRF da 2ª Região que o havia trancado, alegando que este Tribunal não teria apreciado o argumento do Ministério Público Federal no sentido de que isso somente poderia ocorrer após o trânsito em julgado da decisão cível que declarara nulo o ato administrativo do Banco Central do Brasil que revogou a autorização da empresa para atuar no mercado de câmbio. Não tendo sido os Embargos conhecidos, recorreu ao STJ com o mesmo argumento<sup>76</sup>. No entanto, o STJ apenas determinou a devolução da matéria ao TRF da 2ª Região, para que este analisasse a questão omitida originalmente.

Verifica-se, portanto, que, dos recursos interpostos pelo Ministério Público Federal que pleiteavam o prosseguimento dos feitos, o STJ acolheu pouco menos da metade, determinando o prosseguimento de ações penais e o recebimento de denúncia; negou alguns, e não apreciou outros, mantendo o trancamento de ação penal e de inquérito policial (decretados em segunda instância) e determinando a devolução dos autos ao TRF de origem para que fosse apreciado o argumento anteriormente omitido em decisão sobre o prosseguimento ou trancamento de inquérito policial.

#### 4.3 Cautelar

<sup>73</sup> Súmula STJ 7: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.”

<sup>74</sup> Respectivamente, REsp 564950-DF e REsp 164565-SP.

<sup>75</sup> REsp 265075-SP.

<sup>76</sup> REsp 674898-RJ.

Do total de decisões analisadas no STJ, muito poucas tratavam de questões cautelares. Esses acórdãos podem ser classificados de acordo com a matéria: liberdade, patrimônio, e sigilo bancário.

#### 4.3.1 Liberdade

Como se vê no quadro abaixo, a maior parte dos acórdãos versando sobre liberdade objetivava a revogação da prisão preventiva. Apenas um deles foi concedido.

Grupo Cautelar - Liberdade			
Nº Processo	Recorrente/Impetrante	Pedido	Resultado STJ
HC 27299-ES	Defesa	Revogação da prisão preventiva	Manutenção da Prisão Preventiva
HC 47712-RJ	Defesa	Revogação da prisão preventiva	Revogação da Prisão Preventiva
HC 29684-RJ	Defesa	Revogação da prisão preventiva	Manutenção da prisão preventiva
HC 10329-PR	Defesa	Revogação da prisão preventiva	Manutenção da prisão preventiva
REsp 672895-PR	MPF	Decretação da prisão preventiva	Prejudicado em face da condenação <sup>77</sup> .
HC 43598-PR	Defesa	Não aplicação da pena antes do trânsito em julgado (em face de julgamento de recurso especial pendente)	Execução da pena antes do trânsito em julgado (em face de julgamento de recurso especial pendente)

#### 4.3.2 Patrimônio

<sup>77</sup> Nesse caso, o MPF apresentou Recurso Especial contra decisão do TRF, que concedeu Habeas Corpus revogando a prisão preventiva do acusado no curso do processo em primeira instância. O pedido do MP voltava-se à decretação da prisão preventiva com base na magnitude da lesão (Art. 30, L 7492/86) e em ocorrência de prejuízo à instrução criminal, pelo desaparecimento de documentos probatórios e pelo fato de ser o réu pessoa influente e poderosa no meio social, que poderia continuar interferindo na instrução probatória. Após a interposição do REsp, houve decisão condenatória em 1º grau, pelos delitos previstos no Art. 4º, caput, L 7492/86, e no Art. 288, CP, a 12 anos e 8 meses de reclusão e pagamento de 300 dias-multa. Por esse motivo, o STJ julgou prejudicado o pedido do MP, em vista do proferimento de sentença que determinou a pena em concreto. "Uma vez sentenciado o feito, resta prejudicado o presente apelo nobre em que se busca a decretação da preventiva".

Entre os acórdãos que tratavam de questão cautelar relacionada a patrimônio, há um pedido de anulação da decretação de perdimento do bem interposto pela defesa e, outro, interposto pela União, buscava a não devolução do dinheiro apreendido com o acusado.

No primeiro caso, o recorrente sustenta a violação do Art. 91, II, b do Código Penal, uma vez que os valores apreendidos não constituem produto ou proveito do fato criminoso, uma vez que não se trata de coisa obtida diretamente da infração penal. O STJ decidiu pela aplicação do perdimento após o devido processo legal, afirmando que o dinheiro deveria ser colocado à disposição do Banco Central para que fossem obedecidas as formalidades previstas na Lei n. 9.069/95, após o devido processo legal, podendo configurar na perda do valor excedente aos R\$ 10.000,00 previstos como possíveis de sair do país sem atender aos critérios estabelecidos em lei<sup>78</sup>.

No segundo caso, a União buscava a condenação do acusado e a não devolução do dinheiro apreendido juntamente com ele. O STJ decidiu pela manutenção da devolução do dinheiro apreendido, pois entendeu não ser típica a conduta do recorrido que adentrou no território nacional portando moeda estrangeira, o que não acarretaria transgressão ao Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86<sup>79</sup>.

#### 4.3.3 Sigilo Bancário

Por fim, no Grupo de medidas cautelares há um único acórdão relacionado à quebra de sigilo bancário.

No Recurso em Mandado de Segurança 8632-GO a defesa pleiteou a revogação da quebra do sigilo bancário dos acusados. Nesse caso, o STJ decidiu pela suspensão da quebra do sigilo bancário, pois o ato foi determinado pelo juiz da Justiça Estadual, incompetente para o ato. A competência para processar e julgar os crimes descritos na Lei n. 7.492/86 é da Justiça Federal, assim, a ordem de decretação deveria ter sido proferida por um juiz Federal, o que invalida os atos praticados pela Justiça Federal.

#### 4.4 Competência

Conforme indicado anteriormente, observa-se que 38% das decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, referentes aos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, versam sobre questões de competência.

##### 4.4.1 Conflitos de Competência em razão da natureza da infração

Dos acórdãos versando sobre competência, grande parte foi suscitada com o objetivo de determinar a remessa dos autos da Justiça Federal para a Justiça Estadual, com o fundamento de não se ter verificado a ocorrência de crime contra o Sistema Financeiro Nacional.

As principais alegações identificadas nos acórdãos que pleiteavam a remessa para a Justiça Estadual foram: (i) a conduta dos acusados não causou lesão ao Sistema Financeiro, prejudicando apenas particulares; (ii) a conduta dos acusados não deve ser tipificada como crime contra o sistema financeiro nacional, mas sim como estelionato (Art. 171, do Código Penal); (iii) os fatos narrados na denúncia referem-se a ofensa à economia popular e não ao Sistema Financeiro Nacional (Lei n. 1521/51); (iv) a conduta dos acusados não ofendeu interesse da União, afastando, portanto, a competência da Justiça Federal.

---

<sup>78</sup> REsp. 571007-PR.

<sup>79</sup> REsp. 189144-PR.

Entre esses acórdãos que buscavam a remessa para a Justiça Estadual, a maioria teve o conflito de competência acolhido e os autos foram remetidos para a Justiça Estadual.

Entre as decisões que determinaram a remessa para a Justiça Estadual, verifica-se que os principais argumentos utilizados, em ordem de frequência, foram:

- Ausência de demonstração de qualquer lesão a bens, serviços ou interesses da União ou Sistema Financeiro Nacional<sup>80</sup>.
- Ausência de tipificação da conduta do agente como crime contra o Sistema Financeiro Nacional<sup>81</sup>.
- Ausência de caracterização da lesão a particulares como crime contra o Sistema Financeiro Nacional<sup>82</sup>.
- Afirmação de que a utilização de recursos financeiros próprios para a realização dos empréstimos não pode ser equiparada a instituição financeira<sup>83</sup>.
- Alegação de que o sujeito ativo da infração não é instituição financeira, pessoa jurídica ou física a ela equiparada, o que acarretaria a tipificação como crime comum de usura pecuniária consistente na cobrança de juros extorsivos, configurando ação ofensiva à economia popular (Lei n. 1.521/51)<sup>84</sup>.
- Alegação de que a Lei n. 1.521/51 é mais benéfica ao réu do que a Lei n. 7.492/86.<sup>85</sup>
- Alegação de que a emissão de cheque sem provisão de fundos, lesando vítima e outros clientes, não consubstancia operação financeira<sup>86</sup>.

Por sua vez, os poucos acórdãos que rejeitaram o conflito de competência e decidiram pela manutenção do processamento do feito perante a Justiça Federal utilizaram principalmente os seguintes argumentos:

- A formação da sociedade em conta de participação para a captação de clientes e formação de grupos de crédito constitui simulação de efetiva atividade de administração de grupos de consórcio.
- O interesse da União na higidez, confiabilidade e equilíbrio do sistema financeiro indica ser a matéria de competência da Justiça Federal<sup>87</sup>.
- A manutenção de empresa de consórcio sem autorização da Receita Federal caracteriza a conduta descrita no Art. 16, Lei n. 7.492/86<sup>88</sup>.
- Ausência de atração do feito pelo juízo falimentar tendo em vista a inexistência de conexão necessária entre crimes falimentares e crimes contra o Sistema Financeiro Nacional<sup>89</sup>.

<sup>80</sup> CC 37215-SP; CC 2640-RJ; CC 22275-SP; CC 19302-GO; CC 23116-RS; CC 20388-SP; CC 23122-SP, CC 36364-SC; CC 23118-RS, CC 16721-SP.

<sup>81</sup> CC 15494-GO; CC 36927-SP; CC 36200-PR; CC 18164-MG; CC 20339-RO; CC 39405-SP; CC 3445-RJ.

<sup>82</sup> CC 23118-RS; CC 25667-RS; CC 21471-DF; CC 23123-RS; CC 23584-RS; CC 19537-GO.

<sup>83</sup> CC 31072-RJ; CC 29933-SP; CC 25519-SP.

<sup>84</sup> CC 21358-PB; CC 18044-SP; CC 19798-PR.

<sup>85</sup> CC 23766-SP; CC 2997-RJ.

<sup>86</sup> CC 23481-GO.

<sup>87</sup> CC 41915-SP.

<sup>88</sup> CC 12819-MG.

<sup>89</sup> CC 29658-SP.

Outros conflitos de competência pleiteavam a declaração de incompetência da Justiça Estadual para processar e julgar o feito, requerendo a remessa dos autos para a Justiça Federal. Os principais argumentos utilizados nas decisões nesses acórdãos foram:

- O indiciado mantinha empresa de "factoring", em afronta às regras do sistema bancário-financeiro nacional, devendo, portanto, ser o ilícito julgado pela Justiça Federal<sup>90</sup>.
- Os denunciados, na gerência de instituição financeira por equiparação, mediante prévio conluio com os vendedores, adquiriram no mercado mobiliário, por preço muito elevado, ações de baixa liquidez, em prejuízo da Fundação CESP<sup>91</sup>.
- Os acusados eram proprietários de uma empresa corretora de valores, indiciada por apropriação indébita de ouro pertencente a investidores seus clientes. Segundo o STJ, a conduta do paciente se amoldava ao Art. 5º, Lei n. 7.492/86, sendo, portanto, competente a Justiça Federal para processar e julgar o feito<sup>92</sup>.

Desses acórdãos que pleiteavam a remessa dos autos da Justiça Estadual para a Justiça Federal, a metade teve o conflito de competência acolhido (os autos foram remetidos para a Justiça Federal), e a outra metade teve o conflito de competência rejeitado (os autos permaneceram na Justiça Estadual).

Os acórdãos que rejeitaram o conflito de competência, determinando que os autos permanecessem na Justiça Estadual utilizaram como principal fundamento a não ocorrência de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, previsto na Lei n. 7.492/86, em situações em que a conduta dos indiciados teve projeção apenas no âmbito dos particulares, sem qualquer lesão a serviços, bens ou interesses da União.

#### *4.4.2 Conflitos de Competência em razão do local da infração*

Dos acórdãos de conflitos de competência quantidade reduzida tratava de competência territorial. Abaixo destacamos os principais casos:

Um dos conflitos de competência<sup>93</sup> pleiteava a declaração de incompetência da Justiça Federal de São Paulo para processar e julgar o feito. O Juízo Federal de São Paulo argüiu sua incompetência em razão de considerar que a competência é determinada pelo local em que se consumou a infração. Sendo a sede da instituição financeira em que ocorreram as movimentações bancárias em Goiás, caberia à Seção Judiciária de Goiás o processamento do fato apurado.

O Conflito de Competência foi rejeitado, tendo o STJ decidido que o crime tipificado no Art. 17, Lei n. 7.492/86 é de mera conduta, ocorrendo sua consumação no local em que o empréstimo é tomado, concedido ou promovido, não importando se os valores foram transferidos para outra agência, sendo, portanto, de São Paulo a competência para julgar a ação penal.

Outro conflito de competência que discutia competência territorial<sup>94</sup>, alegava a incompetência do Juízo de São Paulo para processar e julgar o feito, argumentando que os contratos firmados entre as empresas e os consumidores foram celebrados em Minas Gerais. O

<sup>90</sup> CC 36513-SP.

<sup>91</sup> CC 42981-SP.

<sup>92</sup> CC 6076-RO.

<sup>93</sup> CC 19796-SP.

<sup>94</sup> CC 18093-SP.

conflito de competência foi acolhido, tendo sido declarada a competência territorial da Justiça Federal de Minas Gerais para processar e julgar o feito, em razão de os contratos terem sido celebrados em Minas Gerais.

#### 4.4.3 Situação isolada: conflito positivo de competência

Um dos conflitos de competência foi analisado isoladamente em razão de sua peculiaridade. O CC 33168-PR é um conflito positivo de competência, em que o Ministério Público Federal requereu que os autos fossem julgados pela Justiça Federal, com base no enunciado na Súmula 122<sup>95</sup> do STJ, trancando-se a ação penal em curso perante a Justiça Estadual.

O conflito de competência foi rejeitado, pois segundo o STJ ainda que ocorra a conexão entre feitos, é preciso observar que as circunstâncias peculiares que envolvem cada ação penal devem ser levadas em conta, a fim de que se possa avaliar a conveniência ou não do julgamento em conjunto de diversos feitos (Art. 80 do CPP). O processo em andamento perante a Justiça Estadual já se encontrava em fase final de instrução. Assim sendo, declarar a competência do Juízo Federal para processar e julgar os delitos denunciados perante a Justiça Estadual geraria, àquela altura dos acontecimentos, a procrastinação do julgamento dos fatos, podendo, inclusive, ensejar a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva. Assim, segundo o STJ, mesmo reconhecendo a ocorrência de conexão, a união dos processos, naquele momento, poderia afetar sensivelmente a efetividade da prestação jurisdicional.

#### 4.4.4 Competência fixada por outros feitos

Alguns acórdãos decidiram questões relacionadas à competência fora do incidente “conflito de competência”, em sede de *habeas corpus*, questão de ordem e agravo regimental em conflito de competência.

Apenas à guisa de ilustração, em um dos *Habeas Corpus*<sup>96</sup> a defesa sustentou a nulidade do processo por incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o feito, uma vez que não houve lesão a qualquer bem, serviço ou interesse da União decorrente da conduta praticada pelo paciente. O STJ decidiu que na hipótese de Crime contra o Sistema Financeiro Nacional, a fixação da competência exige expressa determinação legal. No presente caso, há previsão de que o crime imputado ao paciente deve ser processado e julgado pela Justiça Federal, sendo irrelevante a alegação de inexistir, no caso, lesão a bens, serviços ou interesses da União.

## 5. Resultados qualitativos: Tribunais Regionais Federais

### 5.1 Mérito

Como indicado anteriormente, 48,7% das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais Federais, referentes aos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, foram classificados no Grupo Mérito, isto é, envolviam decisões absolutórias ou condenatórias.

Nesse Grupo, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região foi responsável pelo maior número de decisões, seguido pelos demais na seguinte ordem: Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Tribunal Regional Federal da 1ª Região e Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Por sua vez, o Estado de onde foram interpostos mais recursos foi São Paulo, seguido, em ordem de frequência, pelos Estados (i) Paraná, (ii) Rio de Janeiro, (iii) Rio Grande do Sul, (iv) Santa Catarina, (v) Distrito Federal e Pernambuco (empatados), (vi) Goiás

<sup>95</sup> “Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do Art. 78, II, a, do Código de Processo Penal”.

<sup>96</sup> HC 6777-RS.

e Minas Gerais (empatados), (vii) Ceará, Mato Grosso do Sul e Pará (empatados), e (viii) Acre, Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe (empatados). Dentre os acórdãos analisados, não se verificou nenhum oriundo do Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Roraima e Tocantins.

Ademais, verificou-se ser a defesa responsável pela interposição de mais da metade dos recursos que ensejaram os acórdãos analisados, e o Ministério Público Federal, por consideravelmente menos que a metade deles, havendo, ainda, vários acórdãos que resultaram de recursos tanto da defesa quanto do Ministério Público Federal e situação isolada em que o recurso foi interposto por Assistente da Acusação<sup>97</sup>. A votação dos Tribunais, por sua vez, decidiu a questão por unanimidade na maior parte das vezes, sendo escassos os acórdãos decididos por maioria.

Destaca-se, ainda, que prevalecem largamente peças acusatórias baseadas em um único tipo penal da Lei n. 7.492/86. As imputações mais frequentes são aos Arts. 16 e 20. Em seguida aparecem as acusações de infração aos Arts. 17 (*caput* e parágrafo) e 22 (*caput* e parágrafo, inclusive na forma tentada); art. 19 (*caput* e parágrafo, inclusive na forma tentada), art. 4º (*caput* e parágrafo), art. 7º, IV e art. 5º e, finalmente, os arts. 3º, 6º, 8º, 10, 11 e 21, parágrafo único. Entre os acórdãos analisados aqui, não há menção aos Arts. 2º, 7º, I, II e III, 9º, 18, 21, *caput*, e 23.

Nos casos de concurso de crimes, a sua maior parte se dá entre dois tipos penais, sendo mais frequentes as seguintes combinações (i) Arts. 19, *caput*, e 19, parágrafo único, (ii) Arts. 19 e 20 e (iii) Arts. 5º e 16, nesta ordem. Genericamente, verificou-se que a conduta mais frequentemente imputada em concurso com outra é a de apropriação indébita financeira (art. 5º), seguida do exercício ilegal de instituição financeira (art. 16), gestão fraudulenta (art. 4º) e temerária (art. 4º, parágrafo único), obtenção de financiamento mediante fraude (art. 19), inclusive em detrimento de instituição financeira oficial (art. 19, parágrafo único), concessão de empréstimos vedados (art. 17), desvio na aplicação de financiamento (art. 20) e estelionato financeiro (art. 6º). Isoladamente, foram imputadas em concurso as condutas descritas nos arts. 10, 13, 15, 17, parágrafo único, e 22.

Também foram analisados diversos acórdãos em que a imputação original do Ministério Público Federal era relatada como concurso de três ou mais infrações penais previstas na Lei n. 7.492/86. Destas, apenas uma se repetiu: o concurso de estelionato financeiro (Art. 6º), falsidade ideológica em documentos financeiros (Art. 10), movimentação de recursos em contabilidade paralela (Art. 11) e falsa identidade para fim de operação de câmbio (Art. 21). Genericamente, verificou-se que a conduta mais frequentemente imputada em concurso com duas outras (ou mais) foi a de estelionato financeiro (Art. 6º), seguida de apropriação indébita financeira (Art. 5º), gestão fraudulenta (Art. 4º, *caput*), falsidade ideológica em documentos financeiros (Art. 10), movimentação de recursos em contabilidade paralela (Art. 11), exercício ilegal de instituição financeira (Art. 16), concessão de empréstimos vedados (Art. 17), gestão temerária (Art. 4º, parágrafo único), obtenção de financiamento mediante fraude (Art. 19) e evasão de divisas (Art. 22). Isoladamente, foram imputadas em concurso múltiplo as condutas descritas nos Arts. 5º, parágrafo único, 7º, III e IV, 9º, 19, parágrafo único, 20 e 22, parágrafo único.

Destaca-se, ainda, que pouco mais da metade dos acórdãos menciona a existência de uma relação entre a apuração dos fatos na esfera criminal e uma anterior análise deles na esfera administrativa, sendo que, entre estes, a maior parte foi submetida a uma investigação e/ou processo administrativo perante o Banco Central do Brasil.

<sup>97</sup> ACR 97.03.031323-0-SP.



Como se verá a seguir, a grande maioria dos processos de primeira instância resultou na condenação do recorrente, vários em sua absolvição e raros casos na absolvição de alguns dos réus e condenação de outros. Vale destacar que, na maior parte dos casos, o magistrado de primeiro grau acatou a capitulação atribuída aos fatos pelo Ministério Público Federal quando se tratava de imputação por apenas um delito previsto na Lei n. 7.492/86. Nos casos em que se tratava de concurso, tanto de apenas dois tipos penais quanto de três ou mais tipos, frequentemente a condenação abrangeu menos tipos do que os indicados na denúncia.

#### 5.1.1 Condenações

Como indicado anteriormente, 54,5% das decisões do Grupo Mérito proferidas pelos TRFs são condenações. Em 47% dos casos havia condenação também na primeira instância e em 7,5% a absolvição foi reformada pelo TRF.

#### a) Modificações na pena imposta.

Nos 47% de condenação mantidas, observou-se variações no resultado da condenação proferida pelo TRF, conforme segue:

- Quase metade desses acórdãos resultou na manutenção das condenações com a confirmação da pena privativa de liberdade imposta, e quase em todos esses casos também foi confirmada a pena de multa calculada<sup>98</sup>, havendo, no entanto, algumas decisões que reduziram<sup>99</sup> ou aumentaram<sup>100</sup> a multa.
- Vários acórdãos mantiveram as condenações e reduziram a pena privativa de liberdade; em quase metade destes também se reduziu a pena de multa imposta<sup>101</sup>, em vários, ela foi mantida tal como calculada em primeira instância<sup>102</sup> e, raramente, ocorreu o seu aumento<sup>103</sup>. Além disso, verificou-se uma situação em que a pena privativa de liberdade de um co-réu foi mantida e, de outro, diminuída, sendo que, para ambos, foi mantido o valor calculado para a pena de multa<sup>104</sup>.

<sup>98</sup> ACR 99.02.04045-4-RJ, ACR 93.02.18947-3-RJ, ACR 95.02.15194-1-RJ, ACR 98.02.18659-7-RJ, ACR 1999.02.01.035431-4-RJ, ACR 2001.02.01.032332-6-RJ, ACR 2002.02.01.005903-2-RJ, ACR 2002.02.01.002638-5-RJ, ACR 2000.02.01.031550-7-RJ, ACR 2000.02.01.027891-2-RJ, ACR 2002.02.01.005976-7-RJ, ACR 98.02.10928-2-SP, ACR 96.03.027089-0-SP, ACR 96.03.062825-5-SP, ACR 2001.03.99.031616-8-SP, ACR 2002.03.99.016829-9-SP, ACR 2001.04.01.087637-0-PR, ACR 1999.04.01.069388-5-PR, ACR 2005.04.01.041227-8-PR, ACR 2002.04.01.049705-2-PR, ACR 2000.04.01.019157-4-RS, ACR 2003.71.00.014820-3-RS, ACR 2000.71.13.000264-5-RS, ACR 2000.72.07.000573-0-SC, ACR 2002.04.01.007232-6-SC, ACR 2000.01.00.063868-5-MG, ACR 1998.41.00.001681-8-RO, ACR 1998.39.00.008572-7-PA, ACR 2001.01.00.045919-4-MT e ACR 2001.80.00.000246-8-AL.

<sup>99</sup> ACR 2002.04.01.008568-0-PR, ACR 2002.04.01.008577-1-PR, ACR 2002.04.01.052325-7-PR e ACR 2001.71.05.006734-2-RS.

<sup>100</sup> ACR 2002.04.01.005826-3-SC.

<sup>101</sup> ACR 2000.70.02.001210-1-PR, ACR 2001.04.01.080429-1-PR, ACR 2002.04.01.049689-8-PR, ACR 2004.04.01.012619-8-PR, ACR 2001.04.01.003993-8-RS, ACR 2001.71.07.001562-1-RS, ACR 2003.01.00.003245-4-GO, ACR 2002.51.01.501382-6-RJ, ACR 2002.03.99.016443-9-SP, ACR 2002.60.02.002178-8-MS e ACR 2001.04.01.066314-2-SC.

<sup>102</sup> ACR 2000.60.04.000417-9-SP, ACR 1999.03.99.082734-8-SP, ACR 1999.03.99.039158-3-SP, ACR 98.02.33087-6-RJ, ACR 98.02.31047-6-RJ, ACR 2002.04.01.002252-9-PR, ACR 2000.70.02.003533-2-PR e ACR 2002.04.01.037299-1-RS.

<sup>103</sup> ACR 1998.33.00.004795-8-BA e ACR 2004.04.01.044275-8-SC.

<sup>104</sup> ACR 2004.04.01.037529-0-PR.

- Há casos raros de manutenção da condenação e aumento da pena privativa de liberdade e da multa aplicadas<sup>105</sup>.
- Escassos foram os acórdãos que mantiveram a condenação e decidiram sobre a aplicação de penas restritivas de direitos: em um caso houve a redução do número de penas restritivas de direitos aplicadas<sup>106</sup> e a substituição da pena privativa de liberdade aplicada por penas restritivas de direitos para um co-réu não beneficiado com esta substituição em primeira instância<sup>107</sup>.

Nos 7,5% de decisões condenatórias que ocorreram após a absolvição em primeira instância, as variações no resultado efetivo da condenação foram as seguintes:

- A quase totalidade das penas privativas de liberdade aplicadas nestes casos foi substituída por penas restritivas de direitos<sup>108</sup>, enquanto que, em poucos casos, o benefício não pôde ser concedido em função do *quantum* da pena<sup>109</sup> e, isoladamente, foi decretada a suspensão da execução da pena<sup>110</sup>.
- Repetidamente, após a condenação e individualização da pena em segunda instância, foi reconhecida, de ofício, a extinção da punibilidade dos réus, em função da prescrição<sup>111</sup>.

A evolução das decisões reunidas neste subgrupo pode, portanto, ser refletida no seguinte quadro:

Primeira Instância	TRFs	Detalhes
Absolvição	Condenação	Individualização da PPL
		Substituição das PPLs individualizadas por PRDs
		Suspensão da execução da PPL
		Extinção da punibilidade com base na pena individualizada
Condenação	Condenação	Manutenção da PPL e da multa
		Manutenção da PPL e redução da multa
		Manutenção da PPL e aumento da multa
		Redução da PPL e da multa
		Redução da PPL e manutenção da multa
		Redução da PPL e aumento da multa
		Redução da PPL para um co-réu e manutenção da PPL para o outro, manutenção da multa para ambos
		Aumento da PPL e da multa
		Aumento da PPL
		Redução do número de PRDs

<sup>105</sup> ACR 1999.04.01.115593-7-RS e ACR 2000.83.00.007899-2-PE.

<sup>106</sup> ACR 2000.03.99.073638-4-SP.

<sup>107</sup> ACR 2001.02.01.031805-7-RJ.

<sup>108</sup> ACR 1999.03.99.030642-7-SP, ACR 2001.03.99.033643-0-SP, ACR 97.03.015745-9-SP, ACR 1999.71.00.008479-7-RS, ACR 2001.04.01.072290-0-SC, ACR 2001.70.00.023698-1-PR e ACR 99.05.47628-8-PE.

<sup>109</sup> ACR 2000.03.99.064244-4-SP e ACR 98.03.072474-6-SP.

<sup>110</sup> ACR 96.03.095220-6-SP.

<sup>111</sup> Ver **Item V.A.3.**, abaixo: ACR 1999.03.99.036872-0-SP, ACR 98.03.031197-2-SP, ACR 2002.03.99.022479-5-SP, ACR 2003.03.99.024812-3-SP, ACR 1997.01.00.025976-9-DF, ACR 96.01.48097-8-MG, ACR 2001.04.01.008178-5-PR e ACR 2001.05.00.008164-0-RN.

		Manutenção da PRD aplicada a um co-réu e substituição da PPL (não substituída em primeira instância) por PRD
	Pluralidade de decisões	Manutenção da condenação de um co-réu e absolvição do outro

## b) Crimes mais frequentes e hipóteses de concurso

Verificou-se que os casos analisados em que houve decisão condenatória ou manutenção da condenação pelos TRFs, por ordem de frequência, tratam dos crimes capitulados nos seguintes dispositivos da Lei n. 7.492/86:

- Art. 16 (Exercício ilegal de instituição financeira)<sup>112</sup>
- Art. 5º, *caput* (Apropriação indébita financeira)<sup>113</sup>
- Art. 4º, *caput* (Gestão fraudulenta)<sup>114</sup>
- Art. 17, *caput* (Concessão de empréstimos vedados)<sup>115</sup>
- Art. 19, *caput* (Obtenção de financiamento mediante fraude)<sup>116</sup> e Art. 22, parágrafo único (Evasão de divisas e manutenção de depósitos não declarados no exterior)<sup>117</sup> – empatados em frequência
- Art. 19, parágrafo único (Obtenção de financiamento mediante fraude em detrimento de instituição financeira oficial)<sup>118</sup> e Art. 20, *caput* (Desvio na aplicação de financiamento)<sup>119</sup> – empatados em frequência
- Art. 22, *caput* (Evasão de divisas)<sup>120</sup>

<sup>112</sup> ACR 96.03.095220-6-SP, ACR 96.03.027089-0-SP, ACR 2000.03.99.073638-4-SP, ACR 2002.03.99.021549-6-SP, ACR 2000.60.04.000417-9-SP, ACR 1999.03.99.082734-8-SP, ACR 2001.03.99.031616-8-SP, ACR 2000.03.99.064244-4-SP, ACR 2002.03.99.016443-9-SP, ACR 2002.03.99.016829-9-SP, ACR 2000.02.01.031550-7-RJ, ACR 2002.02.01.005976-7-RJ, ACR 2001.70.00.023698-1-PR, ACR 2002.04.01.052325-7-PR, ACR 2004.04.01.044275-8-SC, ACR 2002.04.01.007232-6-SC, ACR 2001.04.01.003993-8-RS, ACR 2000.71.13.000264-5-RS, ACR 2000.01.00.063868-5-MG, ACR 2003.01.00.003245-4-GO e ACR 1998.41.00.001681-8-RO.

<sup>113</sup> ACR 98.02.18659-7-RJ, ACR 2002.51.01.501382-6-RJ, ACR 2001.02.01.032332-6-RJ, ACR 2002.02.01.005903-2-RJ, ACR 2000.02.01.031550-7-RJ, ACR 96.03.095220-6-SP, ACR 2000.03.99.073638-4-SP, ACR 1999.03.99.082734-8-SP, ACR 1999.03.99.039158-3-SP, ACR 1999.04.01.115593-7-RS, ACR 2001.71.07.001562-1-RS, ACR 2002.04.01.006781-1-RS e ACR 2002.04.01.004959-6-PR.

<sup>114</sup> ACR 95.02.15194-1-RJ, ACR 98.02.18659-7-RJ, ACR 2002.51.01.501382-6-RJ, ACR 2001.02.01.031805-7-RJ, ACR 98.02.10928-2-RJ, ACR 1999.03.99.082734-8-SP, ACR 1999.03.99.030642-7-SP, ACR 1999.03.99.039158-3-SP, ACR 1999.04.01.115593-7-RS, ACR 2001.71.07.001562-1-RS, ACR 2002.04.01.006781-1-RS e ACR 2003.01.00.003245-4-GO.

<sup>115</sup> ACR 98.02.33087-6-RJ, ACR 98.02.18659-7-RJ, ACR 2002.51.01.501382-6-RJ, ACR 98.02.31047-6-RJ, ACR 96.03.062825-5-SP, ACR 2001.03.99.033643-0-SP, ACR 97.03.015745-9-SP, ACR 2002.04.01.008577-1-PR e ACR 1998.33.00.004795-8-BA.

<sup>116</sup> ACR 2000.72.07.000573-0-SC, ACR 2001.04.01.066314-2-SC, ACR 2001.04.01.072290-0-SC, ACR 2003.04.01.040621-0-SC, ACR 1999.71.00.008479-7-RS, ACR 2002.60.02.002178-8-MS, ACR 99.05.439544-PE e ACR 2001.80.00.000246-8-AL.

<sup>117</sup> ACR 2004.04.01.012619-8-PR, ACR 2000.70.02.003533-2-PR, ACR 2003.04.01.034103-2-PR, ACR 1999.04.01.069388-5-PR, ACR 2002.04.01.002252-9-PR, HC 2005.04.01.041227-8-PR, ACR 2000.03.99.064244-4-SP e ACR 2002.02.01.002638-5-RJ.

<sup>118</sup> ACR 2001.04.01.066314-2-SC, ACR 2002.04.01.005826-3-SC, ACR 2000.72.07.000573-0-SC, ACR 2002.04.01.008568-0-PR, ACR 2003.04.01.034103-2-PR, ACR 2004.04.01.037529-0-PR e ACR 2001.04.01.064939-0-RS.

<sup>119</sup> ACR 2000.04.01.019157-4-RS, ACR 2001.71.05.006734-2-RS, ACR 2000.83.00.007899-2-PE, ACR 99.05.47628-8-PE, ACR 2001.04.01.087637-0-PR, ACR 2002.60.02.002178-8-MS e ACR 2001.01.00.045919-4-MT.

<sup>120</sup> ACR 2000.70.02.001210-1-PR, ACR 2001.04.01.080429-1-PR, ACR 2002.04.01.049689-8-PR, ACR 1999.02.01.035431-4-RJ, ACR 2000.02.01.027891-2-RJ e ACR 98.03.072474-6-SP.

- Art. 6º (Estelionato financeiro)<sup>121</sup> e Art. 7º, IV (Emissão de títulos ou valores mobiliários sem autorização prévia da autoridade competente)<sup>122</sup> – empatados em frequência
- Art. 4º, parágrafo único (Gestão temerária)<sup>123</sup> e Art. 11 (Movimentação de recursos em contabilidade paralela)<sup>124</sup> – empatados em frequência
- Art. 7º, III (Emissão de títulos ou valores mobiliários sem lastro ou garantia suficientes)<sup>125</sup>, Art. 9º (Fraude à fiscalização financeira)<sup>126</sup>, Art. 10 (Falsidade ideológica em documentos financeiros)<sup>127</sup>, Art. 13 (Desvio de bens indisponíveis)<sup>128</sup> e Art. 21, parágrafo único (Sonegação de informações para fins cambiais)<sup>129</sup> – empatados em frequência

Conforme se verifica da leitura das listagens acima, há um número superior de crimes pelos quais houve condenação do que o número total de casos que resultaram em condenação. Isso decorre do concurso de crimes, nas modalidades de concurso material e formal (Arts. 69 e 70, CP) e de agentes.

O concurso material nas condenações dos TRFs foi verificado entre os tipos dos seguintes dispositivos: Arts. 4º, 5º e 17<sup>130</sup>; Arts. 5º e 16<sup>131</sup>; Arts. 4º e 16<sup>132</sup>; Arts. 4º, 5º e 16<sup>133</sup>; Arts. 11, 12 e 22, parágrafo único<sup>134</sup>; Arts. 10 e 17<sup>135</sup>; Arts. 4º, 5º, 7º, IV, e 9º<sup>136</sup>; Arts. 4º, 5º e 9º<sup>137</sup>; Arts. 4º e 7º, IV<sup>138</sup>; e Arts. 19 e 20<sup>139</sup>.

Além disso, há vários casos em que foi reconhecida a continuidade delitiva (Art. 71, CP)<sup>140</sup>.

Finalmente, quanto ao concurso de crimes, em alguns casos os TRFs alteraram a classificação feita em primeira instância, de concurso formal e material para concurso aparente de normas. Os casos analisados em que se deu a alteração de concurso formal para concurso aparente de normas, resolvidos pelo critério da especialidade, resultaram na absorção do delito previsto no Art. 4º, Lei n. 7.492/86, pelo delito previsto no Art. 5º, Lei n. 7.492/86<sup>141</sup>. Já os casos

<sup>121</sup> ACR 2002.04.01.049689-8-PR, ACR 2001.04.01.080429-1-PR e ACR 97.03.015745-9-SP.

<sup>122</sup> ACR 93.02.18947-3-RJ, ACR 1999.03.99.039158-3-SP e ACR 1998.39.00.008572-7-PA.

<sup>123</sup> ACR 2002.04.01.052325-7-PR e ACR 2002.04.01.037299-1-RS.

<sup>124</sup> ACR 2000.03.99.064244-4-SP e ACR 2003.70.02.009829-0-PR.

<sup>125</sup> ACR 97.03.015745-9-SP.

<sup>126</sup> ACR 1999.03.99.039158-3-SP.

<sup>127</sup> ACR 97.03.015745-9-SP.

<sup>128</sup> ACR 99.02.04045-4-RJ.

<sup>129</sup> ACR 2003.71.00.014820-3-RS.

<sup>130</sup> ACR 98.02.18659-7-RJ e ACR 2002.51.01.501382-6-RJ.

<sup>131</sup> ACR 2000.02.01.031550-7-RJ e ACR 2000.03.99.073638-4-SP.

<sup>132</sup> ACR 2003.01.00.003245-4-GO.

<sup>133</sup> ACR 1999.03.99.082734-8-SP.

<sup>134</sup> ACR 2000.03.99.064244-4-SP.

<sup>135</sup> ACR 97.03.015745-9-SP.

<sup>136</sup> ACR 1999.03.99.039158-3-SP.

<sup>137</sup> ACR 1999.03.99.039158-3-SP.

<sup>138</sup> ACR 1999.03.99.039158-3-SP.

<sup>139</sup> ACR 2002.60.02.002178-8-MS.

<sup>140</sup> ACR 96.03.027089-0-SP, ACR 2000.03.99.073638-4-SP, ACR 2000.60.04.000417-9-SP, ACR 1999.03.99.082734-8-SP, ACR 2000.03.99.064244-4-SP, ACR 2002.03.99.016829-9-SP, ACR 1999.03.99.039158-3-SP, ACR 2003.71.00.014820-3-RS, ACR 2002.04.01.006781-1-RS, ACR 1999.04.01.115593-7-RS, ACR 2002.04.01.052325-7-PR, ACR 2002.04.01.008577-1-PR, ACR 2002.04.01.004959-6-PR, ACR 2001.04.01.066314-2-SC, ACR 95.02.15194-1-RJ e ACR 1998.33.00.004795-8-BA.

<sup>141</sup> ACR 1999.04.01.115593-7-RS, ACR 2001.71.07.001562-1-RS e ACR 2002.04.01.006781-1-RS.

analisados em que o concurso material de crimes foi convertido em concurso aparente de normas envolveram a absorção do Art. 6º, Lei n. 7.492/86, pelo Art. 22, Lei n. 7.492/86<sup>142</sup>.

Destaca-se ainda, que, entre os acórdãos analisados, não houve nenhuma decisão condenatória ou de manutenção da condenação pelos TRFs relativamente aos crimes capitulados nos seguintes dispositivos da Lei n. 7.492/86 (além dos crimes que, de qualquer forma, não foram mencionados em nenhum acórdão, conforme **Item 3.6.**, acima): Art. 7º, parágrafo único, I (Emissão de títulos ou valores mobiliários falsos ou falsificados) e II (Emissão de títulos ou valores mobiliários sem registro ou com registro irregular), Art. 8º (Concussão Financeira), Art. 14, *caput* (Uso de documento falso em liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira) e parágrafo único (Falso reconhecimento de crédito), Art. 15 (Manifestação ideologicamente falsa), Art. 17, parágrafo único, I (Usurpação de função financeira) e II (Distribuição disfarçada de lucros), Art. 18 (Violação de sigilo financeiro), Art. 21, *caput* (Falsa identidade para fim de operação de câmbio) e Art. 23 (Prevaricação financeira).

### c) Aplicação das penas

#### (i) Possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade

A maior parte das condenações identificadas resultaram na aplicação de penas privativas de liberdade que permitiriam, de acordo com o Art. 44, I, e §2º, CP, a substituição da PPL por uma PRD e multa ou por duas PRDs. Indicamos, a título ilustrativo, informações sobre a pena aplicada e sua substituição na tabela abaixo:

Recurso	Tipificação da Condenação	Pena aplicada	Substituição <sup>143</sup>
ACR 1998.33.00.004795-8-BA	Art. 17, Lei n. 7.492/86	3 anos e 4 meses de reclusão, multa, para dois co-réus.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária, de 40 salários mínimos, destinados a entidade beneficente, e (ii) prestação de serviços à comunidade.
		2 anos e 8 meses de reclusão, e multa, para quatro co-réus.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária, de 40 salários mínimos, destinados a entidade beneficente, e (ii) prestação de serviços à comunidade, para um co-réu.
			2 PRDs: (i) prestação pecuniária, de 30 salários mínimos, destinados a entidade beneficente, e (ii) prestação de serviços à comunidade, para um co-réu.
			2 PRDs: (i) prestação pecuniária, de 20 salários mínimos, destinados a entidade beneficente, e (ii) prestação de serviços à comunidade, para dois co-réus.
ACR 2001.01.00.045919-4-MT	Art. 20, Lei n. 7.492/86	2 anos de reclusão, e multa, e uma prestação de serviços à comunidade, ambas pelo prazo de dois anos.	2 PRDs: (i) limitação de fim-de-semana e (ii) prestação de serviços à comunidade, pelo tempo previsto para a pena de reclusão.
ACR 2002.02.01.005903-2-RJ	Art. 5º, Lei n. 7.492/86	3 anos e 6 meses de reclusão, e multa.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária, e (ii) prestação de serviços à comunidade em benefício de entidade a ser apontada

<sup>142</sup> ACR 2001.04.01.080429-1-PR e ACR 2002.04.01.049689-8-PR.

<sup>143</sup> Essas substituições foram concedidas, em parte, desde a primeira instância (REsp 478968-PR; REsp 702042-PR; REsp 644277-PR; HC 24543-RJ), em parte, somente nos TRFs (REsp 573399-RS; HC 29327-RS) e, em parte, apenas no STJ (HC 28476-RJ).

			pelo juízo da execução.
ACR 2002.02.01.002638-5-RJ	Arts. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86	1 ano e 8 meses de reclusão, e multa.	1 PRD: prestação de serviços gratuitos à comunidade, em forma a ser fixada pelo juízo da execução.
ACR 2000.03.99.073638-4-SP	Arts. 5º e 16, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 71, CP	2 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão, e multa, por infração ao Art. 5º, e 1 ano, e multa, por infração ao Art. 16.	As PPLs foram substituídas por 3 PRDs em primeira instância. O TRF reduziu o número de PRDs para 2, argumentando ter ocorrido excesso punitivo, sendo obrigatório, no concurso material, aplicarem-se as penas cumulativamente, posto que a soma das penas não superiores a quatro anos é mais benéfica ao réu do que a sua consideração isolada (Art. 44, §2º, CP), o que justifica a redução do número de PRDs.
ACR 2000.60.04.000417-9-SP	Art. 16, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 71, CP.	1 ano de reclusão, e multa.	1 PRD: prestação de serviços à comunidade.
ACR 2002.03.99.016829-9-SP	Art. 16, Lei n. 7.492/86, c/c Arts. 29 e 71, CP.	1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão, em regime aberto, e multa.	2 PRDs (não se menciona quais).
ACR 1999.03.99.030642-7-SP	Art. 4º, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 29, CP.	3 anos de reclusão, e multa, para cinco co-réus.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade, e (ii) prestação pecuniária de 30 salários-mínimos.
ACR 97.03.015745-9-SP	Arts. 10 e 17, Lei n. 7.492/86.	Art. 17: 3 anos de reclusão e multa; Art. 10: 2 anos e 2 meses de reclusão.	2 PRDs: prestação de serviços à comunidade e a entidades públicas.
ACR 2001.04.01.066314-2-SC	Art. 19, <i>caput</i> , e parágrafo único, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 71, CP.	3 anos e 4 meses de reclusão, e multa.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade com duração igual à pena de reclusão, e (ii) prestação pecuniária conforme estabelecida em 1ª instância.
ACR 2001.04.01.003993-8-RS	Art. 16, Lei n. 7.492/86.	1 ano e 6 meses de reclusão, e multa.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade, durante 1 hora por dia de condenação, e (ii) prestação pecuniária, no valor de 15 salários mínimos.
ACR 2000.70.02.001210-1-PR	Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 14, II, CP.	2 anos de reclusão, e multa.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade, durante o prazo da condenação, e (ii) pena pecuniária fixada em ¼ do salário mínimo, mensalmente, pelo período de 2 anos, a ser entregue diretamente à instituição designada pela 1ª instância.
ACR 2001.04.01.087637-0-PR	Art. 20, Lei n. 7.492/86, c/c os Arts. 29, 70 e 171, §2º, III, CP.	2 anos e 4 meses, e multa.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária, no valor de 5 salários mínimos, e (ii) prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.
ACR 2002.04.01.008577-1-PR	Art. 17, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 71, CP.	2 anos e 11 meses, e multa.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária, no valor de 45 salários mínimos, a entidade pública com destinação social, a ser parcelada pelo tempo da pena originalmente aplicada, e (ii) prestação de serviços à comunidade, pelo período de metade da pena de reclusão imposta, à razão de 1 hora de tarefas por dia de condenação.
ACR 2002.04.01.037299-1-RS	Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 7.492/86.	1 ano e 4 meses de reclusão, e multa.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade ou a entidade pública pelo tempo da condenação imposta, e (ii) prestação pecuniária no valor de 6 salários mínimos.

ACR 2004.04.01.012619-8-PR	Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86.	2 anos e 3 meses de reclusão, e multa.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade, e (ii) prestação pecuniária de 20 salários mínimos, em favor de entidade beneficente.
ACR 2000.71.13.000264-5-RS	Art. 16, Lei n. 7.492/86.	1 ano e 6 meses de reclusão, e multa, para um co-réu, e 10 meses de reclusão, e multa, para outro co-réu.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas, e (ii) prestação pecuniária de 9 salários mínimos em benefício de instituição social. 1 PRD: prestação pecuniária de 3 salários mínimos em benefício de instituição social.
ACR 99.05.47628-8-PE	Art. 20, Lei n. 7.492/86.	2 anos de reclusão, e multa.	1 PRD: prestação de serviços à comunidade, pelo prazo da pena de reclusão.

Em alguns casos, apesar de a PPL aplicada ser inferior a 4 anos, a substituição por PRDs foi negada expressamente por não estarem satisfeitos os outros requisitos necessários para a concessão do benefício:

Recurso	Tipificação da Condenação	Pena aplicada	Argumento contra a substituição
ACR 2001.02.01.032332-6-RJ	Art. 5º, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 340, CP, na forma do Art. 69, CP.	Não há informação no acórdão.	Só fazem jus à substituição aqueles que preencham, simultaneamente, todos os requisitos elencados no Art. 44, CP. Os apelantes não os satisfazem, os requisitos do inciso III deste artigo, o que torna inviável a substituição.
ACR 2001.03.99.031616-8-SP	Art. 16, Lei n. 7.492/86.	3 anos de reclusão, e multa.	Descabe a substituição da pena PPL por PRD, pois ela somente é aplicável se a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente, como diz o Art. 44, III, CP.
ACR 1999.04.01.069388-5-PR	Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 14, II, CP.	2 anos e 8 meses de reclusão, e multa.	A substituição da PPL não foi concedida devido ao alto grau de culpabilidade do réu, um dos requisitos subjetivos a serem analisados segundo o Art. 44, III, CP.

Além disso, em alguns casos, ao invés de ocorrer a substituição da PPL, a própria execução da pena foi suspensa, nos termos do Art. 77, CP.

Recurso	Tipificação da Condenação	Pena aplicada	Suspensão da execução da pena
ACR 98.02.33087-6-RJ	Art. 17, Lei n. 7.492/86.	2 anos de reclusão, em regime aberto, e multa.	A suspensão condicional da pena foi concedida por idêntico período ao da condenação e, com base no Art. 78, § 2º, CP, foi determinado que, após a reparação do dano, o réu se submetesse às condições previstas no Art. 78, § 2º, "a", "b" e "c", ficando o juízo de execução

			responsável pela indicação dos locais em que ficará impossibilitado de frequentar.
ACR 96.03.095220-6 SP	Art. 16, Lei n. 7.492/86.	1 ano e 4 meses de reclusão.	A execução da pena foi suspensa por 2 anos, sob as seguintes condições: (i) ressalvado o direito ao trabalho, no período entre 7h e 20h, recolhimento domiciliar, estando o condenado "proibido a frequentar casas noturnas, tais como boates, bares e estabelecimentos do gênero"; (ii) proibição de se ausentar da Comarca onde reside, por mais de 7 dias, sem autorização judicial; (iii) comparecimento pessoal obrigatório perante o juízo das execuções penais, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.
ACR 96.03.027089-0-SP	Art. 16, L 7492/86, c/c o Art. 71, CP.	2 anos de reclusão, e multa.	Não há no acórdão indicação das condições.
ACR 96.03.062825-5-SP	Art. 17, Lei n. 7.492/86	2 anos de reclusão, e multa.	Foi concedida a suspensão condicional da pena pelo prazo de 2 anos, durante o qual deviam os réus prestar serviços à comunidade (Art. 77, CP).

Finalmente, em alguns casos analisados não há menção expressa à substituição da PPL aplicada, mesmo tendo esta sido igual ou inferior a 4 anos<sup>144</sup>.

## (ii) Impossibilidade de substituição da pena privativa de liberdade

O estudo do subgrupo "condenações" indica que são relativamente raros os casos em que a pena privativa de liberdade aplicada impede a substituição por penas restritivas de direitos (PRD). Este foi o caso das situações descritas abaixo:

Recurso	Tipificação da Condenação	Pena aplicada
ACR 2003.01.00.003245-4-GO	Arts. 4º e 16, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 69, CP.	4 anos e 8 meses de reclusão <sup>145</sup> , e multa, para dois co-réus e 7 anos e 5 meses de reclusão <sup>34</sup> , e multa, para o outro.
ACR 98.02.18659-7-RJ	Arts. 4º, 5º e 17, Lei n. 7.492/86, c/c Arts. 29 e 69, CP.	6 anos de reclusão, regime inicial semi-aberto, e multa.
ACR 2002.51.01.501382-6-RJ	Arts. 4º, 5º e 17, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 69, CP.	7 anos de reclusão <sup>34</sup> , e multa.
ACR 2000.02.01.031550-7-RJ	Arts. 5º e 16, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 69, CP.	7 anos de reclusão, regime inicial fechado, e multa, para um co-réu, e 6 anos de reclusão, regime inicial fechado, e multa, para outro co-réu.
ACR 1999.03.99.082734-8-SP	Arts. 4º, 5º e 16, Lei n. 7.492/86, c/c Arts. 69 e 71, CP.	6 anos e 6 meses de reclusão <sup>34</sup> , e multa.
ACR 2000.03.99.064244-4-SP	Arts. 11 e 16, Lei n. 7.492/86, c/c Arts. 69 e 71, CP.	10 anos de reclusão <sup>34</sup> , e multa.
ACR 1999.03.99.030642-7-SP	Art. 4º, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 29, CP.	6 anos de reclusão <sup>34</sup> , e multa.
ACR 1999.03.99.039158-3-SP	Arts. 4º, 5º, 7º, IV, e 9º, Lei n. 7.492/86, c/c Arts. 29 e 71, CP.	9 anos e 6 meses de reclusão <sup>34</sup> , e multa, para um co-réu, 8 anos de reclusão <sup>34</sup> , e multa, para outros quatro co-réus.
	Arts. 4º, 5º e 9º, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 71, CP.	8 anos de reclusão <sup>34</sup> , e multa, para um co-réu.
	Arts. 4º, e 7º, IV, Lei n. 7.492/86, c/c os Arts. 29 e 71, CP.	5 anos e 10 meses de reclusão <sup>34</sup> , e multa, para um co-réu.

<sup>144</sup> ACR 2000.01.00.063868-5-MG, ACR 1998.41.00.001681-8-RO, ACR 1998.39.00.008572-7-PA, ACR 99.02.04045-4-RJ, ACR 95.02.15194-1-RJ, ACR 2000.02.01.031550-7-RJ, ACR 98.02.18659-7-RJ, ACR 98.02.10928-2-RJ, ACR 2002.03.99.021549-6-SP, ACR 98.03.072474-6-SP, ACR 2000.83.00.007899-2-PE.

<sup>145</sup> Não há informação sobre o regime de cumprimento.



ACR 2002.60.02.002178-8-MS	Arts. 19 e 20, Lei n. 7.492/86.	5 anos e 6 meses de reclusão <sup>34</sup> , e multa.
ACR 1999.04.01.115593-7-RS	Art. 4º, Lei n. 7.492/86.	5 anos e 11 meses de reclusão <sup>34</sup> , e multa para dois co-réus, e 5 anos, 11 meses e 20 dias de reclusão <sup>34</sup> , e multa, para um co-réu.
ACR 2001.71.07.001562-1-RS	Art. 5º, Lei n. 7.492/86, c/c os Arts. 29 e 30, CP.	4 anos e 1 mês de reclusão <sup>34</sup> , e multa.
ACR 2002.04.01.006781-1-RS	Art. 5º, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 288, CP.	7 anos e 1 mês de reclusão <sup>34</sup> , e multa.
ACR 2002.04.01.049689-8-PR	Art. 22, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 1º, Lei n. 8.137/90.	7 anos e 3 meses de reclusão, em regime de cumprimento semi-aberto, e multa. (A pena aplicada ao delito financeiro foi de 4 anos de reclusão, e multa).
HC 2005.04.01.041227-8-PR	Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86, e Arts. 155, § 4º, II, e 297, CP.	6 anos de reclusão <sup>34</sup> , e multa.
ACR 99.05.439544-PE	Art. 19, Lei n. 7.492/86 c/c Art. 288, CP	7 anos e 4 meses de reclusão, em regime semi-aberto, e multa. (A pena aplicada ao delito financeiro foi de 5 anos e 10 meses de reclusão, e multa).

### 5.1.2 Absolvção

A maior parte das absolvições ocorridas nos TRFs decorreu da manutenção da sentença absolutória de primeira instância<sup>146</sup>, tendo os recursos sido interpostos, invariavelmente, pelo Ministério Público Federal. Isoladamente, verificou-se a ocorrência de absolvição do réu perante o Tribunal Regional Federal competente em caso de ação penal originária<sup>147</sup>.

Bem menos frequentes foram os julgados em que os TRFs absolviam o recorrente após condenação em primeira instância, sendo que, em metade dos acórdãos, tratava-se de apenas um recorrente que, uma vez condenado, recorria da sentença monocrática<sup>148</sup>. Raramente, tratava-se de situação com vários réus, em que alguns haviam sido absolvidos pelo juízo singular e outros, condenados, tendo estes, então, sido absolvidos pelos TRFs<sup>149</sup>. Em situações específicas em que vários dos réus haviam sido condenados pelo juiz de primeiro grau, os TRFs isoladamente absolveram um réu e mantiveram a condenação dos outros<sup>150</sup>, absolveram um réu, reconhecendo a ocorrência da extinção da punibilidade do outro, em função de ter se operado a prescrição retroativa<sup>151</sup> e decretaram extinta a pretensão punitiva estatal, em função da prescrição em abstrato, sem analisar a conduta imputada ao réu<sup>152</sup>.

A evolução das decisões reunidas neste subgrupo pode ser apresentada da seguinte forma:

Primeira Instância	TRFs
Absolvção	Absolvção

<sup>146</sup> ACR 1999.70.00.031758-3-PR, ACR 1999.70.00.028372-0-PR, ACR 2003.04.01.034103-2-PR, ACR 2003.70.02.009829-0-PR, ACR 2000.70.03.001527-5-PR, ACR 97.03.031323-0-SP, ACR 1999.61.02.001309-4-SP, ACR 94.03.090591-3-SP, ACR 1999.71.05.005294-9-RS, ACR 93.01.12613-3-AC, ACR 1997.35.00.007093-3-GO, ACR 2000.02.01.061098-0-RJ, ACR 2000.03.99.032004-0-MS, ACR 99.05.13533-2-SE e ACR 2000.05.00.00186-9-PE.

<sup>147</sup> ACR 2003.04.01.040621-0-SC.

<sup>148</sup> ACR 1998.01.00.014560-5-DF, ACR 2000.02.01.023938-4-RJ, ACR 96.03.098793-0-SP, ACR 2001.04.01.029974-2-SC e RVCR 99.05.63807-5-CE.

<sup>149</sup> ACR 1998.01.00.036321-4-PA, ACR 96.01.31285-4-DF e ACR 1999.03.99.110790-6-SP.

<sup>150</sup> ACR 2002.04.01.037299-1-RS.

<sup>151</sup> ACR 2003.04.01.024719-2-PR e ACR 1997.35.00.012110-0-GO.

<sup>152</sup> ACR 2003.03.99.002303-4-SP.

	Extinção da punibilidade
Condenação	Absolvição
	Absolvição e Condenação
	Absolvição e Extinção da Punibilidade
Pluralidade de decisões	Absolvição
(Não houve)	Absolvição

Verificou-se que os casos analisados que resultaram em acórdão absolutório dos TRFs tratavam, por ordem de frequência, dos crimes capitulados nos seguintes dispositivos da Lei n. 7.492/86:

- Art. 20, *caput* (Desvio na aplicação de financiamento)<sup>153</sup>
- Art. 19, *caput* (Obtenção de financiamento mediante fraude)<sup>154</sup>
- Art. 4º, *caput* (Gestão fraudulenta)<sup>155</sup> e Art. 16 (Exercício ilegal de instituição financeira)<sup>156</sup> – empatados em frequência.
- Art. 4º, parágrafo único (Gestão temerária)<sup>157</sup>, Art. 5º, *caput* (Apropriação indébita financeira)<sup>158</sup>, Art. 17, *caput* (Concessão de empréstimos vedados)<sup>159</sup>, Art. 19, parágrafo único (Obtenção de financiamento mediante fraude em detrimento de instituição financeira oficial)<sup>160</sup> e Art. 22, *caput* (Evasão de divisas)<sup>161</sup> – empatados em frequência.
- Art. 3º (Divulgação de informação falsa ou incompleta sobre instituição financeira)<sup>162</sup>, Art. 8º (Concussão financeira)<sup>163</sup>, Art. 10 (Falsidade ideológica em documentos financeiros)<sup>164</sup>, Art. 11 (Movimentação de recursos em contabilidade paralela)<sup>165</sup> e Art. 22, parágrafo único (Evasão de divisas e manutenção de depósitos não declarados no exterior)<sup>166</sup> – empatados em frequência.

#### a) O fato não constitui infração penal

Em mais de metade dos acórdãos do subgrupo “absolvição”, o fundamento foi o Art. 386, III, CPP, ou seja, a afirmação de que o fato não constituiria infração penal, sendo, portanto, atípico.

A atipicidade foi reconhecida a partir de três argumentos: (i) não caracterização dos elementos objetivos do tipo, (ii) ausência de dolo e (iii) negação de autoria.

<sup>153</sup> ACR 2000.03.99.032004-0-MS, ACR 1999.71.05.005294-9-RS, ACR 2000.70.03.001527-5-PR, ACR 99.05.13533-2-SE e ACR 1997.35.00.012110-0-GO.

<sup>154</sup> ACR 1997.35.00.007093-3-GO, ACR 1997.35.00.012110-0-GO, ACR 2001.04.01.029974-2-SC e ACR 2000.05.00.00186-9-PE.

<sup>155</sup> ACR 1999.03.99.110790-6-SP, ACR 2003.04.01.024719-2-PR e ACR 93.01.12613-3-AC.

<sup>156</sup> ACR 97.03.031323-0-SP, ACR 1999.61.02.001309-4-SP e ACR 2000.02.01.023938-4-RJ.

<sup>157</sup> ACR 1998.01.00.014560-5-DF e ACR 1999.70.00.031758-3-PR.

<sup>158</sup> ACR 97.03.031323-0-SP e ACR 1999.70.00.031758-3-PR.

<sup>159</sup> ACR 96.01.31285-4-DF e ACR 96.03.098793-0-SP.

<sup>160</sup> ACR 1999.03.99.110790-6-SP, ACR 2003.70.02.009829-0-PR e AP 2003.04.01.040621-0-SC.

<sup>161</sup> ACR 1998.01.00.036321-4-PA e ACR 94.03.090591-3-SP.

<sup>162</sup> ACR 98.02.31047-6-RJ.

<sup>163</sup> RVCR 99.05.63807-5-CE

<sup>164</sup> ACR 1999.70.00.028372-0-PR.

<sup>165</sup> ACR 2003.70.02.009829-0-PR.

<sup>166</sup> ACR 2003.04.01.034103-2-PR.

**(i) Elementos objetivos do tipo**

Na maior parte dos casos, a atipicidade foi reconhecida em face da constatação de que não haviam sido preenchidos os elementos descritivos do tipo penal<sup>167</sup>. Em mais da metade destes casos, já havia ocorrido absolvição em primeira instância.

Apenas a título ilustrativo, destaca-se a discussão em torno da definição dos núcleos de alguns tipos penais, por exemplo, se o acesso pelo Banco Central do Brasil a documentos contábeis com erros e sua circulação dentro desta autarquia configuraria “divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira”, nos termos do Art. 3º, Lei n. 7.492/86, tendo o TRF em questão concluído negativamente<sup>168</sup>, assim como a distinção entre gestão temerária e fraudulenta, que resultou no reconhecimento pelo TRF de que, no caso, não teria ocorrido nem uma coisa nem outra, pois a ação teria sido estrategicamente correta, dadas as circunstâncias econômicas do país à época dos fatos<sup>169</sup>. Além disso, os TRFs discutiram o que caracterizaria um financiamento e um empréstimo em situação em que havia acusação de desvio na aplicação de financiamento (Art. 20, Lei n. 7.492/86), tendo concluído que, no caso, havia sido comprovado tratar-se de empréstimo (e não de financiamento), tanto pelas informações recebidas do Banco Central do Brasil quanto pela alteração das cláusulas contratuais<sup>170</sup>, e a origem dos recursos emprestados a juros excessivos para que fosse caracterizada a concussão financeira (Art. 8º, Lei n. 7.492/86) ou mera usura (Art. 4º, “a”, Lei n. 1.521/51), em caso no qual se verificou que os empréstimos eram feitos com recursos próprios<sup>171</sup>.

**(ii) Ausência de dolo**

Também foi frequente o reconhecimento da atipicidade por ausência de dolo na conduta do agente<sup>172</sup>. Em mais da metade destes casos, os réus já haviam sido absolvidos pelo juiz sentenciante.

Assim, por exemplo, em caso no qual se imputava ao réu a prática da conduta descrita no Art. 4º, Lei n. 7.492/86, o TRF em questão verificou que o réu administrou contas bancárias de dois clientes que obtiveram benefícios junto ao banco e, posteriormente, não honraram o compromisso assumido, o que não bastaria para a configuração do delito. Neste sentido, o réu foi absolvido porque, embora tenha sido reconhecido o dano causado ao banco e a negligência da atuação do gerente, a gestão temerária implica submeter a instituição a riscos desnecessários, que extrapolem o aceitável às operações bancárias. Assim, prevaleceu o entendimento de que não haveria dolo no caso concreto, pois seria desarrazoado imputar-se ao gerente delito de gestão temerária pelo fato de clientes não terem honrado os compromissos comerciais assumidos. Neste sentido, o TRF afirmou que seria possível entender que houve imprudência ou mesmo incompetência administrativa, mas não vontade consciente e livre de gerir com temeridade os negócios da agência<sup>173</sup>.

<sup>167</sup> ACR 1999.70.00.031758-3-PR, ACR 2000.70.03.001527-5-PR, ACR 2001.04.01.029974-2-SC, ACR 2000.02.01.061098-0-RJ, ACR 96.01.31285-4-DF, ACR 2000.05.00.00186-9-PE e RVCR 99.05.63807-5-CE.

<sup>168</sup> ACR 2000.02.01.061098-0-RJ.

<sup>169</sup> ACR 1999.70.00.031758-3-PR.

<sup>170</sup> ACR 2000.70.03.001527-5-PR.

<sup>171</sup> RVCR 99.05.63807-5-CE.

<sup>172</sup> ACR 1999.71.05.005294-9-RS, ACR 99.05.13533-2-SE, ACR 1998.01.00.014560-5-DF, ACR 1998.01.00.036321-4-PA e ACR 1997.35.00.012110-0-GO.

<sup>173</sup> ACR 1998.01.00.014560-5-DF.

Em outro exemplo, o Ministério Público imputava aos réus a aplicação de parte de recursos provenientes de financiamento em finalidade diversa da prevista na Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária (Art. 20, Lei n. 7.492/86). Tais recursos haviam sido aplicados pelos réus em CDB/RDB. No entanto, os réus lograram comprovar que o banco que havia intermediado o financiamento cobrava uma contraprestação chamada de “reciprocidade” para liberar o mesmo. Ademais, o TRF em questão concluiu que a boa-fé dos réus foi demonstrada pela amortização realizada e pagamento do montante financiado. Assim, diante do fato de que a doutrina exige dolo na conduta do agente para a configuração do delito imputado, e também por se poder afirmar que os réus não atuaram com intenção de desviar os valores de sua finalidade estipulada no contrato, o TRF decretou a sua absolvição<sup>174</sup>.

Destaca-se que, ainda sob o argumento de ausência de dolo, foi verificada situação isolada em que o TRF em questão reconheceu tratar-se de erro de proibição<sup>175</sup>, após condenação em primeiro grau. Este caso é particularmente interessante porque a acusação imputava a realização de empréstimos vedados (Art. 17, Lei n. 7.492/86) aos acusados, dirigentes das instituições envolvidas. Contudo, o TRF ponderou que, de acordo com o verificado pelo Banco Central do Brasil, havia contrato de crédito rotativo entre empresas do mesmo grupo, do qual eram controladores e administradores os réus. Este contrato teria sido aberto em 1985 e, portanto, antes da promulgação da Lei n. 7.492/86. Ademais, apenas posteriormente é que uma das empresas envolvidas no contrato passou a ser uma instituição financeira devido à alteração do seu objeto social em 1989. Finalmente, submetidas as empresas envolvidas à fiscalização e confrontadas com exigências do Banco Central do Brasil em dezembro de 1992, a instituição financeira foi retirada do contrato, o que levou o Banco Central do Brasil a deixar de instaurar processo administrativo, em vista do fato de que, até então, e sob a fiscalização da Receita Federal, a conduta vedada era legítima e havia sido acompanhada pelo órgão até então responsável pela fiscalização das empresas. Assim, o TRF entendeu restar caracterizado o erro de proibição.

### (iii) ilegitimidade ativa do réu

Em alguns acórdãos, a atipicidade foi estabelecida a partir da ilegitimidade ativa do réu para a realização da conduta típica (principalmente gerentes e diretores de instituições financeiras, quando não comprovada a sua atribuição específica para os atos relevantes)<sup>176</sup>. Nesses casos, há equilíbrio entre as condenações e absolvições em primeira instância.

A título ilustrativo, apresentamos dois exemplos.

No primeiro caso, o relatório indicava que a denúncia havia imputado ao diretor de um banco a realização de dois empréstimos à mesma pessoa jurídica e em intervalo de apenas alguns dias, omitindo, nos demonstrativos contábeis do banco, elementos referentes às operações exigidos pela legislação, incorrendo no Art. 10, Lei n. 7.492/86. O TRF em questão, no entanto, entendeu que não teria sido demonstrado ter o réu o dever jurídico de lançar as anotações de empréstimos ou de diretamente isto providenciar, razão pela qual não haveria como lhe atribuir as omissões relatadas. O fato de ter atuado como diretor responsável pela execução das políticas e metas referentes à alocação de recursos externos, bem como da coordenação e autorização de operações de câmbio e crédito internacionais, não tornaria certo

<sup>174</sup> ACR 1999.71.05.005294-9-RS.

<sup>175</sup> ACR 96.03.098793-0-SP.

<sup>176</sup> ACR 1999.70.00.028372-0-PR, ACR 2003.04.01.024719-2-PR, ACR 2000.02.01.023938-4-RJ e ACR 97.03.031323-0-SP.

caber a ele a contabilização de tais operações na escrituração financeira da instituição. Ademais, conforme a prova juntada, inclusive o estatuto social da instituição, não ficou claro que competiria ao réu o registro contábil das transações por ele coordenadas ou autorizadas, de modo a ensejar a sua responsabilização penal pelo não cumprimento injustificado desse dever legal. Pelo contrário, a prova apresentada indicaria - embora de modo inconclusivo - ser de competência de outra Diretoria o dever de escriturar as operações realizadas<sup>177</sup>.

Em outro caso, o TRF em questão, tendo em vista que gerir seria “administrar, dirigir, comandar”, afirmou que o gerente de uma agência bancária, que está ligado à empresa por laços empregatícios, na verdade não dirige a instituição - no caso, um banco - mas apenas administra uma pequena parcela do todo. O acórdão destaca o veto presidencial à locução “mandatários gestores de negócios ou quaisquer pessoas que atuem em nome ou no interesse da instituição financeira” quando da aprovação da Lei, antes integrante do parágrafo único do Art. 25, com base no fato de que tal enunciado estenderia os efeitos da Lei n. 7.492/86 a meros subordinados cuja atividade laboral é desenvolvida em instituições financeiras. Assim, afirmou que somente pode ser entendido como sujeito ativo do Art. 4º, *caput* e parágrafo único, Lei n. 7.492/86, aquele que tenha ingerência nas decisões acerca das diretrizes a serem tomadas pela empresa, excluindo-se, portanto, o gerente de agência bancária como agente individual. Ademais, o TRF destacou que, seja pelo pequeno montante do prejuízo decorrente das operações irregularmente realizadas, seja porque tudo se reduziu ao âmbito de uma agência bancária, não se revelaria legítimo cogitar, na espécie, de afetação séria e concreta ao bem jurídico tutelado pela norma penal, a higidez do Sistema Financeiro Nacional. Assim, concluiu-se que o gerente de agência bancária não pode ser sujeito ativo do Art. 4º, *caput* e parágrafo único, Lei n. 7.492/86, e que, portanto, não teria ficado caracterizada a tipicidade da conduta quanto a este dispositivo, mas sim quanto ao Art. 171, §3º, CP, devendo ser recapitulada a condenação<sup>178</sup>.

#### **b) Ausência de prova da existência do fato**

Vários acórdãos fundamentaram a absolvição na ausência de provas do fato imputado ao agente (Art. 386, II, CPP)<sup>179</sup>. Em todos esses casos há absolvição em primeiro grau.

A título ilustrativo, destacamos caso em que os réus haviam sido denunciados por desvio na aplicação de financiamento (Art. 20, Lei n. 7.492/86), tendo, segundo a denúncia, utilizado parte das verbas para fins diversos do contratado, e apresentado ao banco recibo ideologicamente falso com simulação de aquisição de maquinário para fraudar a instituição financeira, relativamente a bens que já lhe pertenciam. O recibo fora fornecido por um co-réu, que confessou ter assinado o documento a pedido do outro réu mesmo consciente de que seria ideologicamente falso, o que foi confirmado pelo réu beneficiado. No entanto, o TRF entendeu que não haveria provas de uso das verbas em outras efetivas transações e que a acusação não logrou provar, valendo-se das declarações do réu, nada mais do que a utilização de parte do numerário para a quitação de parcelas vencidas de anterior financiamento junto ao mesmo banco. Tal fato, por sua vez, não poderia ser concebido sem a anuência do banco e, nestas circunstâncias, não se apresenta o elemento da fraude requisitado para o aperfeiçoamento do delito. Idêntica conclusão aplica-se ao recibo objeto da imputação de falsidade ideológica, que não se configura se o destinatário do documento sabe do teor inverídico da declaração. No caso

<sup>177</sup> ACR 1999.70.00.028372-0-PR.

<sup>178</sup> ACR 2003.04.01.024719-2-PR. Nesse caso, os réus foram condenados por alguns crimes e absolvidos da infração à Lei n. 7.492/86.

<sup>179</sup> ACR 2003.04.01.034103-2-PR, ACR 2000.03.99.032004-0-MS, ACR 1999.61.02.001309-4-SP, ACR 2000.02.01.061098-0-RJ, ACR 1997.35.00.007093-3-GO e ACR 93.01.12613-3-AC.

dos autos não haveria, portanto, provas de desvio pela aplicação no mercado da excogitada parcela do financiamento<sup>180</sup>.

### c) Ausência de provas suficientes para a condenação

Alguns acórdãos afirmaram inexistirem provas suficientes para a condenação (Art. 386, VI, CPP)<sup>181</sup>. Em apenas um caso havia ocorrido a condenação em primeira instância.

Destaca-se, a título ilustrativo, situação de ação penal originária do TRF, em que respondia a processo um ex-prefeito, juntamente com ex-secretário de agricultura e outros co-réus, por terem adquirido maquinários agrícolas, mediante fraude ao financiamento autorizado pelo FINAME - BANCO DO BRASIL S/A, de tal forma que, com o superfaturamento dos equipamentos, obtiveram 100% do seu valor financiado, quando era permitido, no máximo, financiamento de 70% do valor. Ademais, os equipamentos teriam sido comprados sem o devido processo licitatório. O proprietário da empresa beneficiada, com o fim de obter vantagem financeira com a venda das máquinas, expediu nota fiscal superfaturada nos valores totais dos maquinários, possibilitando a liberação do financiamento. Assim, foram os réus denunciados como incursos nas penas previstas para o Art. 19, parágrafo único, Lei n. 7.492/86.

O TRF que julgou a ação verificou que, com efeito, da documentação carreada aos autos emergia a celebração de Contratos de Abertura de Crédito Fixo com Garantia Real e respectiva Cédula Rural Pignoratícia, entre o Banco do Brasil S/A e os réus, tendo a aquisição do maquinário sido efetivada em 19/05/1993, conforme refletido nas notas fiscais. Observou o TRF que o percentual de 70% financiado pela instituição financeira correspondeu, efetivamente, ao valor total dos maquinários, configurando-se evidente fraude. No entanto, não restou demonstrado que os denunciados agiram dolosamente, obtendo ou induzindo os agricultores (co-réus) a obter financiamento mediante fraude, não havendo como imputar aos denunciados a prática dolosa da conduta em apreço, que consiste em obter financiamento mediante fraude, o que não restou comprovado, uma vez que o financiamento foi obtido pelos agricultores e não havia prova de que os denunciados tivessem ciência da fraude - nota fiscal superfaturada - e tivessem induzido os agricultores à prática do delito. Por fim, ressaltou o TRF que, ainda que a postura dos acusados possa configurar ilícito cível, administrativo e/ou criminal, em tese, referentes à improbidade administrativa, ausência de licitação, responsabilidade fiscal etc., inviável a condenação pelo crime financeiro imputado, diante da insuficiência de provas, dado que a acusação não logrou demonstrar em juízo a culpabilidade dos réus quanto à prática do delito previsto no Art. 19, parágrafo único, Lei n. 7.492/86. Assim, determinou que a dúvida deve favorecer os réus, conforme o princípio do *in dubio pro reo*, sendo eles absolvidos com fulcro no Art. 386, VI, CPP.

### d) Circunstância que exclui o crime ou isenta o réu de pena

Verificou-se caso isolado de absolvição em função da impossibilidade do meio escolhido para a realização criminosa, o que implica em circunstância que exclui o crime ou isenta o réu de pena (Art. 386, V, CPP, c/c Art. 17, CP)<sup>182</sup>. Nesse caso também houve absolvição em primeiro grau.

Este caso se afigura interessante porque o réu foi acusado de evasão de divisas, na forma tentada, após ser barrado no sistema de Raio-X da polícia federal no Aeroporto de Guarulhos, antes de empreender viagem internacional, ao ser surpreendido na posse de cerca de

<sup>180</sup> ACR 2000.03.99.032004-0-MS.

<sup>181</sup> ACR 1999.03.99.110790-6-SP, ACR 2003.70.02.009829-0-PR e AP 2003.04.01.040621-0-SC.

<sup>182</sup> ACR 94.03.090591-3-SP.

US\$20,000.00, que alegava ter adquirido no mercado formal. O juiz monocrático absolveu o acusado nos termos do Art. 386, V, CPP, ao argumento de que ficara provada a aquisição regular dos dólares, declarados à Receita Federal e, ademais, inexistiria dolo, já que a moeda era transportada sem subterfúgios, em maleta de mão. O Ministério Público recorreu afirmando que não questionava a regularidade na compra da moeda, mas a evasão, e que o comportamento do apelado incidia no Art. 22, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 14, II, CP.

O TRF em questão, por sua vez, manteve a sentença absolutória por reconhecer a existência de circunstâncias que excluía a punibilidade do acusado. Nesse sentido, afirmou que a atitude do réu, de colocar os dólares na maleta de mão, a qual necessariamente seria vistoriada pela polícia federal através do Raio-X, tornara impossível a consumação do delito. Assim, inexistiria tentativa punível (Art. 17, CP). Ademais, estando comprovado que as divisas foram adquiridas regularmente no mercado formal, elas são patrimônio do apelado, pelo que determinou a aplicação do disposto no Art. 5º, XV, CF, que garante aos cidadãos o livre ingresso, permanência e saída do país, com seus bens.

#### 5.1.3 Extinção da Punibilidade

Nos acórdãos proferidos pelos TRFs, foi freqüente o reconhecimento da ocorrência da extinção da punibilidade sem que os TRFs analisassem a questão de mérito colocada no recurso. Essas decisões giravam em torno de casos envolvendo as condutas descritas nos seguintes tipos penais da Lei n. 7.492/86, por ordem de freqüência:

- Art. 20, *caput* (Desvio na aplicação de financiamento)<sup>183</sup>
- Art. 16 (Exercício ilegal de instituição financeira)<sup>184</sup>
- Art. 7º, IV (Emissão de títulos ou valores mobiliários sem autorização prévia da autoridade competente)<sup>185</sup>, Art. 17 (Concessão de empréstimos vedados)<sup>186</sup>, Art. 19, *caput* (Obtenção de financiamento mediante fraude)<sup>187</sup> e Art. 22 (Evasão de divisas)<sup>188</sup> – empatados em freqüência

Na maior parte desses casos, o recurso havia sido interposto pela defesa buscando a absolvição dos recorrentes após condenação em primeira instância, sendo a extinção da punibilidade reconhecida pelos TRFs devido à ocorrência da prescrição retroativa, calculada a partir da pena concretamente aplicada aos réus.

Isoladamente, verificou-se a existência de recurso interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão que absolveu os réus da imputação de concessão de empréstimos vedados (Art. 17, Lei n. 7.492/86), com fundamento no Art. 386, III, CPP. O juízo sentenciante entendeu estar configurado erro de tipo, devido ao fato de que os acusados desconheciam a equiparação da empresa a instituição financeira quando efetivaram os empréstimos a quatro outras empresas do grupo. No acórdão, o TRF em questão declarou, de ofício, a extinção da punibilidade dos réus pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, com

<sup>183</sup> ACR 1997.01.00.026666-4-DF, ACR 1999.37.00.005724-8-MA e ACR 2002.05.00.006895-0-PE.

<sup>184</sup> ACR 1997.38.00.060332-3-MG e ACR 1999.01.00.088465-2-DF.

<sup>185</sup> ACR 97.02.39676-0-RJ.

<sup>186</sup> ACR 2003.03.99.002303-4-SP.

<sup>187</sup> ACR 2003.05.00.006169-7-CE.

<sup>188</sup> HC 2000.02.01.014412-9-RJ.

fundamento nos Arts. 107, IV, 109, III, e 115, CP, e 61, CPP. Destaca-se que ambos os réus eram maiores de 70 anos, motivo pelo qual o prazo prescricional correu pela metade<sup>189</sup>.

Em outra situação singular, o réu havia sido condenado em primeiro grau pelo delito tipificado no Art. 22, Lei n. 7.492/86, e, já neste juízo, fora reconhecida a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal. Foi impetrado *Habeas Corpus* pleiteando a absolvição do paciente por falta de provas decorrente do indeferimento de produção de prova da defesa indicando que o paciente não era sócio da empresa investigada. O TRF em questão julgou prejudicado o *Habeas Corpus* em razão de já ter sido extinta a punibilidade do paciente ao argumento de que, uma vez “extinta a punibilidade pela prescrição da pena ideal, que em tese, ocorre, em havendo circunstâncias judiciais favoráveis e nenhuma causa de aumento ou agravantes em detrimento do acusado, impedindo o juiz de aplicar pena superior ao mínimo, a persecução penal é um exercício de inutilidade”<sup>190</sup>.

Em algumas situações, enquanto os TRFs declararam extinta a pretensão punitiva estatal para alguns réus, mantiveram<sup>191</sup> ou reduziram<sup>192</sup> as penas de outros. Isoladamente, o TRF em questão decretou a extinção da punibilidade relativamente à condenação por infração a um dispositivo da Lei n. 7.492/86 e manteve a condenação quanto a outro, reduzindo a pena aplicada quanto a este<sup>193</sup>.

Além disso, foram verificadas situações em que os TRFs condenavam os réus ou mantinham a condenação decretada em primeira instância, para, em seguida, reconhecer a ocorrência da prescrição da punibilidade a partir da pena concretizada. Essas decisões giravam em torno de condenações pelas condutas descritas nos seguintes tipos penais da Lei n. 7.492/86, por ordem de frequência:

- Art. 20, *caput* (Desvio na aplicação de financiamento)<sup>194</sup>
- Art. 17 (Concessão de empréstimos vedados)<sup>195</sup>
- Art. 4º, parágrafo único (Gestão temerária)<sup>196</sup>, Art. 6º (Estelionato financeiro)<sup>197</sup>, Art. 11 (Movimentação de recursos em contabilidade paralela)<sup>198</sup>, Art. 19, *caput* (Obtenção de financiamento mediante fraude)<sup>199</sup> e Art. 22 (Evasão de divisas)<sup>200</sup> – empatados em frequência

Dentre os casos em que houve absolvição em primeira instância, em metade se verifica que a prescrição retroativa, baseada na pena concretamente aplicada pelos TRFs, ocorreu já antes do recebimento da denúncia<sup>201</sup>. Destaca-se que, nesses acórdãos, os réus haviam sido

<sup>189</sup> ACR 2003.03.99.002303-4-SP.

<sup>190</sup> HC 2000.02.01.014412-9-RJ.

<sup>191</sup> ACR 2002.03.99.021549-6-SP e ACR 99.05.439544-PE.

<sup>192</sup> ACR 2002.04.01.006781-1-RS.

<sup>193</sup> ACR 2002.04.01.004959-6-PR.

<sup>194</sup> ACR 96.01.48097-8-MG, ACR 2001.04.01.008178-5-PR e ACR 2001.05.00.008164-0-RN.

<sup>195</sup> ACR 1999.03.99.036872-0-SP e ACR 98.03.031197-2-SP.

<sup>196</sup> ACR 2000.71.00.003286-8-RS.

<sup>197</sup> ACR 1997.01.00.025976-9-DF.

<sup>198</sup> ACR 2002.04.01.041638-6-PR.

<sup>199</sup> ACR 2003.03.99.024812-3-SP.

<sup>200</sup> ACR 2002.03.99.022479-5-SP.

<sup>201</sup> ACR 96.01.48097-8-MG, ACR 2002.03.99.022479-5-SP, ACR 2003.03.99.024812-3-SP e ACR 2001.05.00.008164-0-RN.



condenados às seguintes penas: reclusão de 2 anos e multa (Art. 20), 4 anos e 6 meses e multa (Art. 22), 2 anos e multa (Art. 19, *caput*) e 2 anos e multa (Art. 20).

Na outra metade desses casos, no entanto, a prescrição operou-se entre o recebimento da denúncia e a condenação pelos TRFs<sup>202</sup>. Nesses acórdãos, os réus haviam sido condenados às seguintes penas: 2 anos e multa (Art. 20), 3 anos e multa e 2 anos e 6 meses e multa (Art. 17) e 3 anos e multa (Art. 18).

Nas raras situações em que os réus haviam sido condenados em primeira instância e os TRFs apenas alteraram a pena concretamente aplicada, em um caso, reduzindo-a e, no outro, aumentando-a, a prescrição retroativa operou-se entre a data dos fatos e o recebimento da denúncia, tendo os réus sido condenados às seguintes penas, respectivamente: no caso em que o TRF reduziu a pena aplicada, esta restou fixada em 2 anos e multa (Art. 4º, parágrafo único)<sup>203</sup>, no caso em que o TRF aumentou a pena aplicada, ela foi estabelecida em 1 ano e 6 meses e multa (Art. 11)<sup>204</sup>.

### 5.2 Prosseguimento

Como indicado anteriormente, observa-se que 38,9% das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais Federais, referentes aos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, versam sobre questões relativas ao prosseguimento da persecução em âmbito criminal. Este resultado abrange recursos decorrentes de pedidos formulados (i) ao longo do inquérito policial, (ii) em torno da decisão sobre o recebimento da denúncia, e (iii) ao longo da ação penal, inclusive após a prolatação da sentença e apresentação da apelação criminal.

Verificou-se que a grande maioria desses acórdãos resultou de pedidos interpostos ao longo da ação penal, apesar de vários terem sido pleiteados no momento da apresentação da denúncia ou após a prolatação da sentença, sendo menos freqüente a interposição durante o inquérito policial. Isoladamente, houve discussão acerca do prosseguimento da persecução criminal após a interposição de apelação criminal.

Ademais, a maior parte dos pedidos chegou ao TRF por meio da atuação da defesa enquanto que apenas alguns decorreram da atividade acusatória, havendo um pedido da Procuradoria Regional da República e um caso de remessa *ex officio* entre os acórdãos analisados.

Entre os recursos apresentados pela defesa, a maioria foi interposta ao longo da ação penal, alguns após o sentenciamento em primeira instância e apenas poucos durante o inquérito policial; um recurso isolado foi interposto após a interposição de apelação criminal.

Quanto aos recursos interpostos pelo Ministério Público Federal, a maioria deles ocorreu após a decisão que rejeitava a inicial acusatória. Poucos foram interpostos após a sentença de primeira instância e apenas um acórdão resultou de recurso ministerial ao longo do inquérito policial. Os recursos da Procuradoria Regional da República e *ex officio* foram interpostos ao longo da ação penal.

Verifica-se que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região Federal proferiu o maior número de acórdãos do Grupo Prosseguimento, seguido pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 2ª Região Federal, com quase igual número de acórdãos entre si, e estes pelos Tribunais Regionais Federais da 5ª e da 4ª Região Federal, também com quase o mesmo número de

<sup>202</sup> ACR 2001.04.01.008178-5-PR, ACR 98.03.031197-2-SP, ACR 1999.03.99.036872-0-SP e ACR 1997.01.00.025976-9-DF.

<sup>203</sup> ACR 2000.71.00.003286-8-RS – a pena originalmente aplicada era de 3 anos e 1 mês e multa.

<sup>204</sup> ACR 2002.04.01.041638-6-PR – a pena originalmente aplicada era de 1 ano e multa.

acórdãos entre si. Ademais, a origem mais frequente dos recursos analisados foi São Paulo, seguido do Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal.

Importante destacar que em pouco menos da metade dos acórdãos analisados havia menção expressa à relação entre os fatos apurados na esfera criminal e apuração levado a cabo (ou em andamento) na esfera administrativa; dentre estes, a maior parte se referia ao Banco Central do Brasil.

### 5.2.1 Pedidos formulados pela defesa

Do número total de recursos interpostos pela defesa, a maior parte visava o trancamento da ação penal (em alguns recursos, este pedido era cumulado com o de revisão do valor arbitrado para fiança, de concessão de liberdade provisória e de devolução de bens apreendidos) antes do sentenciamento do feito. Diversos pedidos buscavam o trancamento do inquérito policial. Isoladamente, buscava-se a suspensão condicional do processo, a anulação de atos decisórios por alegada incompetência do juízo federal, a fixação da competência na Justiça Estadual, o reconhecimento da ocorrência de prescrição e o da extinção da punibilidade, por *bis in idem*.

Diversos fundamentos foram utilizados nos pedidos formulados pela defesa. Buscamos agrupá-los conforme os pedidos mais frequentes e os argumento centrais que os embasaram e nortearam a fundamentação da decisão dos TRFs.

## a) Pedidos de trancamento da ação penal

### (i) Falta de justa causa por atipicidade

Desponta como argumento utilizado na quase totalidade dos pedidos de trancamento de ação penal pela defesa a alegação de falta de justa causa (formal e material). Este argumento aparece de modo isolado, formulado genericamente, como se verá no próximo item, ou atrelado ao argumento da atipicidade.

A ausência de justa causa (material) por atipicidade é a alegação que aparece com maior frequência nos acórdãos deste Grupo<sup>205</sup>.

Em alguns desses casos, a alegação de atipicidade se fundamentava especificamente em decisões anteriores em sede administrativa<sup>206</sup>, em outros, no fato de terem agido os acusados sob erro de proibição<sup>207</sup>, em outros, na ausência de dolo dos acusados<sup>208</sup> e, em outros, na inexistência de provas de materialidade do delito ou autoria<sup>209</sup>.

Apenas poucos entre os pedidos de trancamento da ação penal fundamentados no argumento de falta de justa causa por atipicidade buscavam obter ainda outros benefícios como, por exemplo, a restituição de bens apreendidos, como consequência do trancamento da ação

<sup>205</sup> HC 95.02.17807-6-RJ; HC 97.02.21685-0-RJ; HC 2002.02.01.043288-0-RJ; HC 2000.02.01.071388-4-RJ; HC 2002.02.01.004682-7-RJ; HC 97.03.066544-6-SP; HC 2002.03.00.004793-0-SP; HC 96.03.030052-7-SP; HC 94.03.100642-0-SP; HC 98.03.053160-3-SP; HC 1999.03.00.034747-9-SP; HC 96.03.090257-8-SP; HC 95.03.102201-0-SP; HC 95.03.102201-0-SP; HC 95.03.016211-4-SP; HC 92.03.64524-1-SP; HC 91.05.01749-1-CE; HC 91.05.01813-7-CE; HC 2002.05.00014822-1-CE; HC 2003.01.00.036925-1-DF; HC 1997.01.00.025274-7-DF; HC 2003.05.00.032133-6-RN; HC 2004.01.00.022768-0-PA e HC 94.01.17915-8-RO.

<sup>206</sup> HC 97.02.21685-0-RJ; HC 2002.02.01.043288-0-RJ; HC 96.03.030052-7-SP; HC 1999.03.00.034747-9-SP e HC 2002.05.00014822-1-CE.

<sup>207</sup> HC 95.03.016211-4-SP; HC 96.03.090257-8-SP; HC 95.03.102201-0-SP e HC 1997.01.00.025274-7-DF.

<sup>208</sup> HC 2002.03.00.004793-0-SP; HC 94.03.100642-0-SP e HC 98.03.053160-3-SP.

<sup>209</sup> HC 94.01.17915-8-RO; HC 2004.01.00.022768-0-PA e HC 2002.02.01.004682-7-RJ.

penal<sup>210</sup>, e redução do valor arbitrado para a fiança, por ter sido esta arbitrada em desacordo com os padrões usualmente adotados pelos magistrados de primeira instância<sup>211</sup>.

A maior parte dos pedidos de trancamento da ação penal foi negada, prevalecendo largamente como fundamento central da decisão, na motivação dos TRFs, o argumento de que a questão suscitada no pedido demandaria aprofundado exame fático-probatório, sob o crivo do contraditório, inviável em sede de *Habeas Corpus*<sup>212</sup>. Outros argumentos recorrentemente centrais nas decisões dos TRFs foram as afirmações de que: (i) o trancamento da ação penal somente seria possível quando fossem apresentadas evidências tais que comprovassem a inexistência de delito ou o não envolvimento dos denunciados nos fatos<sup>213</sup> e (ii) não teria sido demonstrado constrangimento ilegal, sendo que a denúncia recebida descrevia fatos típicos aceitando-se, ademais, no caso de delitos societários, sua descrição genérica<sup>214</sup>.

Ademais, em situação isolada o TRF também observou que a existência de procedimento instaurado na esfera administrativa, ou até mesmo de decisão na mesma, não condiciona e nem constitui condição de procedibilidade na esfera criminal, não interferindo nela em função da independência e autonomia das instâncias<sup>215</sup>.

Em alguns casos, contudo, os TRFs determinaram o trancamento da ação penal conforme pleiteado, ora por verificarem não haver substrato probatório mínimo de autoria e materialidade do delito na denúncia, genericamente<sup>216</sup>, ora por afirmarem ter ocorrido, no caso, inclusão do paciente entre os réus pelo simples fato de figurar como sócio da instituição financeira onde ocorreram os supostos ilícitos<sup>217</sup>. Em outras situações, o trancamento ocorreu em face do reconhecimento de que a punição ou absolvição da conduta na esfera administrativa exauria a análise dos fatos, tanto porque, no caso de punição, seria excesso punir a conduta também na esfera criminal<sup>218</sup>, quanto porque, no caso de absolvição, o processo criminal redundaria no mesmo resultado pois as informações da esfera administrativa constituíam o único indício de irregularidade, não se justificando, assim, a mobilização de todo o aparato do judiciário<sup>219</sup>. Isoladamente, o TRF também reconheceu a atipicidade da conduta imputada, em caso no qual o denunciado era estrangeiro e havia ingressado no território nacional com numerário não declarado<sup>220</sup>.

Interessante destacar, ainda, que, ao contrário do que ocorre no STJ, nenhum dos pedidos de trancamento da ação penal que foram fundados na alegação de ausência de justa causa por atipicidade decorrente de erro de proibição foram acolhidos pelos TRFs<sup>221</sup>. Na maior parte dos casos analisados, os TRFs concluíam pela necessidade de aprofundado exame probatório, indeferindo, portanto, tais pedidos de trancamento das ações penais.

<sup>210</sup> HC 2002.03.00.004793-0-SP e HC 94.03.100642-0-SP.

<sup>211</sup> HC 2002.03.00.004793-0-SP.

<sup>212</sup> HC 2003.01.00.036925-1-DF, HC 1997.01.00.025274-7-DF, HC 2000.02.01.071388-4-RJ, HC 2002.03.00.004793-0-SP, HC 95.03.102201-0-SP, HC 96.03.090257-8-SP, HC 95.03.016211-4-SP, HC 1999.03.00.034747-9-SP, HC 91.05.01749-1-CE e HC 2003.05.00.032133-6-RN.

<sup>213</sup> HC 94.01.17915-8-RO, HC 97.03.066544-6-SP e HC 94.03.100642-0-SP.

<sup>214</sup> HC 2004.01.00.022768-0-PA, HC 98.03.053160-3-SP e HC 91.05.01813-7-CE.

<sup>215</sup> HC 1999.03.00.034747-9-SP e HC 94.03.095132-0-SP.

<sup>216</sup> HC 97.02.21685-0-RJ e HC 2002.02.01.043288-0-RJ.

<sup>217</sup> HC 2002.02.01.004682-7-RJ.

<sup>218</sup> HC 95.02.17807-6-RJ.

<sup>219</sup> HC 96.03.030052-7-SP.

<sup>220</sup> HC 92.03.64524-1-SP.

<sup>221</sup> HC 1997.01.00.025274-7-DF, HC 95.03.102201-0-SP, HC 96.03.090257-8-SP e HC 95.03.016211-4-SP.

**(ii) Falta de justa causa e/ou inépcia da denúncia**

Em alguns acórdãos, o argumento da defesa é descrito pelos TRFs como alegação de falta de justa causa e/ou inépcia da denúncia<sup>222</sup>.

A maioria desses pedidos genéricos foi negado pelos TRFs<sup>223</sup>, ao fundamento de que as ordens tratavam de matérias que exigiriam aprofundado exame fático-probatório, não sendo este possível em sede de *habeas corpus*, e que os fatos narrados nas denúncias constituiriam, em tese, ilícito penal, dependendo a comprovação da inocência dos pacientes de provas a serem produzidas ao longo da instrução criminal.

Os pedidos foram acolhidos em duas situações isoladas. Na primeira, o TRF em questão acolheu o pedido para deferir o trancamento da ação penal, pedido este que havia sido subscrito também pelo Procurador da República, tendo sido reconhecida a ausência de qualquer vínculo entre o paciente e a empresa na qual se deram os supostos delitos à época dos fatos<sup>224</sup>. Em outra situação, na qual a defesa buscava não só o trancamento da ação penal, mas também a concessão de liberdade provisória para o réu, o TRF decidiu pela manutenção da ação penal, mas assegurou a ele o direito de responder ao processo em liberdade, diante do reconhecimento da circunstância de que, ao longo dos quatro anos que transcorreram entre os fatos supostamente ilícitos e apresentação da denúncia pelo Ministério Público Federal, o réu havia permanecido solto, sem que nada ocorresse para justificar a prisão processual<sup>225</sup>.

**(iii) Falta de individualização da conduta e ilegitimidade passiva**

Destaca-se como argumento recorrente também a alegação de ilegitimidade passiva assim como de ausência de individualização da conduta dos acusados, fulcro da discussão de vários acórdãos analisados nos TRFs e tão freqüente quanto a alegação de falta de justa causa, analisada no Item V.B.1.a)(ii), anteriormente.

A maior parte dos recursos foi indeferido pelos TRFs com base no entendimento generalizado segundo o qual no caso de delitos societários não é necessário que a denúncia descreva individualmente a conduta imputada a cada um dos réus, mas apenas que a especifique suficientemente para que todos possam exercer o direito de ampla defesa<sup>226</sup>. Nesse sentido, destaca-se o seguinte trecho de acórdão: “A legitimidade passiva é condição da ação que prescinde de prova robusta nesta fase processual, pois é a instrução probatória que irá confirmar ou afastar a autoria apontada na exordial. É certo que o nosso ordenamento jurídico não admite a responsabilidade penal objetiva, mas para se averiguar que a paciente não participava da rotina administrativa da empresa é imprescindível o prosseguimento da ação penal, respeitado o devido processo legal. Em sede de crimes societários, a ausência de discriminação da conduta de cada sócio não obsta o recebimento da peça inaugural se descreve com clareza o fato típico imputado aos acusados”<sup>227</sup>.

<sup>222</sup> HC 2004.01.00.044825-0-MG; HC 2004.01.00.027520-1-PA; HC 99.02.19807-4-RJ; HC 95.03.015778-1-SP; HC 1999.01.00.065781-8-GO, HC 98.05.39401-8-CE e HC 2004.05.00.041340-5-CE.

<sup>223</sup> HC 99.02.19807-4-RJ; HC 95.03.015778-1-SP; HC 98.05.39401-8-CE e HC 2004.05.00.041340-5-CE.

<sup>224</sup> HC 2004.01.00.027520-1-PA.

<sup>225</sup> HC 2004.01.00.044825-0-MG.

<sup>226</sup> HC 2003.02.01.016927-9-RJ, HC 98.02.38479-8-RJ, HC 96.03.020224-0-SP, HC 90.03.30717-2-SP, HC 96.03.069104-6-SP, HC 2003.03.00.044723-6-SP, HC 97.03.061736-0-SP, HC 2005.03.00.023563-1-SP e HC 2004.03.00.048826-7-SP.

<sup>227</sup> HC 2004.03.00.048826-7-SP.

Poucos pedidos fundamentados na ausência de individualização da conduta dos réus na denúncia e/ou na ilegitimidade passiva do impetrante para figurar como réu foram acolhidos pelos TRFs.

Na maior parte das vezes em que isso ocorreu, o trancamento da ação penal se deu com base no argumento de que o direito penal brasileiro veda a responsabilidade objetiva, não se afigurando aceitável o recebimento de denúncia em face de uma pessoa pelo simples fato de haver integrado o quadro societário ou mesmo cargo na diretoria da instituição em algum momento da existência desta, sem demonstração de vínculo entre tal participação e as condutas investigadas<sup>228</sup>. Além disso, também houve uma situação isolada em que a ação penal foi trancada ao fundamento de que membros do conselho de administração de uma companhia não possuem poderes de gestão, função cometida à diretoria<sup>229</sup>. Em outro caso isolado, o TRF acabou por reconhecer a atipicidade da conduta; no entanto, esta avaliação se deu com base na ilegitimidade de parte, dado que se baseou em decisão tomada em processo administrativo, em que o Banco Central do Brasil arquivou o processo em face das pessoas físicas<sup>230</sup>.

#### (iv) Prescrição da pretensão punitiva

Em alguns casos, houve alegação de extinção da punibilidade, ora por prescrição da pretensão punitiva<sup>231</sup>, ora por pagamento dos valores recebidos em financiamento antes do recebimento da denúncia<sup>232</sup>.

Nos casos em que se alegava a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva do Estado, apenas uma situação isolada foi acolhida pelo TRF, caso em que os réus tinham mais de 70 anos de idade à época dos fatos<sup>233</sup>.

Relativamente aos casos em que foi alegada a extinção da punibilidade pelo pagamento dos valores recebidos a título de financiamento (Art. 20, Lei n. 7.492/86). Este argumento não foi aceito em nenhuma das hipóteses pelos TRFs: “a punibilidade deste delito não se extingue pelo pagamento da dívida, dado que se consuma com o ato que desvia os recursos da finalidade para a qual foram recebidos”<sup>234</sup>.

#### (v) Outros

O trancamento foi argüido também em função dos seguintes argumentos:

- *Bis in idem*<sup>235</sup>: o STJ ora negou o trancamento da ação penal por entender que não ocorreu *bis in idem* porque restou demonstrado que não havia sido reconhecida a exceção de coisa julgada<sup>236</sup> e ora suscitou Conflito de Competência porque entendeu ser incompetente para julgar o pedido de trancamento da ação penal diante da tramitação de ação perante juízo falimentar estadual<sup>237</sup>; e

<sup>228</sup> HC 2005.01.00.013088-9-AM e HC 98.02.18475-6-RJ.

<sup>229</sup> HC 96.03.083844-6-SP.

<sup>230</sup> HC 2000.01.00.137342-3-DF.

<sup>231</sup> HC 1997.01.00.033704-8-BA, HC 96.02.10530-5-RJ, HC 2003.02.01.017711-2-RJ e HC 2005.05.00.034647-0-PE.

<sup>232</sup> HC 1998.01.00.023965-9 -TO e HC 2001.04.01.071099-5-SC.

<sup>233</sup> HC 2005.05.00.034647-0-PE.

<sup>234</sup> HC 2001.04.01.071099-5-SC.

<sup>235</sup> HC 1999.01.00.065781-8-GO e HC 96.03.083337-1-SP.

<sup>236</sup> HC 1999.01.00.065781-8-GO.

<sup>237</sup> HC 96.03.083337-1-SP.

- *Ineficiência da defesa do réu*<sup>238</sup>: a defesa alegou que, não tendo sido citado o réu, a defesa dativa foi ineficiente, não tendo assinado os termos de depoimentos de testemunhas, donde surgiriam dúvidas sobre a sua presença na audiência. O TRF entendeu que não se verifica ausência de defesa ou deficiência comprometedora da garantia constitucional quando, revel, o acusado é representado em todos os atos do processo por advogado. Ademais, constituiria mera irregularidade o fato de o defensor não ter assinado os termos de depoimento da audiência de testemunhas quando firmado o termo de audiência.

#### b) Pedidos de trancamento do inquérito policial

Os pedidos de trancamento do inquérito policial formulados pela defesa se fundamentaram nos mais diversos argumentos. Apresentamos a seguir os mais frequentes:

- *Constrangimento ilegal e atipicidade da conduta investigada*: essa alegação recorrente com base em diversos fundamentos foi rebatida pelos TRFs na maior parte dos casos, sob o argumento de ser necessária a investigação para que o Ministério Público possa concluir ou não pela existência de crime<sup>239</sup>. Raramente, foi reconhecida de plano a atipicidade da conduta, ora porque se entendeu evidenciada a ausência de dolo pelo modo como se deu a conduta<sup>240</sup> (o indiciado embarcava para o exterior com moeda estrangeira no bolso), ora por entender-se ser atípica a conduta de ingressar no país portando moeda estrangeira<sup>241</sup>;
- *Constrangimento ilegal diante da ocorrência de prescrição*<sup>242</sup>: a alegação decorrente da idade do indiciado foi afastada pelo TRF que afirmou haver necessidade de realização de maiores investigações tanto em relação aos fatos, quanto acerca dos responsáveis pela administração e gestão das sociedades envolvidas nas operações.
- *Ilegitimidade passiva*<sup>243</sup>: a alegação da defesa questionava os indícios de autoria e materialidade.
- *Excesso de prazo do inquérito policial*<sup>244</sup>: a defesa sustentou que, contando da data da apreensão dos cheques, documentos e computadores da empresa até então, já teriam se passado mais de oito meses sem a conclusão do inquérito, restando caracterizado o excesso de prazo na investigação. O TRF decidiu pelo prosseguimento do inquérito policial, pois entendeu que havia apuração, no inquérito policial, de fatos que configurariam diversos delitos, com fortes indícios de autoria e materialidade. Além disso, afirmou inexistir excesso de prazo porque os fatos investigados pelo inquérito seriam de difícil elucidação, sendo justificável a demora na conclusão de um inquérito que investiga crimes de alta complexidade, especialmente quando o investigado não se encontra privado de sua liberdade.

#### 5.2.2 Pedidos formulados pela acusação

<sup>238</sup> HC 2004.03.00.055227-9-SP.

<sup>239</sup> HC 1999.03.00.062424-4-SP, HC 94.01.21282-1-MG e HC 93.01.34783-0-BA.

<sup>240</sup> HC 2001.02.01.046619-8-RJ.

<sup>241</sup> HC 91.03.33971-8-SP.

<sup>242</sup> HC 2004.02.01.005736-6-RJ.

<sup>243</sup> RHC 94.05.35223-7-CE.

<sup>244</sup> HC 2005.05.00.012654-8-RN.

Relativamente aos recursos interpostos pelo Ministério Público Federal, a maior parte buscava o recebimento da denúncia<sup>245</sup> e casos isolados, o prosseguimento do inquérito policial<sup>246</sup> e a anulação da sentença<sup>247</sup>.

A maior parte dos pedidos formulados foi acolhida integralmente<sup>248</sup> pelos TRFs, destacando-se apenas situação isolada em que o pedido foi acolhido em relação a parte dos réus<sup>249</sup>. Em todos esses casos, houve alteração da decisão de primeira instância.

#### a) Pedidos de recebimento da denúncia

Entre os recursos apresentados pelo Ministério Público Federal buscando o recebimento da denúncia, o argumento mais utilizado foi a tipicidade da conduta descrita na inicial<sup>250</sup>.

Parte desses casos versava sobre a conduta do Art. 20, parágrafo único, Lei n. 7.492/86, e discutia a ausência de comprovação da realização de contrato de câmbio após a exportação<sup>251</sup>. Houve também caso em que se alegou a legitimidade passiva do denunciado, a inocorrência de prescrição, a independência entre as esferas administrativa e penal e ter o magistrado feito valoração excessivamente aprofundada, incompatível com o momento processual do recebimento da denúncia<sup>252</sup> para fundamentar a sua rejeição.

A maior parte desses pedidos foi negada pelos TRFs, sendo mantida a rejeição da denúncia formulada pelo juízo de primeiro grau. A justificativa mais freqüente dos TRFs para a manutenção da rejeição da denúncia foi tratar-se de conduta atípica<sup>253</sup>.

Baseados nesta linha de argumentação, vários acórdãos mantiveram a rejeição da denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal em torno de condutas que envolviam a ausência de prova da realização de operação de câmbio após negócios de exportação e que o órgão ministerial buscava denunciar com base no Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86. Nestes casos, ressaltou-se que impedir que a moeda entre no território nacional não é conduta típica e somente poderia ser equiparada por meio de um raciocínio de interpretação extensiva ou analógica do tipo penal, o que é vedado em prejuízo ao réu. Destacou-se o fato de a não contratação de câmbio poder ensejar sanções de natureza administrativa, sendo, contudo, penalmente atípico. Assim, entenderam não configurar o delito previsto no Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86, quando o agente, ao proceder à exportação de mercadorias, não efetua a operação de câmbio correspondente<sup>254</sup>.

Também ocorreu repetidamente o reconhecimento da inépcia da denúncia, tanto por falta de indícios de autoria, quanto por falta de subsídios mínimos de materialidade. No primeiro caso,

<sup>245</sup> RSE 2000.43.00.002198-6-TO, RSE 2005.33.00.001702-1-BA, RSE 91.01.12579-6-PA, RSE 89.02.13978-6-RJ, RSE 2002.61.05.011745-0-SP, RSE 1999.03.99.062486-3-SP, RSE 2000.61.81.001300-0-SP, RSE 98.03.099598-7-SP, RSE 96.03.045272-6-SP, RSE 2001.04.01.011338-5-PR, RSE 2002.04.01.012440-5-SC, RSE 2002.70.01.012884-0-PR, RSE 2003.04.01.050889-3-PR e RSE 2003.71.00.042201-5-RS.

<sup>246</sup> Correição Parcial 2005.04.01.009938-2-PR.

<sup>247</sup> ACR 96.01.30669-2-MG.

<sup>248</sup> RSE 2000.43.00.002198-6-TO, ACR 96.01.30669-2-MG, RSE 2005.33.00.001702-1-BA, RSE 91.01.12579-6-PA, RSE 2002.61.05.011745-0-SP, RSE 98.03.099598-7-SP e Correição Parcial 2005.04.01.009938-2-PR.

<sup>249</sup> RSE 96.03.045272-6-SP.

<sup>250</sup> RSE 91.01.12579-6-PA, RSE 89.02.13978-6-RJ, RSE 1999.03.99.062486-3-SP, RSE 98.03.099598-7-SP, RSE 96.03.045272-6-SP, RSE 2001.04.01.011338-5-PR, RSE 2002.04.01.012440-5-SC, RSE 2003.04.01.050889-3-PR e RSE 2003.71.00.042201-5-RS.

<sup>251</sup> RSE 2001.04.01.011338-5-PR, RSE 2002.04.01.012440-5-SC e RSE 2003.71.00.042201-5-RS.

<sup>252</sup> RSE 2002.70.01.012884-0-PR

<sup>253</sup> RSE 1999.03.99.062486-3-SP, RSE 2001.04.01.011338-5-PR, RSE 2002.04.01.012440-5-SC e RSE 2003.71.00.042201-5-RS.

<sup>254</sup> RSE 2001.04.01.011338-5-PR, RSE 2002.04.01.012440-5-SC e RSE 2003.71.00.042201-5-RS.

o TRF em questão reconheceu que permitir o recebimento da denúncia redundaria em aceitar a responsabilidade objetiva no direito penal, dado que nada ligava o denunciado aos fatos além da posição por ele ocupada na instituição<sup>255</sup>. No segundo, considerou-se que as condutas descritas na denúncia foram tidas como devidamente documentadas, quando submetidas ao exame do Banco Central do Brasil, gerando o arquivamento do processo administrativo<sup>256</sup>.

Isoladamente, foi mantida a rejeição de denúncia em caso no qual se reconheceu a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva estatal em relação ao delito previsto no Art. 19, Lei n. 7.492/86, de obtenção de financiamento mediante fraude, entendendo o TRF em questão que, com a assinatura do contrato, o financiamento foi obtido, tendo sido o capital necessário à consecução do negócio alocado pela instituição financeira, independentemente da efetiva utilização dos valores obtidos, o que constituiria mero exaurimento da conduta descrita com reflexos apenas na fixação da pena. Destacou-se que “alocar” significa destinar fundo orçamentário, verbas, recursos, a um fim específico ou a uma entidade, na seara das ciências econômicas. Assim, entendeu-se que “é com a aceitação da instituição financeira em conceder o empréstimo, destacar do montante geral de suas reservas, uma fração específica para aquele determinado negócio, vontade esta cuja manifestação se dá com a assinatura do contrato, que se consuma o delito do Art. 19. A fração, destacada das provisões da instituição financeira, pode ser entregue ao outro contratante de uma só vez ou em parcelas, de acordo com o que for avençado no contrato. Mas a entrega do numerário já financiado traduz mero exaurimento do crime já consumado”<sup>257</sup>.

Dentre os pedidos que foram concedidos pelos TRFs e resultaram no recebimento da denúncia, destaca-se como muito freqüente o reconhecimento da tipicidade, em tese, da conduta descrita na denúncia. Os principais fundamentos foram haver descrição suficiente dos fatos imputados e de sua relação com os denunciados e estar demonstrado o dolo. Nesses casos, os TRFs destacaram que, no momento da decisão relativamente ao recebimento da denúncia, devem estar presentes os requisitos formais enumerados na lei penal e processual penal para tanto, sendo impossível a rejeição da denúncia apenas por não narrar a participação exata de cada um dos acusados quando se cuida de crime societário<sup>258</sup>.

Além disso, verificou-se situação isolada em que foi decretado o recebimento da denúncia em função de não ser reconhecida, no Brasil, a chamada “prescrição em perspectiva”, somente se conhecendo a prescrição retroativa diante de sentença condenatória<sup>259</sup>.

Outra situação isolada se deu relativamente a um pedido de recebimento da denúncia formulado pelo Ministério Público Federal em face de seis denunciados, alegando estar verificada a tipicidade da conduta. O TRF em questão, no entanto, manteve a rejeição da denúncia em relação a três dos denunciados, alegando estar ausente qualquer indício de participação no fato típico. Já quanto aos demais acusados, decretou o recebimento da denúncia afirmando não ser necessário individualizar as condutas deles para iniciar a ação penal, uma vez que isso resultaria da instrução penal, o que seria permitido nos crimes societários<sup>260</sup>.

### 5.3 Cautelar

<sup>255</sup> RSE 89.02.13978-6-RJ.

<sup>256</sup> RSE 2000.61.81.001300-0-SP.

<sup>257</sup> RSE 2003.04.01.050889-3-PR.

<sup>258</sup> RSE 2005.33.00.001702-1-BA, RSE 91.01.12579-6-PA, RSE 2002.61.05.011745-0-SP, RSE 98.03.099598-7-SP e RSE 2002.70.01.012884-0-PR.

<sup>259</sup> RSE 2000.43.00.002198-6-TO.

<sup>260</sup> RSE 96.03.045272-6-SP.



Entre os acórdãos analisados nos TRFs, conforme indicado anteriormente, 7,5% tratavam de questões cautelares em matérias relacionadas à liberdade, a patrimônio e a sigilo fiscal. Destes, quase a metade foi julgada pelo TRF da 4ª Região Federal e aproximadamente 1/3, pelo TRF da 3ª Região Federal.

Os pedidos, em sua grande maioria apresentados pela defesa, foram formulados, majoritariamente, em sede de ações de *Habeas Corpus*. Foram também verificadas situações em que a defesa se valeu de Apelações Criminais, Apelação em Mandado de Segurança e Mandado de Segurança. Na maior parte dos casos, a interposição se deu durante o inquérito policial ou no curso da ação penal; no entanto, também foram verificados alguns casos após a prolação da sentença de primeira instância.

Quanto à matéria sobre a qual versavam, a maior parte dos acórdãos incluídos neste Grupo lidava com pedidos voltados à concessão de liberdade, alguns pleitos buscavam a restituição de bens constritos em alguma fase da persecução penal e, isoladamente, também houve um pedido de suspensão da quebra de sigilo fiscal.

Da análise dos acórdãos resulta, ainda, que mais da metade dos pedidos foram negados pelos TRFs, mantendo-se, assim, as medidas cautelares constritivas.

#### 5.3.1 Liberdade

Pode-se observar que, dentre os acórdãos que tratavam de liberdade e que foram reunidos no Grupo Cautelar, a maior parte objetivava a revogação da prisão preventiva, e alguns buscavam obter o direito de apelar em liberdade, sendo praticamente inexpressiva a quantidade de acórdãos que pediam a concessão de liberdade provisória.

Dos acórdãos que discutiam a prisão preventiva, observa-se um equilíbrio quase total entre as decisões que mantiveram a prisão preventiva e as que a revogaram, e um equilíbrio absoluto entre as decisões que concederam e as que negaram o direito de apelar em liberdade. No que tange aos pedidos de liberdade provisória, verificou-se um caso isolado em que este foi negado, tendo restado prejudicada a outra situação em que esta era postulada<sup>261</sup>.

#### a) Pedidos de revogação da prisão preventiva

As prisões preventivas discutidas nos acórdãos analisados foram decretadas com base no argumento de que seriam necessárias para a garantia da ordem pública e econômica, bem como para assegurar a aplicação da lei penal<sup>262</sup>; em alguns casos, os acórdãos não relataram motivação alguma para o decreto prisional<sup>263</sup>.

Em alguns casos, a razão que ensejava a necessidade da garantia da ordem pública foi aprofundada, justificando-se ora em função do envolvimento de funcionário público no suposto ilícito<sup>264</sup>, ora devido ao fato de, por se tratar de possível organização criminosa, haveria a possibilidade de continuidade da atividade delitiva<sup>265</sup>, ora pela ampla repercussão pública que os fatos haviam ensejado<sup>266</sup>.

Também o argumento da necessidade de garantia da aplicação da lei penal foi justificado em algumas decisões de primeira instância, como sendo devido à possibilidade de fuga dos

<sup>261</sup> HC 2003.01.00.029545-3/DF: Antes do julgamento deste *Habeas Corpus*, a denúncia foi recebida pelo juiz de primeira instância, que então arbitrou fiança para o réu, concedendo-lhe, assim, a liberdade buscada.

<sup>262</sup> HC 2000.03.00.055768-5/MS e HC 2003.04.01.037278-8/PR.

<sup>263</sup> HC 2005.04.01.011614-8/PR e HC 2005.04.01.011378-0/PR.

<sup>264</sup> HC 2003.03.00.067413-7/SP e HC 2000.03.00.020550-1/SP.

<sup>265</sup> HC 2005.04.01.005222-5/RS.

<sup>266</sup> HC 2005.04.01.005222-5/RS e HC 2000.03.00.020550-1/SP.

imputados, seja em função de integrarem organização criminosa<sup>267</sup>, seja por serem pessoas com elevado poder aquisitivo<sup>268</sup>.

Em alguns casos, além da garantia à aplicação da lei penal, também foi invocado como motivo para a decretação da prisão preventiva a magnitude da lesão causada<sup>269</sup>, nos termos do Art. 30, Lei n. 7.492/86.

A partir desse contexto, os pedidos de relaxamento e revogação da prisão preventiva, em geral, iniciaram sua argumentação com base na alegação genérica de ausência dos requisitos legais para a sua decretação<sup>270</sup>, bem como de presença dos requisitos que ensejam a concessão da liberdade<sup>271</sup> (inclusive, isoladamente, a entrega de passaporte ao juízo<sup>272</sup>).

A incompetência do juiz que expediu o decreto para a prisão constitui a alegação mais frequente<sup>273</sup>.

Outros argumentos apresentados em combinação com os acima descritos invocavam: ofensa ao princípio do devido processo legal<sup>274</sup>, cerceamento da defesa por impossibilidade de acesso aos autos do inquérito policial<sup>275</sup>, excesso de prazo da prisão preventiva<sup>276</sup>, impedimento do juiz de primeira instância<sup>277</sup> e ausência de fundamentação para a decretação da medida<sup>278</sup>.

Os TRFs revogaram as prisões preventivas em aproximadamente metade dos acórdãos examinados, afirmando que em todos esses casos se verificava a ausência dos requisitos legais para a sua manutenção, acrescentando, ainda, os seguintes argumentos, em ordem de frequência:

- Incompetência do juiz que decretou a prisão preventiva e excesso do prazo desta<sup>279</sup>;
- Inexistência de elementos palpáveis a indicar que o acusado pretendia evadir-se do distrito da culpa<sup>280</sup>;
- Impossibilidade de justificação da prisão preventiva por mera necessidade de resguardo do meio social e da credibilidade da Justiça, nem pela repercussão pública dos fatos, assim como também não pelo fato de ser o acusado pessoa rica ou por simples presunções de que apenas o aprisionamento evitaria a prática de novos delitos<sup>281</sup>; e

<sup>267</sup> HC 2003.03.00.067413-7/SP.

<sup>268</sup> HC 2003.03.00.021639-1/MS e HC 2004.04.01.033970-4/PR.

<sup>269</sup> HC 2000.03.00.020550-1/SP e HC 2005.04.01.005222-5/RS.

<sup>270</sup> HC 2003.03.00.067413-7/SP, HC 2003.03.00.021639-1/MS, HC 2000.03.00.055768-5/MS, HC 2000.03.00.020550-1/SP, HC 2005.04.01.005222-5/RS, HC 2004.04.01.033970-4/PR e HC 2005.04.01.011378-0/PR.

<sup>271</sup> HC 2000.03.00.055768-5/MS, HC 2003.04.01.037278-8/PR, HC 2004.04.01.033970-4/PR e HC 2005.04.01.011378-0/PR..

<sup>272</sup> HC 2005.04.01.011378-0/PR.

<sup>273</sup> HC 2003.03.00.067413-7/SP, HC 2000.03.00.020550-1/SP, HC 2003.04.01.037278-8/PR e HC 2005.04.01.011614-8/PR.

<sup>274</sup> HC 2003.03.00.021639-1/MS.

<sup>275</sup> HC 2005.04.01.005222-5/RS.

<sup>276</sup> HC 2005.04.01.005222-5/RS.

<sup>277</sup> HC 2003.04.01.037278-8/PR.

<sup>278</sup> HC 2004.04.01.033970-4/PR.

<sup>279</sup> HC 2005.04.01.011614-8/PR e HC 2005.04.01.011378-0/PR.

<sup>280</sup> HC 2005.04.01.005222-5/RS e HC 2004.04.01.033970-4/PR.

<sup>281</sup> HC 2005.04.01.005222-5/RS.

- Presença dos requisitos necessários para o relaxamento da prisão (bons antecedentes, residência fixa no distrito da culpa, atividade lícita etc.)<sup>282</sup>.

Os TRFs mantiveram aproximadamente metade das prisões decretadas, afirmando que em todos esses casos se verificava a presença dos requisitos legais para tanto, particularmente indícios de materialidade e autoria (*fumus delicti* e *periculum in mora*), acrescentando, ainda, os seguintes argumentos, em ordem de frequência:

- Competência do juiz de primeira instância e licitude das provas até então produzidas<sup>283</sup>;
- Magnitude da lesão<sup>284</sup>;
- Necessidade da garantia da aplicação da lei penal, diante do fato de que o réu estava foragido<sup>285</sup>, diante da possibilidade de fuga do réu, estrangeiro<sup>286</sup>, e porque o réu poderia dificultar a produção de provas (inclusive por meio de ameaças a testemunhas)<sup>287</sup>;
- Afirmação de que o inquérito policial é peça informativa, o que justifica que seja realizado com menos formalidades do que aquelas típicas do processo penal, sendo permitida a juntada de documentos e peças extraídas de outros procedimentos criminais para a fundamentação do pedido de prisão preventiva<sup>288</sup>;
- A repercussão nacional dos fatos<sup>289</sup>; e
- Não há impedimento do juiz pelo fato de este arrolar testemunhas diferentes das enumeradas na denúncia (Art. 502, parágrafo único, CPP)<sup>290</sup>.

#### b) Pedidos para a concessão do direito de apelar em liberdade

Dentre os acórdãos que lidavam com pleitos que buscavam obter a concessão do direito de apelar em liberdade, metade foi concedida e metade negada pelos TRFs.

Em todos os casos, os pacientes haviam sido condenados a elevadas penas de reclusão e multa em primeira instância, sendo que a exigência de recolhimento em estabelecimento penitenciário para recorrer havia sido justificada tanto pelas penas impostas<sup>291</sup>, quanto para garantir a aplicação da lei penal, em face do risco de fuga dos condenados<sup>292</sup>. Além disso, os juízes alegaram que a liberdade dos condenados representaria risco à ordem pública<sup>293</sup> e não seria admissível diante da magnitude das lesões causadas<sup>294</sup>.

Os pedidos de liberdade, por sua vez, fundamentaram-se em vários argumentos, entre os quais se destacam:

<sup>282</sup> HC 2005.04.01.005222-5/RS.

<sup>283</sup> HC 2003.03.00.067413-7/SP, HC 2000.03.00.020550-1/SP e HC 2003.04.01.037278-8/PR.

<sup>284</sup> HC 2003.03.00.021639-1/MS, HC 2000.03.00.020550-1/SP e HC 2003.04.01.037278-8/PR.

<sup>285</sup> HC 2003.03.00.021639-1/MS e HC 2000.03.00.020550-1/SP.

<sup>286</sup> HC 2000.03.00.055768-5/MS.

<sup>287</sup> HC 2003.03.00.021639-1/MS.

<sup>288</sup> HC 2003.03.00.021639-1/MS.

<sup>289</sup> HC 2000.03.00.020550-1/SP.

<sup>290</sup> HC 2003.04.01.037278-8/PR.

<sup>291</sup> HC 98.03.089837-0/SP (11 anos de reclusão), HC 2001.04.01.075310-6/RS (10 anos e 10 meses de reclusão), HC 2002.04.01.044344-4/PR (10 anos de reclusão) e HC 2004.04.01.025593-4/PR (9 anos e 1 mês de reclusão).

<sup>292</sup> HC 2001.04.01.075310-6/RS, HC 2002.04.01.044344-4/PR e HC 2004.04.01.025593-4/PR.

<sup>293</sup> HC 2001.04.01.075310-6/RS e HC 2004.04.01.025593-4/PR.

<sup>294</sup> HC 2001.04.01.075310-6/RS e HC 2002.04.01.044344-4/PR.

- O fato de terem os condenados bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita<sup>295</sup>;
- O fato de terem respondido ao processo em liberdade<sup>296</sup>; e
- A alegação de que, uma vez proferida a sentença, não se poderia mais falar em garantia da ordem pública<sup>297</sup>.

Nos acórdãos em que os TRFs mantiveram a proibição de apelar em liberdade, fundamentaram sua decisão na quantidade de pena imposta<sup>298</sup>, assim como no fato de o paciente ter sido condenado várias vezes em outras ações penais além da condenação especificamente correspondente ao pedido formulado, o que, juntamente com o clamor público gerado, assim como diante do fato de não ter sido recuperado o dinheiro, torna a sua fuga muito provável<sup>299</sup>.

Já nas decisões favoráveis aos condenados, os argumentos do TRF foram os seguintes<sup>300</sup>:

- Os condenados tinham bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, todos inalterados desde a data dos fatos, salvo pela condenação em questão;
- Nenhum dos requisitos do Art. 312, CPP, se fazia presente;
- Não havia indício de fuga, que não se configura pelo simples fato de terem os condenados condições financeiras para tanto; e
- A simples repercussão pública, por mais ampla que seja, não basta para negar o direito de apelar em liberdade.

Vale destacar que todos os casos analisados em que foi permitido ao condenado apelar em liberdade se deram perante o TRF da 4ª Região Federal.

### c) Pedidos de liberdade provisória

Dentre os raríssimos pedidos de liberdade provisória, conforme destacado acima, um restou prejudicado pelo fato de ter esta sido concedida mediante o pagamento de fiança antes da apreciação do recurso por parte do TRF<sup>301</sup>.

A situação isolada merecedora de breve análise ocorreu após a denegação da liberdade provisória pelo juiz de primeira instância a pessoa que foi presa em flagrante quando embarcava em voo internacional no porte de USD 50 mil não declarados à Receita Federal, sendo que a defesa alegou que, como as cédulas estavam danificadas e deveriam ser trocadas pelo Banco Central norteamericano, o crime imputado – evasão de divisas – seria crime impossível, razão pela qual o paciente deveria ser solto.

O TRF negou a ordem, no entanto, por entender que não havia prova inequívoca de que se tratava de crime impossível pelo fato de algumas das cédulas estarem deterioradas. Além disso, verificou-se que o paciente cumpria pena em regime aberto por condenação anterior, e o novo

<sup>295</sup> HC 98.03.089837-0/SP e HC 2001.04.01.075310-6/RS.

<sup>296</sup> HC 2001.04.01.075310-6/RS e HC 2004.04.01.025593-4/PR.

<sup>297</sup> HC 98.03.089837-0/SP.

<sup>298</sup> HC 98.03.089837-0/SP e HC 2001.04.01.075310-6/RS.

<sup>299</sup> HC 2001.04.01.075310-6/RS.

<sup>300</sup> HC 2002.04.01.044344-4/PR e HC 2004.04.01.025593-4/PR.

<sup>301</sup> HC 2003.01.00.029545-3/DF.

delito o sujeitava à regressão de regime, o que tornaria incoerente conceder-lhe a liberdade provisória<sup>302</sup>.

### 5.3.2 Patrimônio

Dentre os poucos acórdãos que tratavam de questão cautelar relacionada a patrimônio, havia pedidos de restituição de bens apreendidos<sup>303</sup>, interpostos durante o inquérito policial, e de revogação da especialização de hipoteca legal e da medida cautelar de seqüestro de bens<sup>304</sup>, interposto ao longo da ação penal.

Dentre os pedidos de restituição de bens apreendidos, um foi atendido e o outro, negado, pelos TRFs:

- No primeiro caso<sup>305</sup>, o impetrante, desejando embarcar no Aeroporto de Congonhas com destino ao Rio de Janeiro, teve USD 29,800.00, que portava juntamente com extratos de contas bancárias suíças, apreendidos. O inquérito policial foi instaurado com base no Art. 22, *caput* e parágrafo único, Lei n. 7.492/86.

O juiz de primeira instância negou a restituição do numerário diante do fato de que a sua apreensão se deu juntamente com extratos de conta em banco estabelecido na Suíça, sem comprovação da origem legal do numerário, nem apresentação de declaração da conta bancária aos órgãos competentes. Contra isso, a defesa alegou que o juiz havia confundido dois fatos que não se misturavam: a apreensão de documentos possivelmente indiciários de crime e a apreensão de numerário cuja posse é absolutamente legítima.

O TRF acolheu a argumentação da defesa, entendendo não haver necessidade de provas para se concluir que o simples porte ou a circulação de moeda estrangeira em território nacional não constitui crime. Por isso, determinou que o numerário apreendido fosse restituído.

- No segundo caso<sup>306</sup>, instaurou-se inquérito policial visando apurar a eventual prática de infrações penais tipificadas nas Leis n. 7.492/86 e n. 9.613/98, havendo sido realizada busca e apreensão de documentos e valores nas dependências da empresa investigada.

O Juízo Federal indeferiu o pedido de restituição perante ele formulado por entender presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, ante indícios veementes da prática dos ilícitos penais previstos nas Leis n. 7.492/86 e n. 9.613/98. Em seu recurso, a defesa pleiteou a restituição dos bens apreendidos, com base nos §§1º e 2º do Art. 4º, Lei n. 9.613/98, que determinam referida liberação caso decorram 120 dias após a diligência sem que a denúncia seja oferecida, e desde que provada a licitude de sua origem, como afirmava ser o caso.

No entanto, o TRF afirmou tratar-se, no caso, de providências cautelares sobre a prova, as quais não se submetem ao prazo mencionado, mas ao que determina o Art. 118, CPP, ou seja, o levantamento da medida com a devolução do acervo apreendido só é possível quando não mais interessar ao deslinde da causa. Assim, não seriam aplicáveis os §§1º e 2º do Art. 4º, Lei n. 9.613/98, pelo que negou a restituição dos bens.

<sup>302</sup> HC 2001.05.00034282-3/PE.

<sup>303</sup> ACR 2001.02.01.031685-1/RJ e AMS 90.03.24761-7/SP.

<sup>304</sup> ACR 2003.70.00.049909-5/PR.

<sup>305</sup> AMS 90.03.24761-7/SP.

<sup>306</sup> ACR 2001.02.01.031685-1/RJ.

Quanto ao pedido de revogação da especialização de hipoteca legal e da medida cautelar de seqüestro de bens<sup>307</sup>, ele foi atendido apenas parcialmente, no que dizia respeito ao arresto de bem de terceiro:

- Durante o trâmite de inquérito policial, o Ministério Público Federal requereu a especialização de hipoteca legal bem como a concessão de medida cautelar de seqüestro de bens móveis e imóveis, o que foi deferido pelo juiz de primeira instância.

O Réu apelou, objetivando a reforma da decisão alegando inexistir a necessária caracterização dos requisitos autorizadores da medida cautelar, por não terem sido demonstrados indícios veementes da proveniência ilícita dos bens, sendo que alguns deles teriam sido adquiridos antes da prática do delito imputado ao réu, e um deles, inclusive, fora vendido antes da efetivação do pedido de especialização. Apontou ainda não estar configurado o *periculum in mora*, porquanto não demonstrada a necessidade de acautelamento do pagamento da pena pecuniária.

O TRF entendeu não merecerem acolhimento as teses expostas, não havendo que se confundir a medida assecuratória prevista no Art. 136, CPP, com o seqüestro disposto no Art. 125, CPP. A primeira tem o sentido de arresto, pois visa a retenção dos bens do réu, tantos quantos forem suficientes para cobrir o valor do débito. Já a segunda visa reter uma coisa certa, determinada, objetivando a conservação dos bens adquiridos com os proventos da infração. Ressaltou tratar-se tecnicamente de arresto, o que afasta qualquer discussão acerca da proveniência dos bens. Ademais, para a realização dessa providência acautelatória, basta a prova da materialidade e os indícios da autoria delitivas. Quanto ao veículo vendido pelo réu antes da efetivação do pedido de especialização, o TRF lhe deu razão, determinando que o veículo fosse excluído da constrição judicial, e concedendo ao Ministério Público Federal a faculdade de indicar outro bem em seu lugar.

### 5.3.3 Sigilo Fiscal

Ainda analisando o grupo das medidas cautelares tem-se apenas uma situação isolada relacionada à quebra de sigilo fiscal.

- No Mandado de Segurança 2001.05.00.14084-9/CE, a defesa pleiteou a suspensão da quebra do sigilo fiscal dos acusados, bem como que a autoridade policial se abstivesse de utilizar o produto da invasão da intimidade da empresa do paciente, ao argumento de falta de motivação para a decretação da ordem.

O TRF entendeu que a decisão de primeira instância estava devidamente fundamentada, dado que reconhecia indícios de autoria e materialidade dos delitos e destacava ser apenas mediante a quebra do sigilo fiscal possível colher outras provas para se constatar a ocorrência efetiva não só desses delitos, como também de outros, havendo notícia de lavagem de dinheiro. Assim, concluiu não haver ilegalidade.

No entanto, deve ser ressaltado que esta decisão se deu por maioria, sendo que o voto vencido pugnava pela concessão da ordem afirmando que não se vislumbrava, na situação, a real necessidade e imprescindibilidade da quebra do sigilo bancário, por não

<sup>307</sup> ACR 2003.70.00.049909-5/PR.

haver contra o investigado sequer indícios veementes da prática do delito sob investigação, mas apenas a notícia da possível ocorrência de crime.

#### 5.4 Competência

Conforme verificado na análise da evolução das decisões dos TRFs, o número de julgados que tratam de problemas atinentes à fixação da competência nos TRFs é demasiadamente reduzido para comportar desagregação para fins estatísticos.

Destaca-se, inicialmente, que as decisões sobre fixação de competência observadas nos TRFs são tomadas, majoritariamente, no âmbito de Recursos em Sentido Estrito, raramente, em sede de *Habeas Corpus* e apenas isoladamente e sob ponto de vista procedimental em situações de Correição Parcial. Ademais, há muito poucos Conflitos de Competência entre os acórdãos analisados.

Verifica-se, ainda, que a maior parte das decisões sobre competência ocorreram na 4ª Região Federal e que mais da metade do número total de decisões sobre competência analisadas derivaram de recursos originários do Rio Grande do Sul, enquanto que nenhum acórdão sorteado na amostra do TRF da 2ª Região Federal tem o seu foco neste tema específico.

No total de acórdãos que decidem sobre questões relativas à fixação da competência, pouco mais da metade determina a fixação da competência junto à Justiça Federal e pouco menos da metade, junto à Justiça Estadual. Isoladamente, foi fixada a competência de Vara Especializada para o julgamento dos crimes previstos na Lei n. 7.492/86 e na Lei n. 9.613/98.

Os casos de fixação da competência versavam em sua maior parte sobre a natureza da infração, como se verá a seguir. Identificamos, também, casos isolados de fixação da competência em razão do local da infração<sup>308</sup>, uma situação de conexão intersubjetiva concursal<sup>309</sup> e uma de questionamento da constitucionalidade da criação das Varas Especializadas para o julgamento dos crimes da Lei n. 7.492/86 e da Lei n. 9.613/98 pelo TRF da 4ª Região Federal<sup>310</sup>.

##### 5.4.1 Fixação da competência em razão da natureza da infração

Dentre os acórdãos dos TRFs que decidiram sobre fixação da competência, a grande maioria partiu da natureza dos fatos que determinaram a instauração dos inquéritos policiais ou ações penais, tendo sido postulada, na maioria dos casos, a fixação da competência junto à Justiça Federal comum, e apenas isoladamente junto à Justiça Estadual ou às Varas Especializadas para o julgamento dos crimes previstos na Lei n. 7.492/86 e na Lei n. 9.613/98.

As principais alegações identificadas nos acórdãos que pleiteavam a determinação da competência da Justiça Federal com base na natureza das condutas foram: (i) os fatos narrados na denúncia referem-se à ofensa ao Sistema Financeiro Nacional (sobretudo em virtude de caracterização de financiamento e não mero empréstimo); e (ii) a conduta dos acusados ofendeu interesse da União e de autarquia federal.

Pouco mais da metade dos pleitos de fixação da competência na Justiça Federal foi acolhida, sendo que, em situação isolada, foi fixada a competência de Vara Especializada para o julgamento dos crimes previstos na Lei n. 7.492/86 e na Lei n. 9.613/98, ao passo que a maior parte dos pedidos acolhidos resultou na remessa dos autos para a Justiça Federal comum.

<sup>308</sup> HC 2003.04.01.028039-0/PR.

<sup>309</sup> CC 97.03.052086-3/SP.

<sup>310</sup> RSE 2003.70.01.010030-4/PR.

Dentre as decisões que determinaram a competência da Justiça Federal, verifica-se que os argumentos utilizados para tanto variaram largamente, sem que se pudesse identificar uma linha de raciocínio recorrente. Entre outros, os TRFs:

- Reconheceram a ocorrência de conexão intersubjetiva concursal para fins de aditamento da denúncia<sup>311</sup>;
- Afirmaram que o desvio de recursos de grupos de consórcios por dirigentes de suas empresas administradoras representa uma lesão ao Sistema Financeiro Nacional como um todo e, mais especificamente, abala a credibilidade do instituto do consórcio, não podendo ser visto como algo que prejudique apenas os consorciados<sup>312</sup>; e
- Identificaram a presença de lesão aos interesses da União quando ocorre desvio de finalidade na aplicação de recursos financiados no âmbito de programas públicos de incentivo específicos, pois os correspondentes empréstimos não são feitos com o intuito de obtenção de lucro, mas sim como instrumento de políticas públicas específicas, com interesse claro e específico da União<sup>313</sup>.

Pouco menos da metade dos pleitos de fixação da competência na Justiça Federal foram negados, sendo nestes casos fixada a competência da Justiça Estadual. Em todos os casos analisados, esta decisão se deu com base no argumento de que não se teria verificado a ocorrência de crime contra o Sistema Financeiro Nacional nem prejuízo à União.

Na maior parte dos casos analisados nesse item, a discussão girava em torno da rejeição da denúncia pela conduta tipificada no Art. 19, Lei n. 7.492/86, pela Justiça Federal de primeira instância com base no argumento de que a situação fática não trataria de financiamento, mas sim de empréstimo, resultando atípica a conduta descrita em relação ao crime contra o Sistema Financeiro Nacional. Em todos esses casos, os TRFs, normalmente em adesão à argumentação do juízo singular, afirmaram que:

- a doutrina confere ao termo “financiamento” o sentido de empréstimo vinculado, característica que o diferenciaria do mútuo, abertura de crédito, crédito rotativo etc., e que, ainda que se reconheça que a doutrina não é unânime a respeito, a dúvida interpretativa deve militar em favor do réu<sup>314</sup>;
- o termo “financiamento” deve ser tomado restritivamente como “contrato em que o empréstimo do capital deve estar, obrigatoriamente, atrelado a um fim específico, de conhecimento da instituição financeira”<sup>315</sup>; e
- a natureza dos recursos, ou seja, se o fundo é público ou privado, não é elemento divisor da competência, porquanto a causa de aumento prevista no Art. 19, parágrafo único, Lei n. 7.492/86, seria redundante acaso sempre derivassem da União<sup>316</sup>.

<sup>311</sup> CC 97.03.052086-3/SP.

<sup>312</sup> RSE 2001.71.10.003940-3/RS.

<sup>313</sup> RSE 2002.71.03.003181-4/RS.

<sup>314</sup> RSE 2003.71.00.058069-1/RS.

<sup>315</sup> RSE 2003.71.00.062833-0/RS.

<sup>316</sup> RSE 2003.04.01.013344-7/PR.



Isoladamente, o Ministério Público Federal buscou fosse determinada a competência da Justiça Federal para julgar crime contra a ordem econômica, ao argumento de que a autarquia federal incumbida da fiscalização da atividade econômica correspondente teria sido ofendida e, com isso, teria sido atingido interesse da União. No entanto, o TRF negou esse entendimento, estabelecendo que normas de defesa da ordem econômica não se confundem com a lei de proteção ao Sistema Financeiro Nacional<sup>317</sup>.

No que tange a pedidos de fixação da competência da Justiça Estadual, verificou-se, dentre os casos analisados, situação isolada em que se visava fosse declarada incompetente a Justiça Federal por meio da impetração de *Habeas Corpus* ao argumento de que a conduta descrita na denúncia se enquadraria na Lei n. 1.521/50, como crime contra a economia popular, e não na Lei dos crimes contra o Sistema Financeiro.

O TRF acolheu o pedido formulado, anulando todos os atos decisórios formulados pelo Juízo Federal e fixando a competência na Justiça Estadual<sup>318</sup>. A decisão foi fundamentada ao argumento de que os fatos não configuravam crime contra o Sistema Financeiro Nacional, mas sim contra a economia popular, uma vez que se tratava de empréstimos de recursos próprios e não de terceiros. Assim, a conduta delitiva não se enquadraria nos requisitos da Lei n. 7.492/86, mas sim nos moldes do crime de usura (Lei n. 1.521/51). O TRF invocou também o Enunciado n. 498 da Súmula do STF<sup>319</sup>, que pacificou o entendimento de que é competência da Justiça Estadual processar e julgar crimes contra a economia popular.

---

<sup>317</sup> RSE 2003.61.11.001939-0/SP.

<sup>318</sup> HC 2002.01.00.016110-4/RO.

<sup>319</sup> Súmula STF 498: "Compete à Justiça dos Estados, em ambas as instâncias, o processo e o julgamento dos Crimes contra a Economia Popular."